



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE
PRODUÇÃO

CERTIFICAÇÃO DE ATIVIDADES TURÍSTICAS RESPONSÁVEIS EM
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. ESTUDO DE CASO: O PARQUE ESTADUAL
MORRO DO DIABO, PONTAL DO PARANAPANEMA, SP.

SÉRGIO DOMINGOS DE OLIVEIRA
sedoliveira@yahoo.com

Florianópolis, novembro de 2005

Sérgio Domingos de Oliveira

**CERTIFICAÇÃO DE ATIVIDADES TURÍSTICAS RESPONSÁVEIS EM
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. ESTUDO DE CASO: O PARQUE
ESTADUAL MORRO DO DIABO, PONTAL DO PARANAPANEMA, SP.**

Tese apresentada ao programa de Pós-
Graduação em Engenharia de Produção do
Departamento de Engenharia de Produção e
Sistemas da Universidade Federal de Santa
Catarina como requisito parcial para a
obtenção do título de Doutor em Engenharia
de Produção.

Orientadora: Professora Dora Maria Orth, Dr.^a.

Florianópolis
2005

Sérgio Domingos de Oliveira

CERTIFICAÇÃO DE ATIVIDADES TURÍSTICAS RESPONSÁVEIS EM UNIDADES
DE CONSERVAÇÃO. ESTUDO DE CASO: O PARQUE ESTADUAL MORRO DO
DIABO, PONTAL DO PARANAPANEMA, SP.

Esta Tese foi julgada e aprovada para a obtenção do grau de **Doutor em Engenharia de
Produção** no **Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção** da
Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, 14 de novembro de 2005

Prof. Edson Pacheco Paladini, Dr.
Coordenador do Programa

BANCA EXAMINADORA

Dora Maria Orth, Dr^a.
Universidade Federal de Santa Catarina
Orientadora

Helder Henrique de Faria, Dr.
Instituto Florestal de São Paulo

Alina Gonçalves Santiago, Dr^a.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Luiz da Rosa Garcia Neto
Universidade Federal de Mato Grosso

Robert Wayne Samohyl, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina
Moderador

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca da UNESP/Rosana

Oliveira, Sérgio Domingos

O482c Certificação de atividades turísticas responsáveis em Unidades de Conservação. Estudo de caso: o Parque Estadual Morro do Diabo, Pontal do Paranapanema, SP / Sérgio Domingos de Oliveira. Florianópolis, 2005
210 f.; il.

Tese de Doutorado – Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção - Universidade Federal de Santa Catarina

1. Turismo 2. Turismo responsável - certificação. 3. Unidades de Conservação I. Título.

CDD 22.ed.

338.4791033372

**Dedico esta Tese a Elani,
cúmplice e companheira em
todos os momentos de alegrias,
dificuldades, mau humor,
fragilidades, ansiedades e falta
de tempo e inspiração.**

AGRADECIMENTOS

À minha incansável Orientadora, Profª Dora e seu esposo Jorge, pela sua imensa dedicação, apoio e amizade durante a longa trajetória na Pós-Graduação. Sem este apoio, seria difícil alcançar objetivos tão difíceis de serem conquistados;

Aos incansáveis e visionários diretores e funcionários do Parque Estadual do Morro do Diabo, em especial aos amigos Helder e Andréa, pela louvável e incontestável abertura do Parque à comunidade, parceiros e pesquisadores, dentre os quais o autor desta Tese.

À comunidade de Teodoro Sampaio, sempre tão atenciosos e prestativos a tudo que se relaciona ao Parque, ao Turismo e ao desenvolvimento regional do Pontal do Paranapanema;

Aos meus pais e irmãos, incentivadores constantes nesta dura batalha de eterno pesquisador;

À querida Rosemeire, da secretaria do PPGE, sempre tão atenciosa e compreensiva diante das dificuldades enfrentadas pela distancia entre o meu local de residência e a Universidade;

Aos parceiros do grupo Gestão do Espaço, sempre prontos a auxiliar-nos nas dificuldades e crises de existencialismo;

Aos companheiros de UNESP, especialmente aos sócios da A.S.B. Allan, Edmilson, Lélío e Tiago, pela força e incontestável amizade;

E a todos os companheiros de jornada: pesquisadores, funcionários públicos e privados, empreendedores, professores, alunos, etc. Muito obrigado pela amizade e atenção dispensada.

RESUMO

O turismo é uma atividade em desenvolvimento em todo o mundo, apresentando diversas modalidades. Dentre elas, destaca-se o Turismo em Áreas Naturais e, conseqüentemente, em Unidades de Conservação (UCs), ambiente que apresenta grande potencialidade turística no Brasil. Entretanto, como desenvolver atividades de uso público e, ao mesmo tempo, garantir a manutenção dos atributos destas áreas de proteção ambiental. A certificação, aplicada em diversas outras atividades de produção, é apresentada como uma alternativa para o desenvolvimento do Turismo em Unidades de Conservação brasileiras, baseada na responsabilidade de seus gestores, abrangendo aspectos ambientais, sócio-culturais e econômicos, isto é, promovendo parcerias e interação com comunidades, órgãos e empresas públicas e privadas, buscando uma melhoria na qualidade de vida das populações locais. Para tanto, o quesito participação torna-se fundamental em todas as etapas de desenvolvimento do turismo, pois para atingir a responsabilidade é necessário que exista um envolvimento de todas as partes envolvidas, como se pode constatar através da pesquisa-participante. A Planilha de Certificação do Turismo Responsável em Unidades de Conservação – CTRUCs, fundamentada nas pesquisas efetuadas em quatro Programas de Certificação Turística Sustentável existentes na América Latina e baseada no conceito de Turismo Responsável em Unidades de Conservação aqui construído, é a ferramenta de aplicação para avaliar o grau de responsabilidade turística do Parque Estadual do Morro do Diabo - PEMD, localizado no Pontal do Paranapanema, estado de São Paulo. Utilizando os indicadores e parâmetros propostos na Planilha, que é dividida em cinco dimensões (institucional, ambiental, infra-estrutura, social e condições gerais da Unidade), obteve-se um panorama geral do atual estágio de responsabilidade do Parque. A dimensão ambiental apresentou o rendimento mais baixo e a dimensão social o melhor desempenho entre as cinco dimensões. Quanto ao resultado geral, este é bastante promissor, pois não houve uma preparação prévia para aplicar a Planilha de Certificação. A aplicação da Planilha CTRUCs no PEMD demonstrou que se trata de uma ferramenta importante para o desenvolvimento do Turismo em UCs e que é possível aplicá-la em outras Unidades de Conservação brasileiras como forma de organizar o uso público e, principalmente, turístico em UCs de forma responsável com as comunidades e o ambiente em que se inserem.

Palavras-chave: Turismo, Unidades de Conservação, Certificação, Responsabilidade, Uso Público.

ABSTRACT

Tourism is an activity in development all over the world, presenting several modalities. Among them, is outstanding the Tourism in Natural Areas and, consequently, in Units of Conservation (UCs), an environment which presents a great tourist potentiality in Brazil. However, how to develop activities of public use and, at the same time, to ensure the maintenance of the attributes of these environmental protection areas? The certification, which is applied in several other production activities, is presented as an alternative for the development of Tourism in Brazilian Units of Conservation, based on the responsibility of their managers, comprising environmental, social-cultural and economic aspects, that is, promoting partnerships and interaction with communities, public and private organs and enterprises, seeking an improvement in the quality of life for the local populations. To do so, the participation issue becomes fundamental in all stages of tourism development, for, in order to attain the responsibility, it is necessary the existence of an involvement of all the parts concerned, as it can be verified through the participant research. The Plan of Certification for Responsible Tourism in Units of Conservation – CTRUCs established in four Programs of Sustainable Tourist Certification researched in those existing in Latin America and based on the concept of Responsible Tourism in Units of Conservation and built here, is the tool of application to evaluate the degree of tourist responsibility of Park Estadual do Morro do Diabo – PEMD, located in Pontal do Paranapanema, in the State of São Paulo. Applying the indicators and parameters proposed in the Plan, which is divided in five dimensions (institutional, environmental, infra-structure, social and general conditions of the Unit), it was obtained a general panorama of the present responsibility stage of the Park. The environmental dimension presented the lowest income and the social dimension the best performance among the five dimensions. As to the general result, this is very promising, as there was not any previous preparation to apply in the Certification Plan. The applying of the CTRUCs Plan in the PEMD demonstrated that it is an important tool for the development of Tourism in UCs and that it is possible to apply it in other Brazilian Units of Conservation as a way to organize the public use and, mainly, the tourist in UCs in a responsible way with the communities and the environment they are inserted.

Key-words: Tourism, Units of Conservation, Certification, Responsibility, Public Use.

LISTA DE FIGURAS

1 Entrevista com representantes da sociedade civil de Teodoro Sampaio	56
2 Vista parcial do Morro do Diabo.....	78
3 Imagem do PEMD às margens do Rio Paranapanema	79
4 Acesso ao Pontal do Paranapanema	80
5 Fauna silvestre nas imediações da sede do PEMD.....	81
6 Área de assentamentos no entorno do PEMD	82
7 Palestra no centro de visitantes do PEMD	84
8 Aceiro ao longo da Rodovia SP-613	87
9 Vias internas do PEMD	88
10 Infra-estrutura existente no PEMD.....	89
11 Infra-estrutura turística na sede do PEMD	90
12. Zoneamento do PEMD	92

LISTA DE QUADROS

1 Efeitos positivos e negativos do turismo em UCs	42
2 Nível de cumprimento CST	60
3 Atividades turísticas certificadas pelo Green Deal.....	63
4 Comparativo entre os programas de certificação	75
5 Número de visitantes por ano no PEMD	83
6 Infra-estrutura do programa de uso público do PEMD	85
7 Áreas identificadas no zoneamento do PEMD	93
8 Pontuação para classificação dos indicadores	105
9 Níveis de cumprimento.....	106
10 Pontuação do PEMD	119
11 Fluxograma de criação da Planilha CTRUCs.....	129

LISTA DE SIGLAS

CBTS	Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável
CESP	Companhia Energética do Estado de São Paulo
COMTUR	Conselho Municipal de Turismo
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
COTEC	Comissão Técnica Científica do Instituto Florestal
CST	Certificación Sostenible de Turismo
CTRUCs	Certificação Responsável do Turismo em Unidades de Conservação
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
ICT	Instituto Costarricense de Turismo
IESB	Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul da Bahia
IF	Instituto Florestal de São Paulo
IH	Instituto de Hospitalidade
ITESP	Instituto de Terras do Estado de São Paulo
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONG	Organização Não Governamental
PCTS	Programa de Certificação em Turismo Sustentável
PEMD	Parque Estadual Morro do Diabo
SMA	Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UC	Unidade de Conservação
UHE	Usina Hidroelétrica
UNESP	Universidade Estadual Paulista
WWF	<i>World Wildlife Fund</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
1.1 Tema e problema	1
1.2 Justificativa	4
1.3 Hipótese e objetivos	4
1.4 Limitações e resultados	5
1.5 Estrutura da tese	6
2 BASES TEÓRICAS	8
2.1 Turismo	8
2.1.1 Lazer e Tempo Livre	9
2.1.2 Hospitalidade	12
2.2 Planejamento turístico	14
2.2.1 Infra-estrutura	17
2.2.2 Turismo e Patrimônio Natural	18
2.2.3 Gestão da qualidade turística.....	21
2.3 Turismo sustentável	24
2.3.1 Economia Turística.....	25
2.3.2 Comunidades Locais	27
2.3.3 Patrimônio Cultural	30
2.4 Turismo responsável: uma alternativa?	32
2.5 O desenvolvimento do turismo e as unidades de conservação – ucs	34
2.5.1 O Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC	37
2.5.2 Turismo em Unidades de Conservação – UCs.	40
2.5.3 Plano de manejo	43
2.6 Certificação do turismo	45
2.6.1 Processo de Certificação.....	47
2.6.2 Vantagens do processo de certificação.....	49
2.6.3 Desvantagens da certificação	52
3 MATERIAIS E MÉTODOS	54
3.1 Materiais utilizados	54
3.2 Métodos de abordagem	54
3.3 Técnicas de pesquisa	55
3.4 Proposta de uma planilha de aplicação	57
4 PROGRAMAS DE CERTIFICAÇÃO TURÍSTICA NA AMÉRICA LATINA ...	58
4.1 Costa Rica: CST – Certificación para la Sustentabilidad Turística	58
4.1.1 O sistema de classificação do CST.....	60
4.1.2 O processo de inscrição ao CST.....	61
4.1.3 O processo de avaliação do CST	61
4.2 Guatemala: Green Deal – Asociación Alianza Verde	62
4.2.1 O Sistema de Certificação	64
4.2.2 Processo de Certificação.....	64
4.3 Equador: Programa de Certificação para Operações Turísticas “Smart Voyager” 66	
4.3.1 Princípios gerais do Programa.....	67
4.3.2 Benefícios oriundos do Programa Smart Voyager.	69
4.4 Brasil: PCTS – Programa de Certificação em Turismo Sustentável	69
4.4.1 A delimitação das normas.....	70

4.4.2 Segmentação das normas.....	71
4.4.3 O processo de Certificação.....	72
4.5 Análise dos Programas de Certificação em aplicação na América Latina.....	74
5 PARQUE ESTADUAL DO MORRO DO DIABO – PEMD/SP.....	78
5.1 Comunidade local e o PEMD.....	86
5.2 Infra-estrutura para visitaçã.....	89
5.3 Zoneamento do PEMD.....	91
5.4 Normas gerais para gestão do PEMD.....	96
5.5 Programas de gestão do PEMD.....	98
6 PLANILHA DE APLICAÇÃO CTRUCS.....	104
6.1 Considerações iniciais.....	104
6.2 Critérios adotados para a avaliação.....	104
6.3 Estrutura da planilha de aplicação CTRUCs.....	107
6.4 A pontuação do PEMD.....	119
6.5 Sugestões para o PEMD.....	121
6.6 Considerações finais sobre a aplicação da Planilha CTRUCs no PEMD.....	125
6.7 Fluxograma para a criação da Planilha CTRUCs.....	128
7 CONCLUSÃO.....	130
7.1 Considerações finais.....	131
7.2 Recomendações para pesquisas futuras.....	132
REFERÊNCIAS.....	133
APÊNDICE.....	145
ANEXOS.....	161

1. INTRODUÇÃO

1.1. Tema e problema

O Turismo, apesar de ter seus primeiros registros na Bíblia, no Egito Faraônico, no Império Romano, surge como atividade moderna no século XVIII, na Inglaterra, quando a nobreza e a classe burguesa realizavam o *gran tour* (Montejano, 2001) Seu desenvolvimento, entretanto, se dá a partir da Segunda Guerra Mundial, relacionado à produtividade empresarial, ao crescente poder de compra das pessoas e ao bem-estar resultante da restauração da paz mundial após o desfecho da referida guerra.

Nos dias atuais, o turismo tende a desempenhar um papel cada vez mais relevante na economia de muitas cidades brasileiras, especialmente as que têm em seus recursos naturais sua principal fonte de atratividade. Entretanto, estes recursos naturais vêm sofrendo diversos tipos de impactos, alguns dos quais causados diretamente pela atividade turística.

Observa-se que os empreendimentos turísticos vêm adotando uma postura passiva no que diz respeito a sustentabilidade, contribuindo negativamente com a sua atratividade turística. Esta postura pode ser especialmente detectada em alguns empreendimentos hoteleiros que autodenominam-se Hotéis Ecológicos pelo simples fato de localizarem-se em áreas verdes ou pela prática de separação de lixo e tratamento de esgoto, ou ainda, em Unidades de Conservação que introduzem espécies exóticas oriundas de diversas partes do país e do mundo em detrimento de espécies nativas. Destaca-se, também, a restrição de acesso a comunidades locais e de turistas devido à falta de infra-estrutura e fiscalização nas UCs.

Faz-se necessário uma mudança de postura, especialmente no que diz respeito ao uso de Unidades de Conservação, geralmente criadas e geridas pelo poder público, para fins turísticos. Devem-se adotar modelos que viabilizem a utilização dos recursos de maneira que mantenham os padrões naturais, os indicadores de qualidade ambiental e de desempenho, a participação das comunidades locais, além de um posicionamento ativo e de vanguarda, principalmente no que se refere à iniciativa privada, para que se alcance um desenvolvimento harmonioso nestas áreas.

O Turismo Responsável apresenta-se como uma alternativa para o desenvolvimento do turismo baseado não apenas na conservação dos atributos ambientais dos locais em que o mesmo pode vir a ser implantado, mas também na melhoria das condições sócio-econômicas das suas comunidades. Assim, ao desenvolvê-lo, é imprescindível adotar ações direcionadas ao seu planejamento e gestão, visando minimizar os impactos que a atividade turística exercerá sobre o local, especialmente quando este local é uma Unidade de Conservação – UC –, isto é, uma área com fins de proteção ao meio ambiente.

Portanto, para que a sustentabilidade das atividades turísticas nas Unidades de Conservação – UCs – possa ser atingida, faz-se necessário à adoção de critérios e indicadores que garantam o desenvolvimento das atividades correlatas destes empreendimentos turísticos em ecossistemas tão frágeis e suscetíveis a fontes de impactos ambientais, sócio-culturais e econômicos. Além disso, estes critérios e indicadores devem ser rigorosamente observados, sob o risco de inviabilizar não apenas o empreendimento, mas degradar os ecossistemas em que estes empreendimentos encontrar-se-ão inseridos.

As UCs brasileiras passam por momentos de dificuldades, visto a falta de investimentos e financiamentos para estas áreas, dificultando o seu processo de gestão e, principalmente, o alcance de sua função, que é de conservar ou preservar os atributos pelos quais foram criadas.

A abertura destas Ucs, quando permitido por lei, ao desenvolvimento de atividades turísticas é objeto de discussões, pois muitos acreditam que o fluxo de turistas pode causar impactos irreversíveis aos ecossistemas protegidos. Entretanto, muitas vezes o problema é a falta de infra-estrutura que permita a sua proteção, ficando, assim, à mercê de caçadores, invasores, bio-piratas, enfim, um “sem número” de impactos que não agregam valor nenhum aos ecossistemas que deveriam ser protegidos.

A certificação turística, sob a ótica da responsabilidade, ou seja, com sua filosofia de inclusão e responsabilidade sócio-cultural, consciência ambiental e viabilidade econômica de seus empreendimentos turísticos, sejam eles públicos ou privados, credencia-se como uma das formas que podem vir a contribuir para a manutenção de importantes unidades que se encontram ameaçadas por diversos motivos. Neste contexto, apresenta-se o Parque Estadual do Morro do Diabo – PEMD –, com seus oficiais 33.845,33 ha. Este, apesar de contar com uma equipe gestora (profissionais e voluntários) tem a sua atuação limitada pela falta de pessoal, de

equipamentos, de capacitação e, principalmente, de capital. Muitas ações previstas em seu planejamento não podem ser concretizadas devido à falta destes elementos, apesar dos esforços e voluntariado da equipe de trabalho do PEMD.

Assim, pesquisa-se aqui a possibilidade da atividade turística gerar empregos e renda à população da região, além de qualificar tanto a mão-de-obra que será empregada no local quanto ao aumento do fluxo de pessoas na região, movimentando o comércio e a indústria, diminuindo as desigualdades sociais e promovendo a melhoria da qualidade de vida da população e o respeito às questões ambientais, já que o Parque Estadual do Morro do Diabo tem potencial para tornar-se um pólo de desenvolvimento regional através da valorização da cultura e da biodiversidade local.

A adoção de uma filosofia de sustentabilidade no Parque envolveria diversos setores do município de Teodoro Sampaio e região: os órgãos públicos, através da geração de impostos, a atração de novas indústrias, especialmente aquelas com um perfil ecológico, e, conseqüentemente, a geração de empregos e renda para o município; os empresários, que atenderiam a um público diferenciado, dispostos a adquirir produtos sociais e ecologicamente corretos; a população, que teria melhores condições de vida, além de serem respeitados e incluídos na sociedade como um todo; e o meio ambiente que, como conseqüência de todas estas ações e mudança de atitudes, seria respeitado, conservado e preservado.

A implantação, em Unidades de Conservação e, em especial, no Parque Estadual do Morro do Diabo, de um programa de certificação turística sob a ótica da responsabilidade é totalmente possível e aconselhável, pois práticas e filosofias que respeitem o meio ambiente e a sociedade só podem trazer benefícios, principalmente quando se trata de uma área reservada à conservação de um ecossistema que se encontra ameaçado, único no Estado de São Paulo, que apresenta uma condição de preservação invejável, apesar de todas as dificuldades enfrentadas. Além disso, abre-se a possibilidade para que a comunidade local participe ativamente de todo o processo de gestão, gerando assim um comprometimento com o local e com a própria comunidade.

A certificação, entretanto, não pode ser vista como um fim em si mesma, a solução de todos os problemas que afligem a sociedade moderna. Para que ela possa realmente contribuir para o desenvolvimento local, regional e até mesmo nacional, é preciso que o processo seja participativo, maleável, transparente e responsável.

Assim, esta tese propõe a análise do processo de certificação de produtos turísticos localizados em Unidades de Conservação brasileiras como uma possibilidade a ser implantada, constituindo-se em uma alternativa para o real desenvolvimento não apenas dos ecossistemas, mas também da viabilização econômica dos empreendimentos e da valorização das comunidades e culturas locais, base do turismo responsável e objetivo do processo de certificação.

1.2. Justificativa

Esta pesquisa justifica-se pelo atual modelo utilizado na gestão turística no Brasil, muitas vezes predatório ao seu próprio desenvolvimento, principalmente em locais onde as atividades turísticas baseiam-se em seus recursos naturais. Assim, considera-se viável a inclusão de Unidades de Conservação, nos casos específicos em que a atual legislação permita, à oferta turística desde que sejam observadas normas e procedimentos que garantam o seu desenvolvimento, apresentada aqui sob a forma de sua certificação.

Manter e ampliar a atratividade das áreas naturais de uso turístico é fundamental para a continuidade do seu desenvolvimento, sendo que a iniciativa privada pode vir a assumir um importante papel na gestão das mesmas, assumindo posições ativas, responsáveis e de vanguarda ao invés de sua atual postura passiva e dependente do poder público.

Ressalta-se, entretanto, que se os diversos critérios e indicadores de sustentabilidade exigidos no processo de sua certificação não forem corretamente observados, as principais prejudicadas serão as atividades turísticas como um todo, já que comprometerá não apenas a sua atratividade através de sua descaracterização e degradação, mas as comunidades locais, tanto em sua qualidade de vida quanto ao seu desenvolvimento econômico, e as Unidades de Conservação, pois não se pode esquecer a sua importância ecológica e ambiental, assim como os benefícios que estas áreas proporcionam ao meio ambiente e ao turismo.

1.3. Hipótese e objetivos

A hipótese básica da Tese é que a certificação do produto turístico pode vir a ser uma alternativa viável ao desenvolvimento de atividades turísticas em Unidades de

Conservação mediante a harmonização dos aspectos ambientais, econômicos e sociais relativos a estas áreas e seu entorno, contribuindo assim para a manutenção e ampliação da qualidade de vida das comunidades locais através da adoção de uma nova postura frente ao meio ambiente, além de abrir a possibilidade de interação e inclusão social dos diversos segmentos da sociedade local.

A Tese tem como objetivo geral analisar a viabilidade do desenvolvimento de atividades turísticas em Unidades de Conservação – UCs com base em parâmetros de certificação de atividades turísticas sustentáveis, tendo como estudo de caso o Parque Estadual Morro do Diabo – PEMD, Pontal do Paranapanema, SP. Os objetivos específicos da Tese são:

- Explorar princípios de Turismo Sustentável aplicáveis a Unidades de Conservação (UCs);
- Identificar diretrizes básicas de Programas de Certificação de Turismo Sustentável em aplicação na América Latina;
- Construir um conceito de turismo responsável voltado às Unidades de Conservação;
- Estruturar uma planilha de certificação como subsídio para implantação de atividades turísticas responsáveis em UCs no Brasil;
- Aplicar experimentalmente a Planilha de Certificação de Turismo Responsável no Parque Estadual Morro do Diabo – PEMD/SP.

1.4. Limitações e resultados

No desenvolvimento da pesquisa deparou-se com algumas limitações. Estas são ligadas, principalmente, à falta de modelos, mesmo que similares, de Unidades de Conservação que tenham implantado políticas de uso turístico sustentáveis, restritas a Unidades longínquas, como Fernando de Noronha, em Pernambuco.

Esta limitação proporcionou, entretanto, a busca de uma conceituação para este segmento específico do turismo, desenvolvido em áreas de proteção ambiental, assim como o delineamento de uma Planilha para a verificação do nível de qualificação das atividades turísticas nas Unidades de Conservação, buscando com isso a minimização dos impactos

negativos e a potencialização dos impactos positivos que o turismo pode gerar à UC, às comunidades e a sua cultura.

A adoção de procedimentos e técnicas que minimizem impactos negativos nas UCs pode viabilizar o desenvolvimento de atividades turísticas nestas áreas, contribuindo com a prática de um modelo de gestão turística baseado no desenvolvimento responsável do mesmo visando manter e ampliar não apenas o fluxo turístico, mas a qualidade de vida local, sua cultura e seus ecossistemas naturais, fatores estes indissociáveis quando se adota o modelo de Turismo Responsável.

1.5. Estrutura da tese

O capítulo 1 apresenta dentro da introdução, o tema e o problema pesquisado, a justificativa para o seu desenvolvimento, a hipótese e os objetivos e as limitações e resultados esperados da pesquisa sobre a Certificação Responsável do Turismo em Unidades de Conservação.

O 2º capítulo aborda as questões referentes às bases teóricas sobre as quais a tese se apóia: o turismo como um todo, questões relativas ao seu planejamento envolvendo a infra-estrutura, o patrimônio natural e a gestão da qualidade das atividades turísticas; o turismo sustentável e seus componentes básicos, representados pelas questões econômicas, sociais e ambientais; discute a adoção de uma nova filosofia de desenvolvimento turístico, baseado, principalmente, na efetiva participação e interação de todos os atores envolvidos no processo; o desenvolvimento do turismo em áreas de proteção ambiental, passando pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação e seus respectivos planos de manejo; o processo de certificação do turismo, com suas vantagens e desvantagens.

O 3º capítulo destaca os materiais e métodos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa, assim como as técnicas e procedimentos adotados.

O 4º capítulo destaca os Programas de certificação pesquisados, apresentando os processos e procedimentos de cada um, assim como analisando-os, com o intuito de formar uma base sólida para a construção do Conceito de Turismo Responsável em UCs e também a Planilha para sua aplicação em campo.

O 5º capítulo apresenta o objeto de pesquisa: o Parque Estadual Morro do Diabo, discorrendo sobre as comunidades locais e sua relação com o Parque, a infra-estrutura existente, o zoneamento da área para o desenvolvimento turístico responsável, as normas e programas de uso público já adotados pela sua administração.

No 6º capítulo apresenta-se a Planilha de Aplicação CTRUCs, demonstrando critérios, estrutura, indicadores, resultados, sugestões e considerações, além do fluxograma para a sua construção..

No 7º capítulo conclui-se a pesquisa, fazendo-se também as considerações finais e recomendações para pesquisas futuras.

2. BASES TEÓRICAS

As pesquisas realizadas basearam-se em 5 pontos principais, a saber: turismo, planejamento turístico, turismo sustentável, unidades de conservação e certificação do turismo sustentável.

Buscou-se com essa pesquisa obter uma base de conceitos e definições vigentes, facilitando assim a compreensão do desenvolvimento e evolução do turismo em geral e em áreas naturais tanto no Brasil quanto em países da América Latina, assim como os impactos causados na economia, na sociedade e nos recursos naturais inseridos em seu contexto para construir-se não apenas um conceito referente ao Turismo Responsável em Unidades de Conservação, mas também uma Planilha de Aplicação que sirva como parâmetro para identificar o estágio de desenvolvimento do turismo nestas áreas de proteção ambiental.

2.1. Turismo

Nos últimos tempos, as atividades ligadas ao turismo têm apresentado um crescimento expressivo no Brasil e no mundo, atraindo investimentos e proporcionando um desenvolvimento sócio-econômico para as comunidades receptoras. Isto se deve, segundo Acerenza (2002) a sua heterogeneidade de formas e funções:

O turismo é um fenômeno social de caráter complexo, que pode ser interpretado de formas variadas, de acordo com a função que venham a assumir as pessoas relacionadas a ele. Porém, independentemente do ponto de vista particular dos diferentes setores dedicados a essa atividade, o turismo, sob a perspectiva conceitual, não é nada mais do que o conjunto de relações e fenômenos produzidos pelos deslocamentos e a permanência de pessoas fora de seu lugar normal de domicílio, motivadas fundamentalmente por uma atividade não lucrativa. (p.57)

Além disso, o turismo é uma atividade dinâmica e interdependente e, por isso mesmo, sujeito às condições adversas, por motivos diversos, muitos dos quais alheios ao seu desenvolvimento. Estes aspectos influem diretamente em seu processo evolutivo, pois o turismo envolve muito mais que uma simples atividade porque possui ligações diretas com os mais diferentes setores de produção e serviços de uma comunidade, evidenciando sua importância para a economia local. Por isso Beni (1998) sugere que:

O conceito da oferta de Turismo tem conotação mais ampla que a simples produção de bens e serviços, pois abrange instalações e equipamentos. Os insumos básicos dessa

produção denominam-se recursos e atrativos turísticos. O processo de turismo corresponde exatamente à estrutura de produção da atividade turística. (p. 163)

No que se refere aos seus componentes, Lage (1996) destaca que “o produto turístico é composto por quatro componentes fundamentais, a saber: o transporte, a alimentação, a acomodação e o entretenimento. Cada um pode ser considerado um bem ou serviço complementar do outro componente” (p. 33).

Estes componentes, diferentes e interdependentes, denotam a relevância para o acompanhamento evolutivo das atividades turísticas para que as ações necessárias sejam tomadas sempre que necessárias, e não apenas em momentos de grande fluxo ou ocasiões pré-determinadas. Isto também é percebido por Beni (1998), quando o autor afirma: “Os estudos sobre motivações não deverão ser executados em um determinado período, mas feitos a intervalos regulares para observar corretamente as mudanças que ocorrem” (p. 160).

Neste contexto, pode-se afirmar que o desenvolvimento turístico está intimamente ligado, como qualquer atividade produtiva, às políticas adotadas pelos órgãos responsáveis pela sua administração e execução, sejam eles públicos ou privados.

Deve-se entender por política de Turismo o conjunto de fatores condicionantes e de diretrizes básicas que expressam os caminhos para atingir os objetivos globais para o Turismo do país; determinam as prioridades da ação executiva, supletiva ou assistencial do Estado; facilitam o planejamento das empresas do setor quanto aos empreendimentos e às atividades mais suscetíveis de receber apoio estatal (Beni 1998, p. 99).

Deste modo, para fortalecer a atividade e diminuir a sua fragilidade diante das condições externas e, em muitos casos, da sua sazonalidade, e com a finalidade de concretizar o seu desenvolvimento sob bases sólidas, é indispensável destacar os principais elementos que constituem-se na base para as atividades relacionadas ao turismo e à sua sustentabilidade, iniciando-se com o tempo disponível para desfrutá-lo.

2.1.1. Lazer e Tempo Livre

Para que as atividades relacionadas ao turismo ocorram é indispensável, segundo definição da OMT, que as pessoas desloquem-se e permaneçam nas localidades de destino por um período mínimo de 24 horas, sem haver fins lucrativos ou laborais. Este deslocamento e tempo de permanência mínima por si só estabelecem a necessidade de tempo livre para que as pessoas possam realizá-lo. Assim, Moura (2001) observam que a necessidade da

sociedade por um tempo livre é uma característica moderna, na busca por refúgio de suas obrigações rotineiras.

A procura por ambientes naturais, litorâneos ou campesinos é hoje quase uma obsessão do *homo urbanus*, na verdade uma necessidade física e psicossocial, pressionado que está pela corrida do dia-a-dia, o tempo exprimido pelas obrigações de trabalho, de família e da mera sobrevivência. (p.71)

O desenvolvimento de atividades turísticas no período de tempo livre também se relaciona à qualidade de vida das pessoas, pois para que as pessoas tenham condições de usufruí-los, é conveniente que outras necessidades tenham sido atendidas, como indica Acerenza (2002):

o turismo, definitivamente, é uma atividade que tem lugar dentro do tempo livre, que está inserida nas de ócio e que, como tal, contribui para a melhoria da qualidade de vida da população, uma vez que esta tenha conseguido satisfazer suas necessidades mínimas de subsistência e alcançado boas condições de saúde, moradia e educação. (p.38)

Assim, sob o ponto de vista de Acerenza (2002, p.27), o tempo livre, quando dedicado às atividades turísticas e sob o enfoque do fenômeno sociológico apresenta-se como uma importante “oportunidade de se alcançar as necessidades que normalmente são deixadas de lado, quando o indivíduo se encontra entregue a sua vida de trabalho”.

Outro ponto de destaque do tempo livre dedicado ao turismo é o benefício econômico que o mesmo pode levar às comunidades locais envolvidas em seu desenvolvimento. Em muitos casos, o turismo pode mesmo reverter situações adversas.

Mais específico que o tempo livre é o tempo de lazer. O tempo de lazer, segundo a visão de Dumazedier (1999), pode ser assim descrito:

único conteúdo do tempo orientado para a realização da pessoa com fim último. Este tempo é outorgado ao indivíduo pela sociedade quando este se desempenhou, segundo as normas sociais do momento, de suas obrigações profissionais, familiares, sócio-espirituais e sócio-políticas. É um tempo que a redução da duração do trabalho e a das obrigações familiares, a regressão das obrigações sócio-espirituais e a liberação das obrigações sócio-políticas tornam disponível; o indivíduo se libera a seu gosto da fadiga descansando, do tédio divertindo-se, da especialização funcional desenvolvendo de maneira interessada as capacidades de seu corpo ou de seu espírito. Este tempo disponível não é o resultado de uma decisão de um indivíduo; é, primeiramente, o resultado de uma evolução da economia e da sociedade. (p. 91/92)

O mesmo autor aponta para um diferencial importante: que o lazer é direcionado para o bem estar dos que podem exercê-lo, de acordo com as suas possibilidades e preferências, sendo, portanto, passível de escolha por parte das pessoas que o exercem.

o lazer concerne a um conjunto mais ou menos estruturado de atividades com respeito às necessidades do corpo e do espírito dos interessados: lazeres físicos, práticos, artísticos,

intelectuais, sociais, dentro dos limites do condicionamento econômico social, político e cultural de cada sociedade. (1999, p. 92).

A relação do tempo de lazer com o trabalho, segundo Dumazedier (1999), é evidenciada pela liberação dos trabalhadores de seus afazeres laborais para dedicar-se, em tempos determinados, ao seu bem estar físico e mental sem, contudo, permanecer ocioso. “O lazer não é a ociosidade, não suprime o trabalho; o pressupõe. Corresponde a uma liberação periódica do trabalho no fim do dia, da semana, do ano ou da vida de trabalho” (p. 28). Assim, Dumazedier distingue quatro períodos de lazer: o lazer do fim do dia, o do fim de semana (*week-end*), o do fim de ano (férias) e o do fim da vida (aposentadoria).

Uma das principais opções de atividades exercidas durante o tempo de lazer e apontada por Castelli (1990) é o turismo, pelo seu caráter de dedicação pessoal, a movimentação e contato com culturas diferentes, sem, entretanto, apresentar um comportamento ocioso, pois exigirá dos que o exercem além de tempo e de recursos financeiros, disposição para cumprir uma programação estabelecida previamente.

O tempo de lazer pode ser ocupado com múltiplas atividades, sendo o turismo uma delas. Contudo, enquanto essas outras atividades de lazer não estão tão dependentes da renda das pessoas, o tempo consumido para a prática do turismo depende fundamentalmente dela. Consumir tempo turístico significa deslocamento e estada. Isto implica em dispendir recursos financeiros. (p. 40)

Desse modo, há que se ressaltar um ponto de grande importância: que as atividades turísticas relacionadas ao lazer possuem uma característica própria, claramente direcionada para ações opcionais, de acordo com as possibilidades financeiras pessoais e, principalmente, voltadas para a satisfação pessoal. Assim, quando as pessoas, voluntariamente, exercem o seu direito ao lazer, liberam-se de todas as suas obrigações: “o lazer é constituído por atividades que são desenvolvidas livremente pelas pessoas após terem-se liberado do trabalho e de todas as obrigações familiares e sociais” (Dumazedier 1999, p. 29).

A modernidade e suas conquistas proporcionaram às pessoas, segundo a visão de Marcellino (2001), possibilidades de dedicarem a si mesmas momentos de satisfação e prazer, contribuindo diretamente para a melhora na execução de suas obrigações, sejam elas trabalhistas, familiares ou sociais. Estas conquistas não devem parar por aí, pois as necessidades pessoais tendem a gerar novas conquistas não apenas para quem executa as obrigações, mas para o todo, facilitando a convivência.

É nesse novo tempo que são vivenciadas as situações de lazer geradoras dos valores que sustentam a chamada Revolução Cultural do Lazer. São reivindicadas novas formas de

relacionamento social mais espontâneas, a afirmação da individualidade e a contemplação da natureza. (p.15)

A questão sobre o aumento ou diminuição do tempo livre para o lazer e, conseqüentemente, para o turismo reitera a importância para a criação de opções que realmente satisfaçam os turistas. Assim, investir neste segmento de mercado é indispensável, não podendo deixar de se levar em conta a relação entre os anfitriões e os hóspedes, independente do local onde esta relação se dê.

2.1.2. Hospitalidade

O turismo e sua relação com o tempo livre e as atividades de lazer envolvem também questões que abrangem a qualidade de cada um de seus produtos. Esta qualidade pode ser caracterizada pela hospitalidade, que segundo Telfer (2004) pode ser descrita da seguinte forma:

é a oferta de alimentos e bebidas e, ocasionalmente, acomodação para pessoas que não são membros regulares da casa. Geralmente, aqueles que concedem hospitalidade, os anfitriões, oferecem tais coisas em suas próprias casas, partilhando seu próprio sustento com seus hóspedes (p. 54).

Já Duarte (1996, p.84) relaciona diretamente o aspecto de prestação de serviços do turismo e da hospitalidade ao seu desenvolvimento ininterrupto entre todos aqueles que estão envolvidos no seu cotidiano - profissionais e clientes - e a qualidade deste serviço:

Hospitalidade é prestação de serviços e envolve durante todo o tempo o relacionamento entre as pessoas cliente e profissional; portanto, a qualidade também está diretamente relacionada com o pessoal do hotel, e não só com os aspectos construtivos do empreendimento.

No ponto de vista de Brotherton & Wood (2004), hospitalidade indica troca entre os atores envolvidos, ou seja, o anfitrião e o hóspede.

a hospitalidade não é um processo unidirecional, nem algo exclusivamente comportamental por natureza. Não envolve apenas a demonstração de comportamento apropriado e hospitaleiro, mas a reciprocidade desse comportamento, de modo que a hospitalidade inclua um processo de troca bidirecional. Em conseqüência, temos, na terminologia associada, definições para “hospitaleiro” e anfitrião (aqueles que proporcionam hospitalidade) e “hóspede” e “convidado” (aqueles que são os receptores da hospitalidade). A hospitalidade também envolve a provisão de produtos materiais, na forma de acomodação, alimentos e/ou bebidas (p. 193/194).

Normalmente relacionada diretamente com meios de hospedagem, pode-se perceber que a hospitalidade abrange mais que hotéis, pousadas, restaurantes e empresas de *catering*, como muitos o fazem. A hospitalidade, segundo Cruz significa (2002):

“um fenômeno muito mais amplo, que não se restringe à oferta, ao visitante, de abrigo e alimento, mas sim o ato de acolher, considerando em toda a sua amplitude. Envolve um amplo conjunto de estruturas, serviços e atitudes que, intrinsecamente relacionadas, proporcionam bem-estar ao hóspede” (p.39).

O conceito de hospitalidade, entretanto, pode diferenciar-se conforme o autor, assumindo assim diversas formas e amplitudes. Dentre estes autores, cita-se aqui Paula (2002) que destaca a visão de hospitalidade de autores que a vêem com um sentido mais amplo que a simples palavra em si:

A hospitalidade é apresentada sob diversas formas, por diferentes autores, e por meio de inúmeros conceitos, tais como: confortabilidade, receptividade, liberalidade, sociabilidade, cordialidade, dentre outros. Mas há também quem prefira não adotar nenhum conceito por acreditar que o termo encerra um significado maior do que qualquer palavra possa expressar. Para esses autores, a hospitalidade perpassa o modo de pensar, agir e responder dos indivíduos, compreendendo, assim, uma parte de seu caráter (2002, p. 70).

A qualidade é um aspecto relevante quando se trata de hospitalidade, pois segundo Cruz (2002) uns são diferentes de outros, influenciando diretamente no processo de escolha dos turistas: “Alguns lugares são mais hospitaleiros do que outros e isso possivelmente se dá em função da dimensão socioespacial subjacente ao ato de acolher o visitante” (p.40). Cruz então ressalta este aspecto de relacionamento entre o turismo e a qualidade de acolhimento, influenciando diretamente as experiências dos turistas.

Todo turista está sendo, de alguma forma, recebido nos lugares. O que diferencia a experiência entre um e outro turista no que se refere à hospitalidade é a forma como se dá o seu acolhimento no destino (2002, p.43).

Além do ponto de vista referente à qualidade do acolhimento, a hospitalidade pode ser encarada como uma contribuição na transformação positiva de locais que não possuem uma atmosfera de humanização, como aponta Baptista (2002):

As práticas da hospitalidade contribuem decisivamente para dar uma configuração antropológica aos chamados não-lugares, potencializando a humanização de espaços de trânsito como estações de trem, aeroportos, hotéis, cafés, centros comerciais, parques, praças públicas e todos os outros territórios onde os dias se cruzam, na riqueza da sua diversidade e pluralidade, os destinos individuais (p. 161/162).

Explorados alguns conceitos e definições relativas à hospitalidade, com intuito de compreendê-la como fenômeno social e seus efeitos na relação entre anfitriões e turistas, aborda-se agora a função da mesma, assim descrita por Selwyn (2004):

A função básica da hospitalidade é estabelecer um relacionamento ou promover um relacionamento já estabelecido. Os atos relacionados com a hospitalidade obtém este resultado no processo de troca de produtos e serviços, tanto materiais quanto simbólicos, entre aqueles que dão hospitalidade (anfitriões) e aqueles que a recebem (os hóspedes) (p. 26).

Cientes da necessidade de envolver as questões de tempo, opções e qualidade no envolvimento dos atores que desenvolvem e usufruem as atividades de turismo, os responsáveis pela sua organização e prática devem concentrar esforços para viabilizar uma etapa primordial para o desenvolvimento do turismo, que é o seu planejamento.

2.2. Planejamento turístico

Devido ao seu perfil multidisciplinar, envolvendo um grande número de atividades paralelas e indiretas, o turismo apresenta-se como uma atividade em que a detecção de impactos torna-se difícil, sejam estes impactos positivos ou negativos. Esta característica típica do turismo dificulta o processo de planejamento da atividade, sendo que a falta deste acarreta também a falta de informações confiáveis sobre o seu desenvolvimento.

O acesso às informações é fundamental para que os órgãos públicos e empresas privadas possam implantar o planejamento turístico, sejam eles locais, regionais ou nacionais, e assim garantir que o seu desenvolvimento ocorra não apenas de acordo com a legislação vigente, mas também em parceria com os todos os atores envolvidos, isto é, àqueles que estão diretamente ligados às atividades turísticas.

Pesquisando e acompanhando as ações desenvolvidas no Brasil, Moura (2001) questiona o processo de planejamento turístico quando este ocorre sem a participação das comunidades envolvidas:

O que se questiona é que a atividade turística, assim como praticamente qualquer outra atividade econômica no país, carece de um verdadeiro planejamento, amplo e democrático, nacional, geral e ao mesmo tempo setorial e interconectado, com sólidas bases técnicas e científicas e menos dependentes das leis de mercado globalitárias. (Moura 2001, p.74).

Cavassa também salienta a influência que as comunidades locais e o entorno devem exercer na planificação turística, visto que as características gerais do meio ambiente é que determinarão ou não o êxito do turismo no local, e que o maior número de aspectos possíveis devem ser contemplados no processo de planejamento:

La planeación es una actividad integrativa que trata de elevar al máximo la eficacia del sistema. El enfoque lógico-sistémico de la planeación aprecia el entorno desde el punto de vista político, económico y competitivo, visualiza el papel deseado para la actividad, sector o empresa en dicho entorno; percibe las necesidades y los requerimientos del mercado; determina los posibles cambios del mercado y de otros grupos; convierte la planeación en un esfuerzo integral a base de investigación, diseño, desarrollo y servicio, y detalla la utilización de los recursos en cada área en función del todo. (2000a, p.117).

A manutenção das características das comunidades não pode ter como única finalidade a sua atratividade turística, mas sim a manutenção do seu modo de vida, o que minimizará os impactos advindos dos fluxos turísticos e, principalmente, para a manutenção e otimização da qualidade de vida das comunidades, o que gerará, por certo, qualidade de vida também para os turistas. “Em todos os níveis das sociedades humanas há um impulso para o replanejamento de cidades mais saudáveis” (Henderson 1996, p. 258).

Além da participação das comunidades locais, outro ponto que deve ser observado com profunda atenção no planejamento turístico é, segundo Barretto, o seu dinamismo e, conseqüentemente, a necessidade constante de monitoramento e avaliação das atividades, visto o seu dinamismo:

O planejamento é uma atividade, não é algo estático, é um devir, um acontecer de muitos fatores concomitantes que tem que ser coordenados para se alcançar um objetivo que está em outro tempo. Sendo um processo dinâmico é lícito a permanente revisão, a correção do rumo. Exige um repensar constante, mesmo após a concretização dos objetivos. (1996, p. 13).

O monitoramento e a avaliação das atividades turísticas proporcionarão aos órgãos envolvidos melhores condições para propor metas, principalmente econômicas, sendo elas tanto quantitativas quanto qualitativas. Não se pode deixar em segundo plano também o estabelecimento de um cronograma de ações para a implantação do planejamento, processo este definido por Lage (1996) da seguinte forma:

O turismo por ser uma indústria vasta e complexa deve ter as suas principais metas de crescimento quantitativo e qualitativo programadas e elaboradas através de um planejamento econômico, que pode ser definido como sendo um conjunto específico de metas econômicas quantitativas e qualitativas a serem atingidos em um dado período de tempo. (p. 107).

No que tange à coordenação do desenvolvimento do turismo, Beni (1998) atribui esta função aos órgãos públicos, destacando também o aspecto multidisciplinar e econômico da atividade: “Do ponto de vista econômico, de fato, o Turismo representa uma atividade plurissetorial que necessita de coordenação e de planejamento de seu desenvolvimento, que só podem ser promovidos pelo poder público” (p. 98).

Entretanto, no processo de planejamento, segundo visão de Bardet, o poder público não pode simplesmente se limitar a disciplinar a iniciativa privada, mas dotar o local com a infra-estrutura necessária para que o desenvolvimento possa se concretizar: “Planejar uma aglomeração é equipá-la com lugares de reuniões, espaços livres, serviços públicos, e não unicamente disciplinar a iniciativa privada” (1990, p.7).

Alguns autores defendem que até mesmo o tipo de planejamento turístico a ser adotado deve seguir as características que o local apresenta, assim como as prioridades estabelecidas no seu processo de implantação definida pelos dados e análises efetuadas anteriormente. Um desses autores é Alfonso, que defende a seguinte opinião:

Los niveles de planificación estarán dados por el grado de generalidad o la amplitud de análisis que abarquen. Los ámbitos se establecerán según el espacio físico que cubra el proceso de planificación que se emprenda. El producto dependerá del elemento a planificar y, finalmente, los destinos de la planificación turística se determinarán de acuerdo con las clases de turismo hacia los cuales se orientan sus esfuerzos. (2001, p.17).

O desenvolvimento do turismo deve passar, obrigatoriamente, por um processo de planejamento, onde cada elemento não pode ser planejado de forma isolada, mas que exista a participação de todos os atores envolvidos (onde a comunidade deve assumir um papel relevante) e que as potencialidades e as ameaças devam estar bem definidas, evitando executar ações que possam prejudicar o desenvolvimento turístico e a qualidade de vida da população.

Assim sendo, pode-se atrelar o desenvolvimento turístico ao processo de planejamento do mesmo, onde toda e qualquer tentativa de implantação da atividade sem conter este elemento deveria ser descartado, evitando-se assim a ameaça de destruição que o turismo pode acarretar ao ambiente e às comunidades locais. Deste modo, a infra-estrutura passa a desempenhar um papel fundamental no processo de planejamento, pois esta constituirá, juntamente com as necessidades locais e do desenvolvimento turístico, a espinha dorsal do planejamento local.

2.2.1. Infra-estrutura

Uma das questões básicas para o desenvolvimento do turismo, a infra-estrutura turística é constituída por diversos elementos. Beni (1998) aponta alguns destes elementos que o apóiam, assim como a importância que a mesma exerce sobre a eficiência de que a atividade necessita: “O processo de turismo se desenvolve de maneira eficiente quando dispõe da infra-estrutura de apoio, como transporte e comunicação, saneamento básico e ambiental, e serviços públicos” (p. 163).

Como parte integrante do planejamento, a infra-estrutura assume um papel de grande relevância no desenvolvimento do turismo, pois afeta e transforma a dinâmica do meio ambiente. Em muitos casos, a implantação inadequada e sem planejamento da infra-estrutura pode ocasionar impactos altamente negativos, podendo ainda, conforme afirmação de Cruz, comprometer o desenvolvimento turístico local.

A construção de infra-estrutura e das facilidades para este fim transformam inevitavelmente o aspecto físico do lugar escolhido para o desenvolvimento do turismo, e, se essas facilidades não forem planejadas de modo adequado, poderão afetar a qualidade do ambiente, tanto natural quanto cultural, que estão, muitas das vezes, no centro da atratividade dos lugares para o turismo. (2001, p.29).

Em algumas ocasiões, não é somente a implantação da infra-estrutura que causa os impactos, mas também as conseqüências de sua instalação, como o aumento do fluxo turístico principalmente em ambientes naturais, locais que geralmente não possuíam esta característica anteriormente. Assim, Cruz alerta que, ao planejar a instalação de infra-estrutura em locais como este, o planejamento e previsão dos impactos tornam-se indispensáveis: “Os impactos do turismo em ambientes naturais estão associados tanto à colocação de infra-estruturas nos territórios para que o turismo possa acontecer como à circulação de pessoas que a prática turística promove nos lugares” (Cruz 2001, p.31).

Um dos sintomas mais evidentes da necessidade de planejamento para a instalação de infra-estrutura são os empreendimentos turísticos localizados em regiões remotas e sem as estruturas básicas, existentes, normalmente, em centros urbanos, como geralmente é o caso dos *resorts*. Nestes casos em especial, a infra-estrutura assume um papel vital para o empreendimento, pois sem ela, conforme observa Andrade (2001), seu funcionamento pode tornar-se impossível.

Se o empreendimento não tem apoio urbano - por exemplo, um *resort* vinculado a vantagens paisagísticas e de meio ambiente, longe de qualquer cidade que pudesse garantir-lhe apoio em serviços e infra-estrutura -, a condição básica para seu funcionamento é ser acessível aos usuários (p. 38).

Para casos como este Costa (2002) propõe que o planejamento seja integrado com as comunidades locais a fim de minimizar os possíveis impactos que serão causados não apenas ao ambiente natural, mas à cultura e à economia locais.

A oferta de infra-estrutura mínima é condição essencial para o atendimento às necessidades da demanda turística. Porém, a satisfação desse item engloba também a necessidade de um planejamento com mínimo impacto ambiental e total integração entre grupos sociais envolvidos. (2002, p.41).

Planejar o desenvolvimento do turismo sem inserir a infra-estrutura em seu contexto constitui-se em um processo incompleto, além de ameaçar diretamente o êxito das atividades turísticas nas comunidades locais e, conseqüentemente, na sua economia. Além disso, como afirma Beni (1998), em alguns casos “o custo total dos investimentos na infra-estrutura tem de ser absorvido quase que inteiramente pelo setor turístico. Nesses casos, o risco de o custo ser proibitivo é maior” (p. 135).

Pode-se afirmar, então, que para que o processo de planejamento alcance os seus objetivos, ele deve incluir não apenas a infra-estrutura que será implantada ou a já existente, mas também os riscos ao patrimônio natural, verificando-se, assim, se o projeto proposto é viável ou não.

2.2.2. Turismo e Patrimônio Natural

Os recursos naturais constituem-se em um importante elemento para o desenvolvimento turístico. Por isso, a manutenção de seus atributos cênicos é indispensável, principalmente em locais que têm justamente na diversidade e conservação do patrimônio natural a sua atratividade. “Um dos esteios do conceito de desenvolvimento sustentado é a sua base ecológica. A conservação dos ecossistemas e dos recursos naturais é condição básica para o desenvolvimento sustentado” (Diegues 1996, p. 20).

Assim, o espaço passa a ser um componente indissociável do turismo, pois é nele que serão inseridas todas as facilidades para que as atividades turísticas desenvolvam-se normalmente. Entretanto, é necessário que a distribuição destes elementos siga um plano pré-estabelecido, pois a sua simples inserção no espaço, sem critérios ou estudos, pode causar sérios

impactos à sua atratividade. Esta distribuição coordenada de equipamentos e serviços turísticos no espaço é vista por Boullón da seguinte forma:

O espaço turístico é consequência da presença e distribuição territorial dos atrativos turísticos que, não devemos esquecer, são a matéria-prima do turismo. Este elemento do patrimônio turístico, mais o empreendimento e a infra-estrutura turísticas, são suficientes para definir o espaço turístico de qualquer país. (2002, p.79).

Entretanto, a transformação do espaço e a mudança de usos nem sempre é visto de modo positivo. A demanda pelo espaço, que muitas vezes é criada diretamente pelas atividades relacionadas ao turismo, não pode ser atribuída somente ao desenvolvimento turístico, responsabilizando-o pela transformação e uso do mesmo, pois certamente outras atividades contribuem para que isto ocorra. “O turismo corresponde a apenas um dos agentes de produção do espaço e, mesmo quando dominante, concorre com outras atividades antrópicas que formam o conjunto de forças responsável pelo direcionamento desse processo” (Cruz 2001, p.263).

Os equipamentos e serviços turísticos não podem ser inseridos em uma comunidade ou região sem que os mesmos sejam considerados parte integrante do espaço, e que sua inserção não cause impactos ao meio ambiente e a estas comunidades locais. Assim, ao planejar a sua disponibilização à oferta turística local, é importante que seja viabilizada não somente a participação da comunidade local no processo de planejamento, mas também a participação ativa dos órgãos públicos em seu ordenamento, visando respeitar as características locais, seus costumes, suas tradições, além do seu ambiente natural, integrantes indissociáveis que poderão contribuir para que o desenvolvimento turístico seja alcançado.

“A exploração turística desordenada tem provocado desequilíbrios ao meio ambiente que acabam por provocar prejuízos, não só para a natureza como também para o próprio turismo”. Esta afirmação de Lemos (2001, p. 97) demonstra o quanto é importante que sejam preservados os recursos naturais utilizados para fins turísticos, sob pena de inviabilizá-lo e, conseqüentemente, afetar negativamente as comunidades locais, quer pelo declínio da atividade turística e a conseqüente diminuição da geração de renda, quer pelos impactos causados aos ecossistemas locais.

Furlan alerta que, ao disponibilizar recursos naturais para fins turísticos, é necessário que os atores diretamente ligados ao seu desenvolvimento executem um diagnóstico preciso destes recursos e da infra-estrutura turística a ser implantada, a fim de não exceder os limites naturais dos ecossistemas locais.

Todo turismo deveria ser ecológico no sentido de que para usufruir da natureza é preciso ter um conhecimento prévio do ambiente a ser colocado à disposição do uso turístico. Todo turismo deveria se pautar no funcionamento da natureza e nos seus limites ecológicos ao planejar infra-estrutura e equipamentos turísticos (in Lemos 2001, p.128).

Ignarra também destaca a importância do patrimônio natural para o desenvolvimento das atividades turísticas, assim como a necessidade para a manutenção de suas características naturais. “O turismo tem nos atrativos o principal componente do produto. Assim, é de interesse do turismo que esses atrativos sejam preservados em seu estado natural. Desse ponto de vista, o turismo é importante alternativa para que reservas naturais sejam preservadas” (2001, p.113).

Nestes locais, onde os recursos naturais constituem-se no principal atrativo turístico de uma região, o planejamento deve priorizar a diminuição dos impactos causados por turistas que não estão habituados a conviver em *habitats* frágeis, pois, conforme afirmação de Lemos, estes impactos podem afetar o desenvolvimento da atividade turística no local.

Os impactos advindos do aumento de ocorrência de comportamentos inadequados e agressivos aos ecossistemas visitados por turistas de diversas origens e expectativas, incidem diretamente e progressivamente com elevada intensidade sobre o patrimônio natural da região, isto é, o objeto primeiro da visita (2001, p. 83).

Cavalcanti considera ideal para o desenvolvimento turístico relacionado aos recursos naturais que as políticas a serem implantadas sejam vinculadas à qualidade do meio ambiente, garantindo assim que as especificidades locais sejam respeitadas, brindando tanto os aspectos ambientais quanto culturais do local.

Se o planejamento do controle da qualidade do meio ambiente não pode ser desvinculado das políticas de desenvolvimento e da distribuição dos benefícios sociais por ele gerados, tampouco essas políticas podem continuar a ser orientada pelos tradicionais modelos normativos e tecno-econômicos de planejamento, que não reconhecem as especificidades das inter-relações dos fatores naturais e culturais de uma realidade planejada (1998, p. 278).

Tal qual Cavalcanti, Costa vê como alternativa para o desenvolvimento turístico vinculado à qualidade de vida das comunidades locais a observância dos três pilares da sustentabilidade turística, ou seja: o aspecto econômico, o social e o ambiental. Os três aspectos, quando respeitados, facilitam o alcance de uma harmonia do meio ambiente, minimizando os impactos que o turismo gerará na comunidade local. “Com isso, há de se ter em conta a facilitação do equilíbrio entre os valores econômico, humano (social) e ecológico (ambiental), que deverá trazer respeito à qualidade do ambiente, a utilidade turística e a simplicidade dos serviços dentro da realidade local” (Costa 2002, p.41).

Sendo assim, o planejamento, quando harmonizado com as comunidades locais, ao ambiente natural e suas características peculiares, e a viabilidade econômica para a sua execução, os objetivos de minimização de impactos podem ser alcançados mais facilmente. Entretanto, não se pode esquecer que o processo continua, sendo necessário que o desenvolvimento turístico seja acompanhado por um processo de gestão para que as medidas previstas no seu planejamento sejam acompanhadas, monitoradas e corrigidas, principalmente quando o objetivo é promover um turismo que respeite o meio ambiente, isto é, um turismo ecológico. “O objetivo do gerenciamento ecológico é minimizar o impacto ambiental e social das empresas, e tornar todas as suas operações tão ecologicamente corretas quanto possível” (Callenbach et al 1993, p. 86). É a partir de posturas ativas e responsáveis ambiental, social e economicamente que o turismo poderá atingir qualidade esperada não apenas pelos empresários do setor, mas por todas as comunidades que o acolhem.

2.2.3. Gestão da qualidade turística

Os princípios da gestão, segundo Andrade (2001), envolvem todos os requisitos fundamentais das atividades turísticas, o que vem a ressaltar a importância de sua adoção não apenas em comunidades que o desenvolvem, mas também e principalmente àquelas comunidades que possuem potencial para isto.

Os princípios da gestão específica tanto dos recursos para lazer como dos potenciais e dos recursos turísticos, devem ser observados com rigor e atenção especiais, pois a humanização das vendas, do acolhimento e da assistência às diversas clientelas precisam ser ressaltadas, pois a sociedade está em busca de operacionalização ética da educação, da amabilidade e da amizade, que são fundamentais nas atividades de lazer e de turismo (p.22).

Além de reconhecer esta realidade, as comunidades não podem esquecer qual é a finalidade de um plano de gestão, e o que isto acarreta aos gestores e à comunidade, já que os critérios utilizados em sua implantação refletirão diretamente na qualidade dos serviços prestados aos turistas, no retorno dos investimentos, assim como na qualidade da mão de obra empregada. O mesmo autor resume isto da seguinte maneira:

A primeira preocupação e a finalidade última da boa gestão das empresas prestadoras de serviços de lazer e turismo resume-se no que muitos ocultam, mas que muito preocupa a todos os empreendedores e gestores: a gestão deve ser encarada como resposta à necessidade de fazer-se um planejamento técnico criterioso, para atingir os objetivos pretendidos, a partir das necessidades da poupança de tempo e dinheiro e da

restrição do tempo regulamentar de trabalho semanal dos funcionários (Andrade 2001, p.25).

Pode-se perceber com esta afirmação que um dos principais objetivos dos processos de gestão é o alcance da qualidade. Assim, sendo o turismo uma atividade relacionada ao setor de serviço, isto é, que tem como característica o contato direto entre os agentes promotores e os consumidores, e com a agravante de não ser possível estocar o produto turístico, a sua qualidade assume uma relevância ainda maior. Cavassa (2000) relaciona qualidade ao turismo da seguinte forma:

La calidad es el resultado de un proceso largo, paulatino, creativo y de inducción de nuestras facultades para alcanzar la excelencia en el servicio. Es consecuencia de la interacción entre el prestador de servicios y el turista, lo que da lugar a unas relaciones precedentes consecuencia de los requerimientos del turista al prestador: unas relaciones consecuentes, resultado de la oferta del prestador hacia al turista, y relaciones sociales, que conllevan a la satisfacción mutua (p.189).

Um outro ponto fundamental no processo de gestão da qualidade é destacado por Fonteles (2000): a participação. Segundo o autor, a participação geral, via parceria, pode afetar positivamente a qualidade da gestão ao prevenir impactos de grandes proporções, destacando que a participação das comunidades locais é indispensável, mas que muitas vezes são relegados a um segundo plano devido à sua fragilidade no contexto econômico.

É de fundamental importância a atuação da sociedade civil organizada, intervindo com qualidade nesta questão, elaborando e viabilizando planos que diminuam os efeitos catastróficos, inclusive exigindo o cumprimento da legislação existente, que é relativamente vasta, embora confusa no que diz respeito às suas intenções, não se constituindo em um conjunto sistemático de normas. Tal atuação deve ser pautada na possibilidade de parcerias entre os diversos setores envolvidos, inclusive dos moradores nativos, normalmente mais frágeis do ponto de vista econômico e político (p. 144).

Pode-se observar que a gestão da qualidade e a participação dos profissionais do turismo e dos turistas tendem a afetar o produto turístico em si, pois é desta conjunção de forças que se pode atingir um dos objetivos do turismo: a sua sustentabilidade econômica.

Assim como qualquer outra atividade econômica, o turismo causa impactos ao meio ambiente, principalmente devido ao seu caráter de consumo *in situ*. E quando a atividade desenvolve-se diretamente com o uso dos recursos naturais, a necessidade acompanhar este desenvolvimento é vital, já que as alterações causadas ao meio ambiente influenciam o seu desenvolvimento, o que levou Diegues (1996) a declarar:

O processo de desenvolvimento sócio-econômico, por implicar a utilização de recursos naturais, produção de resíduos, deslocamentos de populações e de atividades produtivas

e outros processos que alteram os ecossistemas, afeta de diversas maneiras a biosfera e esta, por sua vez, o processo de desenvolvimento (p. 38).

Entretanto, não se deve separar o patrimônio natural dos demais ao se implantar um processo de gestão turística. Deve-se, ao invés de isolá-los, inseri-los como parte de um todo, pois como observa Backer (1995), “de tanto querer criar confronto entre um ecossistema industrial e um ecossistema natural, irrefletidamente esquecemos que se trata do mesmo ecossistema, que, a partir de agora, deve ser administrado de maneira responsável” (p.2).

É preciso que os gestores das atividades turísticas percebam que, mesmo quando optam pela adoção de um modelo de gestão baseado na sustentabilidade, não se pode esquecer que o seu desenvolvimento provocará impactos ao meio ambiente, sendo aconselhável que estes impactos sejam considerados em seus planos de gestão.

Uma consciência sobre os princípios da ecologia conduz ao reconhecimento de que toda a atividade humana tem um custo ecológico a ela vinculado, o que significa que qualquer intervenção nos sistemas e processos deve considerar a capacidade de sustentação, a elasticidade, e a diversidade da base de recursos naturais (Martine 1996, p. 172).

Prevenir a descaracterização do meio ambiente e da comunidade local deve passar, obrigatoriamente, pela ação efetiva dos órgãos públicos, pois cabe a ele fazer o papel de monitoramento da atividade turística, assim como disciplinar toda e qualquer ação que possa causar impactos negativos sócio-ambientais nas localidades, como observa Garms (in Lemos, 2001):

as propostas para o turismo voltar-se-ão para o redirecionamento das ações preventivas, corretivas e punitivas, procurando estabelecer normas e realizar fiscalização que permitam minimizar os efeitos negativos à fauna, flora, patrimônio cultural e ao ecossistema como um todo (p. 147).

A qualidade do produto turístico atrelado aos recursos naturais não deve se resumir ao cumprimento da legislação vigente. Seria interessante ir mais além: deveria mudar de uma visão meramente quantitativa para uma visão qualitativa, criando assim condições propícias para o desenvolvimento local: “esse novo pensamento precisa ser acompanhado de uma mudança de valores, passando da expansão para a conservação, da quantidade para a qualidade, da dominação para a parceria” (Callenbach et al 1993, p. 87).

Infelizmente, este processo de respeito sócio-ambiental geralmente só ocorre quando os interesses econômicos assim o determinam, ou se e quando os atores responsáveis pelo seu desenvolvimento – órgãos públicos, consumidores e comunidades locais – promovem uma

pressão sobre o modelo de gestão adotado pelos empreendimentos. Martine considera estas duas opções como as que geralmente produzem efeito.

Em geral, a adoção de tecnologias de preservação ambiental, no setor privado, ocorre em duas situações: quando as tecnologias ambientais são capazes de reduzir os custos de produção, ou quando as empresas se encontram sob pressão de consumidores, trabalhadores, movimentos comunitários, ambientalistas ou sob pressão do governo (Martine 1996, p. 57).

A necessidade de integração entre o desenvolvimento econômico e os ecossistemas em que os empreendimentos estão inseridos podem vir a auxiliar, segundo Backer, na valorização dos destinos turísticos, agregando valor ao produto e, por conseguinte, valorizando as comunidades locais.

Nas empresas industriais e de prestação de serviços começa a surgir uma certa conscientização da exigência inexorável de integração da atividade econômica no ecossistema, que será uma das mais formidáveis forças motrizes do aumento do valor agregado. (1995, p. 48).

É por isso que esta relação tem que ser percebida pelos empreendedores, gestores e comunidades, pois a integração tende a trazer benefícios diretos não apenas no aspecto sócio-ambiental, mas também no que se refere aos benefícios econômicos indispensáveis a todo e qualquer empreendimento.

Certamente, estes são passos decisivos para que o turismo possa atingir um estágio de desenvolvimento que viabilize a prática de um modelo turístico baseado na sua sustentabilidade econômica, ecológica e social.

2.3. Turismo sustentável

O turismo, independentemente do local de seu desenvolvimento, deve adotar um modelo que respeite o meio ambiente, isto é, que procure minimizar os impactos causados aos ecossistemas, às populações locais e, conseqüentemente, à viabilidade financeira do empreendimento, procurando promover um desenvolvimento harmônico com todos os elementos que o cercam na busca pela sua sustentabilidade. Esta sustentabilidade é assim definida por Sancho (2001, p. 245):

O ponto de partida do conceito de turismo sustentável está dentro das teorias referidas ao desenvolvimento sem degradação nem esgotamento dos recursos. Pode-se dizer que a conservação dos recursos para que a geração presente e as futuras possam desfrutar deles.

Por tratar-se de um conceito relativamente novo na área do turismo, a sustentabilidade é ainda mal interpretada, ligando-a apenas aos recursos naturais e a pequenos grupos de turistas, esquecendo-se de agregar fatores de suma importância como àqueles ligados ao meio ambiente e aos ganhos sociais das comunidades, como aponta Kinker (2002):

O conceito de desenvolvimento sustentável pode e deve ser aplicado à indústria do turismo, pois está intimamente ligado à manutenção da qualidade do meio ambiente, do qual esta atividade depende. Equivocadamente, sugere-se que o turismo sustentável é simplesmente outro tipo de turismo, sinônimo de ecoturismo ou antítese do turismo de massa. Entretanto, é um outro tipo de desenvolvimento do turismo que deve, na verdade, levar em conta não só o fator econômico, mas também os fatores ambientais e sociais (p.17).

Assim, adota-se nesta pesquisa a definição de turismo sustentável desenvolvido e adotado pela Organização Mundial do Turismo, que é a seguinte:

O desenvolvimento do turismo sustentável atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro. É visto como um condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida (OMT 2003, p.24).

Deste modo, aborda-se a seguir questões referentes aos três âmbitos inseridos no desenvolvimento do turismo sustentável: a sustentabilidade financeira, sócio-cultural e ambiental do produto turístico.

2.3.1. Economia Turística

A importância que o turismo representa para a economia é um fato inquestionável, o que incentiva a sua implantação para o aquecimento da economia local. Entretanto, a busca desenfreada de crescimento econômico baseado nas atividades relacionadas ao turismo pode trazer consigo graves conseqüências ao seu desenvolvimento, principalmente nos casos onde os atrativos naturais é que representam sua principal fonte de atratividade.

O turismo, como qualquer outra atividade produtiva, tem entre os seus objetivos a lucratividade do empreendimento. É inegável que o fator econômico é importante, até mesmo para que as atividades desenvolvidas garantam a sua sustentabilidade, pois sem a entrada de divisas, o empreendimento torna-se inviável. Entretanto, Barretto (1996) destaca o fato de que, para muitos governos “o turismo é visto como um grande investimento. Este aspecto tem sido, a miúdo, o único visualizado pelas políticas nacionais de turismo” (p. 49).

Quando cientes dos perigos a que estão expostos devido ao crescimento desordenado e à dependência financeira, principalmente quando a monocultura é implantada, as comunidades, os órgãos públicos e os empreendedores conquistam melhores condições para avaliar constantemente o processo de desenvolvimento turístico na região, optando pelas alternativas que realmente sejam viáveis.

O turismo pode ser uma atividade coadjuvante de desenvolvimento econômico. No entanto, dependerá sempre da relação que resultar entre custos e benefícios, ou da relação de contabilidade. Convém desenvolver o Turismo em todos aqueles casos em que for rentável fazê-lo, e não desenvolvê-lo, empregando recursos liberados para outro setor quando não o for (Beni 1998, p. 71).

Mesmo diante da possibilidade de gerar impactos negativos, é inegável a importância econômica que o desenvolvimento turístico desempenha para as comunidades locais. Entretanto, segundo observação de Lage (1996), é preciso que estas divisas, ou pelo menos parte delas, sejam revertidas em benefício das comunidades locais via infra-estrutura para que estimulem não apenas o incremento do fluxo turístico, mas também a qualidade de vida da população local.

A entrada de divisas, via setor turístico, é de grande importância para o crescimento econômico dos países em desenvolvimento. Porém, devemos ressaltar que, muitas vezes, alguns desses países são incapazes de aplicar toda a entrada de divisas, via gastos em seus produtos, nos programas de crescimento do turismo interno e da economia. (p. 93).

A necessidade de integração entre o desenvolvimento econômico e os ecossistemas em que os empreendimentos estão inseridos podem vir a auxiliar, segundo Backer (1995), na valorização dos destinos turísticos, agregando valor ao produto e, por conseguinte, valorizando as comunidades locais.

Nas empresas industriais e de prestação de serviços começa a surgir uma certa conscientização da exigência inexorável de integração da atividade econômica no ecossistema, que será uma das mais formidáveis forças motrizes do aumento do valor agregado. (p. 48).

É por isso que esta relação tem que ser percebida pelos empreendedores, gestores e comunidades, pois a integração tende a trazer benefícios diretos não apenas no aspecto sócio-ambiental, mas também no que se refere aos benefícios econômicos indispensáveis a todo e qualquer empreendimento.

O desenvolvimento econômico e o cuidado com o meio ambiente são compatíveis, interdependentes e necessários. A alta produtividade, a tecnologia moderna e o desenvolvimento econômico podem e devem coexistir com um meio ambiente saudável. (Dias 2000, p.226).

Esta relação, quando identificada pelos atores envolvidos no seu processo de desenvolvimento, além de influir positivamente nas questões sociais, ambientais e econômicas, pode influir também na longevidade dos empreendimentos turísticos. “Investir no capital natural, de fato, é o meio mais seguro de tornar durável o funcionamento da economia – e seu desenvolvimento” (Cavalcanti 1999, p. 33).

Deste modo, com a receita gerada pelo desenvolvimento das atividades turísticas garantir-se-á melhores condições não apenas para a implantação do processo de planejamento turístico, mas também condições para um melhor aproveitamento do espaço a ser utilizado para a implantação dos equipamentos, serviços e infra-estrutura turística.

Pode-se perceber que os recursos naturais têm sido um importante aliado para o turismo e o crescimento das economias de muitos lugares, inclusive países. Porém, este crescimento tem que ser atentamente acompanhado, pois se a base para o seu desenvolvimento são os recursos naturais, preservá-los constitui-se em uma questão de sobrevivência do turismo sendo, portanto, necessário que se gerencie as atividades turísticas sob o enfoque da gestão ecológica para, assim, promover a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais.

2.3.2. Comunidades Locais

“Não há lugares iguais. O modelo de turismo que se vem implementando teima em homogeneizar lugares, paisagens e culturas”. Esta observação de Lemos (1996, p. 99) demonstra a realidade do desenvolvimento turístico atual, que desconsidera as características locais para reproduzir modelos consagrados, mas que não possuem uma identidade específica que as integre às comunidades que as acolhem. Na contramão deste modelo de desenvolvimento, Kotler recomenda que cada localidade respeite as suas características ao desenvolver qualquer tipo de atividade, e com o turismo não pode ser diferente, pois quanto mais diferenciado for o produto ou serviço, maior possibilidade de êxito ele terá.

Nenhum lugar vai determinar suas estratégias, utilizar seus recursos, definir seus produtos ou implantar seus planos da mesma forma. Cada local apresenta uma história, cultura, política e lideranças diferentes, e sua própria maneira de lidar com as relações entre o setor público e privado. Por conseguinte, é preciso reconhecer que não existem panacéias, doutrinas, receitas ou simples elixires mágicos (Kotler et al 1994, p. 23).

Fonteles (2000) é mais enfático em seu posicionamento. Para o autor, deveria ocorrer uma parceria entre todos os atores envolvidos no processo de planejamento turístico,

inclusive (ou principalmente) as comunidades locais, pois estes é que serão diretamente atingidos pelas decisões tomadas durante todo o processo de desenvolvimento das atividades turísticas.

Excluir a população local dos projetos turísticos não tem sido o melhor caminho para a sustentabilidade. Entendemos que a parceria entre poder público, iniciativa privada e população receptora, a partir de um planejamento estratégico, viabilizaria qualquer empreendimento que, sintonizado com o imaginário turístico, se instalasse em área receptora (p. 88).

Por isso, as localidades turísticas devem ser valorizadas para que a qualidade de vida da sua população seja atingida, direcionando a sua evolução de acordo com as suas necessidades e não a mercê dos empreendimentos turísticos. Focar o desenvolvimento turístico nos empreendedores pode ser arriscado, pois de acordo com Lopes, estes, na maioria das vezes, não estão muito preocupados com as condições econômicas, sociais e ambientais das comunidades locais.

Para cumprir a sua função, para garantir a qualidade de vida de seus habitantes, as cidades precisam tomar consciência de si mesmas, observando-se como seres vivos a tratar de coordenar esforços para alcançar objetivos comuns a todos os seus habitantes e agentes econômicos e sociais (1998, p.14).

Não se pode esquecer, também, que os efeitos que um modelo turístico sem a participação local pode provocar impactos difíceis de reverter. Este ponto de vista pode ser claramente observada na obra de Lage (1996), quando esta afirma: “Em muitas situações as atividades turísticas impõem certos custos sociais e ambientais às regiões turísticas e aos residentes. Muitas vezes o crescimento do turismo pode provocar uma devastação nos recursos naturais e culturais dessas regiões” (p. 97).

A relação entre as comunidades locais e o planejamento, segundo Hilhorst (1973), é indispensável, pois seus elementos e necessidades devem ser contemplados durante o processo de planejamento turístico regional: “uma teoria do desenvolvimento regional deve, por conseguinte, incluir os elementos pelos quais a ação dos indivíduos possa ser relacionada com a ação dos governos, isto é, relacionada com o planejamento” (p. 19).

Ao se desprezar a participação das comunidades locais do processo de planejamento turístico de uma localidade, pode-se criar uma ameaça ao patrimônio natural local, e esta ameaça pode refletir diretamente no desenvolvimento turístico. Leis (in Cavalcanti, 1999) vai mais longe, afirmando que:

Não existe governabilidade ambiental sem negociação, e não existe negociação sem espaços aptos para uma participação baseada numa ação comunicativa eficiente, em que os melhores argumentos tenham uma chance real de prevalecer frente às visões instrumentais dos atores políticos e econômicos tradicionais. (p. 240)

É por isso que a Henderson (1996) considera que planos de desenvolvimento baseados na sustentabilidade podem ter, como em muitos casos, o ponto de partida e administração centradas em um nível mais local possível: “Muitos planos de ação política de desenvolvimento sustentável são iniciados e administrados melhor nos níveis provinciano, urbano e local” (p. 58).

A simples adoção de tecnologias inovadoras (e de menor custo), mas que não levam em conta as peculiaridades e características locais deve ser revista, pois esta falta de sintonia com o ambiente pode provocar impactos bastante significativos. Casasola assim exprime sua preocupação:

En vez de adaptar los ecosistemas turísticos a tecnologías importadas que se han aplicado en regiones ecológicas y culturales distintas, que suelen llevar una alta carga de deterioro y que responden al propósito exclusivo de reducir costos para incrementar tasas de ganancia y desplazar mano de obra, es necesario cambiar de estrategia y aplicar tecnologías apropiadas a las condiciones particulares del entorno natural y cultural en donde serán utilizadas. (2000, p.61).

A ameaça que o desenvolvimento desordenado de atividades turísticas provoca ao patrimônio natural, apontado por Lage & Milone, não se limita aos recursos naturais das localidades, mas incluem também o patrimônio cultural e, conseqüentemente, o potencial turístico da região, pois podem perder os diferenciais que apresentavam antes do fluxo turístico se iniciar no local.

As atividades turísticas também estão diretamente ligadas à questão ecológica porque o turismo feito de forma desordenada e além da capacidade de recepção de um local em determinado tempo, acaba se transformando num fator de poluição e de destruição não só do patrimônio natural existente mas também do próprio patrimônio cultural da comunidade. (2000, p. 81).

A inclusão das comunidades locais nos processos de planejamento da UC nos mais diferentes locais, espaços e infra-estruturas é elemento indispensável para que estas comunidades alcancem o êxito esperado, gerando além de benefícios econômicos aos moradores, a tão sonhada qualidade de vida. Não se pode esquecer, entretanto, que a cultura local também tem uma grande importância neste contexto, isto quando a mesma não se constitui no maior atributo turístico da região sendo, portanto, vital que a suas características sejam conservadas.

2.3.3. Patrimônio Cultural

O desenvolvimento do turismo está intimamente ligado ao seu patrimônio. Por isso, é preciso que os atores envolvidos estejam cientes da importância de sua conservação e/ou preservação, pois são eles que determinarão a potencialidade turística de uma localidade. Ignarra (2001) destaca que não apenas o patrimônio natural deve ser preservado, mas também o patrimônio cultural, já que o autor considera-os indispensáveis para a atratividade turística: “O papel de preservação do patrimônio não se restringe ao patrimônio natural. Também o patrimônio cultural passa a ser mais preservado na medida em que haja interesse turístico” (p.113).

Já Casasola (2000) relaciona diretamente o patrimônio natural ao patrimônio cultural, e as mudanças que um provoca ao outro, gerando modificações que podem refletir-se nas atividades turísticas locais: *“La cultura y el medio están estrechamente relacionados: la primera es una forma de adaptación al medio, si éste se transforma o modifica, la cultura también experimenta transformaciones, cambios o readaptaciones”* (p.32).

Um exemplo claro de transformação e de mudança de uso são os prédios históricos. Muitos destes prédios encontravam-se, antes do desenvolvimento turístico, em péssimas condições de conservação, sendo considerados até mesmo um impedimento ao desenvolvimento local, pois exigem dos órgãos públicos investimentos para a sua manutenção, mas impossibilita a sua utilização. Para o turismo, estes prédios têm um grande potencial de uso, como aponta Ignarra:

Na medida em que esses prédios históricos tenham interesse turístico, torna-se viável economicamente conservá-los. Vários são os exemplos de edifícios históricos que foram transformados em museus, pousadas, centros culturais, centros de eventos, restaurantes, centros comerciais, etc., permitindo a preservação de suas características naturais (2001, p.114).

O patrimônio cultural de uma localidade constitui-se, segundo Casasola (2000), da sua evolução ao longo do tempo, gerando elementos que as caracterizam e as distinguem das demais localidades através da reprodução de seus costumes e tradições. Sendo estes elementos próprios destas localidades, eles geralmente são intangíveis.

El patrimonio cultural de un país o región está constituido por todos aquellos elementos y manifestaciones tangibles o intangibles producidas por las sociedades, resultado de un proceso histórico en donde la reproducción de las ideas y del material se constituyen en factores que identifican y diferencian a ese país o región (p.31).

As manifestações espontâneas a que as comunidades estão sujeitas traduzem as suas características e o seu perfil, sofrendo modificações ao longo dos tempos. Estas modificações devem ser consideradas normais, pois fazem parte do processo evolutivo das comunidades, no qual qualquer tentativa de intervenção direta pode causar uma descaracterização da mesma, pois como observa Aveline (1999), “uma civilização que não respeita a diversidade da vida está condenada a morrer ou mudar, porque a vida nunca será uma monocultura” (p. 43).

Assim sendo, ao valorizar os patrimônios culturais, que constituem um elemento importante para o desenvolvimento do turismo juntamente com o patrimônio natural, o que se está valorizando é a base para o desenvolvimento turístico, viabilizando assim as comunidades receptoras e os empreendimentos turísticos locais.

O patrimônio turístico, variável de peso na conceituação do patrimônio cultural brasileiro, extraordinária fonte de circulação de riquezas, quando bem administrado, reverte principalmente em benefício da coletividade como fonte inesgotável de bem-estar, harmonia e satisfação geral, além da conseqüente valorização da propriedade, pública e privada (Brasil Pinto 1998, p.125).

O turismo, como se pode perceber, causa impactos altamente positivos para a preservação da cultura local. Esta influência é destacada por Acerenza (2002), quando este aponta alguns elementos que são preservados devido ao desenvolvimento do turismo: “O turismo contribui ativamente com a proteção e preservação de monumentos arqueológicos e testemunhos de culturas passadas, os quais constituem a herança cultural da civilização atual” (p.141).

A Organização Mundial do Turismo relaciona o desenvolvimento do turismo com a valorização cultural das comunidades receptoras, apontando-o como um impulsionador das manifestações culturais: “pode ser útil o estabelecimento de um programa sociocultural que ofereça uma abordagem estruturada de utilização do turismo para auxiliar na conquista da conservação cultural. Ao mesmo tempo, essas expressões culturais podem servir como atrativos turísticos significativos” (OMT 2003, p. 113).

Entretanto, não se pode considerar apenas um elemento isoladamente para desenvolver o turismo em uma comunidade, região ou país. Deve-se incluir o maior número de elementos possíveis durante o processo de planejamento para que a atividade turística se consolide em bases sólidas, minimizando os impactos oriundos de sua execução. E para que isto se concretize, a gestão da atividade turística deve ser priorizada, pois incluirá além dos elementos indispensáveis para o desenvolvimento turístico, as várias etapas de sua evolução, além, é claro, dos diferentes locais onde o mesmo pode ou está sendo desenvolvido.

2.4. Turismo responsável: uma alternativa?

Apesar de contar com uma significativa aceitação no desenvolvimento turístico, o turismo sustentável não goza de uma posição de unanimidade entre os pesquisadores atuais, principalmente quando o mesmo é relacionado às questões sociais. Até mesmo o Relatório Brundtland, documento que define e propõe o desenvolvimento sustentável, causa confusão entre desenvolvimento e crescimento, estabelecendo uma relação direta e prioritária com a economia, conforme aponta Souza (2000):

o desenvolvimento sustentável, neste relatório, visaria não à manutenção da natureza em si, mas à manutenção dos fluxos de produção, investimentos, crescimento e disponibilidade de matérias primas e recursos naturais, dentro de uma concepção de meio ambiente como prestador de recursos para o sistema econômico e como fator de bem estar. A lógica do desenvolvimento sustentável, portanto, seria a lógica da “eficiência global” (p. 75).

Santos Filho (in Bahl, 2003) é mais incisivo ao alertar para as reais intenções dos grandes grupos internacionais, que buscam novas fronteiras para seus negócios sem se preocupar com os impactos que os mesmos causarão às comunidades: “Os grandes empresários estrangeiros buscam mostrar suas intenções de ecologistas, porém seus interesses estão acima de qualquer possibilidade de diminuir seus lucros” (p. 374).

Além disso, a base deste desenvolvimento não pode se pautar simplesmente na sua sustentabilidade, já que este, apesar de indicado, é de difícil alcance, principalmente para países em desenvolvimento, conforme destaca Frey (in Ambiente e Sociedade):

Apesar da comunidade internacional se reportar unanimemente favorável à concepção de desenvolvimento sustentável, dificilmente consegue-se reconhecer esse suposto compromisso com a defesa do meio ambiente e das gerações futuras nas ações e medidas atuais. Pelo menos os resultados referentes às determinações de metas concretas nas conferências internacionais e às políticas públicas adotadas em boa parte dos países ficam significativamente aquém das recomendações que boa parte dos cientistas e ambientalistas consideram indispensáveis a fim de alcançar a estabilização do clima mundial e um desenvolvimento ecologicamente sustentável (2001, p.116).

Souza (2000) também faz críticas ao desenvolvimento sustentável, principalmente devido ao seu caráter de modelo universal, ou seja, que não prioriza as especificidades de cada comunidade, o que, segundo o autor, contribui para a exclusão social das classes mais baixas, principalmente nos países em desenvolvimento:

“os modelos de desenvolvimento implementados pelo homem até então, pretensamente universais, centrais e burocraticamente planejados (...), produziram não só um drástico

incremento na taxa de destruição da natureza, como também a deterioração da diversidade cultural e a própria exclusão social. Ao lado de promover uma ampla modernização dos meios de vida humanos, promoveu também, além da degradação ambiental, um distanciamento crescente entre as condições de vida e os padrões de consumo de ricos e pobres, entre países desenvolvidos e de terceiro mundo; e uma crescente deterioração cultural face à massificação do consumo e à universalização dos estilos de vida e de desenvolvimento” (p. 162-163).

Outro ponto de críticas ao modelo de desenvolvimento sustentável, segundo Frey (2001, p.135), diz respeito à falta de estratégias que possam indicar aos políticos, administradores, empreendedores e população em geral um caminho a ser traçado para que o mesmo seja atingido: “É portanto insuficiente uma teoria democrática normativa, estipulando um estado futuro desejável, sem oferecer estratégias para que este estado possa ser alcançado”.

Um conceito de Turismo Responsável é apresentado por Salvatti (2004), onde o autor demonstra uma preocupação maior com a inclusão e melhoria da qualidade de vida das comunidades locais, ponto este que o conceito de sustentabilidade não prioriza.

o turismo responsável, no contexto de uma estratégia para a sustentabilidade ampla dos destinos turísticos, é aquele que mantém e, onde possível, valoriza as características dos recursos naturais e culturais nos destinos, sustentando-as para as futuras gerações de comunidades, visitantes e empresários (p. 16).

Assim sendo, tendo como base as pesquisas efetuadas referentes ao turismo, desenvolvimento sustentável e alternativas de manejo, parte-se, então, para a construção de um conceito de Turismo Responsável em Unidades de Conservação, a ser adotado nesta Tese:

Segmento do turismo concebido através do planejamento comunitário participativo em unidades de conservação da natureza, dentro das limitações impostas pelo seu plano de manejo, compatível com a capacidade de suporte dos ambientes naturais, considerando-se as condições sócio-culturais e econômicas e respeitando e valorizando as especificidades locais ao desenvolver as atividades turísticas de modo inclusivo.

O Turismo Responsável, como se pode perceber, tem uma fundamentação diferente do turismo sustentável, pois preconiza a participação efetiva da comunidade em todos os estágios do desenvolvimento turístico, proporcionando, assim, condições mais favoráveis para que este desenvolvimento tenha como sustentáculo a própria comunidade, agregando seus valores e suas experiências, além de suas próprias expectativas de desenvolvimento. Outro fator importante, percebido durante a pesquisa participante, resume-se no fato de que a explicação aos

atores sobre o significado de Turismo Responsável é facilmente compreendido e assimilado, enquanto a teoria de Turismo Sustentável normalmente gera inúmeras discussões e até mesmo desconfiança sobre sua exequibilidade.

Estes são os principais pontos de referência do autor para a utilização desta terminologia em substituição ao conceito de Turismo Sustentável. Isto, entretanto, não pode ser encarado como uma simples substituição terminológica, mas sim, uma mudança de atitude para com a população local e, conseqüentemente, sua efetiva participação no desenvolvimento turístico de uma região, município ou, neste caso específico, nas Unidades de Conservação. Além disso, as questões ambientais não podem ser encaradas como prioritárias neste contexto, mesmo em se tratando de Unidades de Conservação, mas sim como parte de uma situação desejada onde ambiente, cultura, sociedade e economia sejam, efetivamente, pilares para a filosofia de responsabilidade turística.

A adoção de critérios e parâmetros de desenvolvimento turístico baseado nas necessidades e expectativas da comunidade favorece o envolvimento das mesmas, pois as decisões acerca deste desenvolvimento influenciam diretamente o seu modo de vida, sendo, portanto, difícil de distinguir uma ruptura entre os mesmos.

Ao optar por esta alternativa, deve-se ter em mente que as prioridades passam a ter um novo foco, não mais no mercado, mas sim nos anseios e possibilidades disponibilizadas pelas comunidades locais. Toda e qualquer decisão tem que, obrigatoriamente, passar por este processo, visando, principalmente, a sua credibilidade, integrabilidade e responsabilidade.

2.5 O desenvolvimento do turismo e as Unidades de Conservação – UCs.

Os diferentes ecossistemas representam e caracterizam as diferentes regiões, e são estas diferenças que as tornam turisticamente atrativas, pois cada ecossistema possui uma identidade própria. Gracia & Barbieri (1992) conceituam ecossistema de seguinte forma: “Um ecossistema representa a unidade básica que inclui todas as populações de seres vivos e o ambiente físico que os abriga (animais, vegetais, microorganismos, solo, ar, água em que vivem, etc.), incluindo também as relações entre eles” (p.13-14).

As relações existentes entre os elementos dos ecossistemas também fazem parte da sua atratividade, pois não podem ser considerados isoladamente dentro do mesmo. Portanto, quanto maior for a sua complexidade, maior será a sua atratividade.

O ambiente natural é um sistema único e complexo, formado por muitos componentes orgânicos e inorgânicos, que se influenciam reciprocamente e se mantêm em equilíbrio dinâmico, porque todas as suas partes estão em contínua evolução. Tal equilíbrio corresponde a leis de organização interna que regulam o apoio e a colaboração que cada componente dá e encontra nos demais. (Boullón 2002, p.114).

Esta é a base para a sustentabilidade, ou seja, desenvolver as atividades turísticas sem causar impactos que ameacem o potencial do meio ambiente, gerando ainda benefícios para a biodiversidade e as comunidades locais, como é observado por Diegues (1996):

O desenvolvimento sustentado baseia-se na necessidade de uma relação mais harmoniosa com a natureza, de forma duradoura e capaz de se adaptar a condição de mudança. Tal desenvolvimento otimiza o potencial do meio ambiente em satisfazer as necessidades das populações, gerando, de forma continuada, níveis de vida mais elevados (p. 34).

Nem todos os ecossistemas estão acessíveis ao uso. O universo dos ecossistemas variam de tamanho de acordo com suas características ou escala de análise. Barbieri (1998) identifica três níveis básicos:

Biodiversidade é um termo abrangente para a variedade natural; inclui o número e a frequência de espécies ou genes, além dos respectivos ecossistemas. Consideram-se três níveis distintos para expressá-los: em um nível microscópico, podemos falar em diversidade genética, que é a totalidade de genes diferentes presentes em um determinado universo. Em uma escala intermediária, temos a diversidade de espécies, que é a totalidade de espécies que vivem em um determinado universo. E em uma escala mais macroscópica, temos a diversidade de ecossistemas, que é a totalidade de ecossistemas existentes em um determinado universo (p.13).

Apesar desta evolução das autoridades, que relacionam o uso de ecossistemas à otimização do ambiente natural, Drew (1983) alerta para o perigo das intervenções sem as devidas pesquisas dos impactos a serem gerados, o que pode ocasionar reações não previstas que podem ameaçar os ecossistemas e a diversidade biológica local, principalmente quando são direcionadas a elementos ou fatos isoladamente.

Embora as atividades destinadas a alterar o ambiente, na sua maioria, tenham a intenção de ser benéficas do ponto de vista humano, o grau de inter-relação dos fenômenos naturais a que nos referimos explica que mudanças inesperadas, ou até reações em cadeia, venham a resultar daquilo que pretendia ser uma benfeitoria isolada (p. 26).

Ao delimitarem-se fisicamente os ecossistemas, uma das finalidades principais é a conservação de sua biodiversidade, representada por todos os elementos e relações existentes

em seu interior. Entretanto, Beni (1998) considera que este patrimônio natural só pode ter valor se houver possibilidade de uso, mas que respeite aos seus limites naturais.

Para algumas pessoas, conservar representa somente uma atitude de proteção, de não uso, com isso acreditam estar assegurando a permanência do recurso. Todavia, esquecem-se que os recursos naturais tem seu valor na medida em que são úteis para a satisfação de suas necessidades, e que não usá-los faz que percam sua qualidade de recursos (p. 60).

O gerenciamento dos recursos naturais para o desenvolvimento das atividades turísticas objetiva, segundo Diegues, uma utilização racional destes recursos, em que o respeito às suas características e limites são criteriosamente observados: “A administração ou manejo dos recursos naturais objetiva a utilização adequada dos recursos naturais e dos ecossistemas, de modo a respeitar sua capacidade de reprodução e de carga e sua utilização em forma sustentável” (Diegues 1996, p. 36).

Entende-se assim que o desenvolvimento turístico possui um potencial que deve ser explorado, desde que seu processo de implantação, execução e gestão ocorram dentro de um modelo que respeite o seu limite, as características locais, e que seja acompanhado por um processo de educação ambiental que viabilize a sua operação, garantindo assim a manutenção de sua atratividade, a melhoria da qualidade de vida da população e a conservação de seu patrimônio natural. Certamente, estes são passos decisivos para que o turismo possa atingir um estágio de desenvolvimento que viabilize a prática de um modelo turístico baseado na sua sustentabilidade econômica, ecológica e social.

O manejo de Unidades de Conservação apresenta-se bastante desenvolvido em países da Europa, da América do Norte e até mesmo em alguns países africanos e sul-americanos. A criação de legislação específica para estas áreas apresenta-se como um passo importante para que as mesmas atinjam o seu principal objetivo, que é a conservação de seus atributos ambientais e paisagísticos, especialmente quando estas áreas fazem parte da oferta turística de uma localidade, região ou país. Kinker (2002) as define da seguinte forma:

As UCs são áreas naturais ou seminaturais em regime especial de administração, instituídos legalmente pelo Poder Público, com base em estudos prévios que demonstram as razões técnico-científicas e socioeconômicas que justificam a sua criação. Com localização e limites definidos, possuem, em geral, características ecológicas ou paisagísticas especialmente importantes, como elevada riqueza de espécies de flora e fauna, presença de espécies raras, endêmicas ou ameaçadas de extinção, significativa beleza cênica ou recursos naturais indispensáveis para o bem-estar das comunidades humanas (34-35).

Outra conceituação é dada por Pellegrini Filho (2000) em que o autor descreve estas áreas da seguinte forma: “Superfície de terra ou mar, com características peculiares e de importância ambiental/ecológica, que necessita de normas específicas de proteção, determinadas por legislação própria (p.283).

Com base nestes conceitos, pode-se avaliar a importância destas áreas não apenas pelo seu valor ambiental, imprescindível para a manutenção da biodiversidade, mas também a sua relação com as comunidades do entorno e o turismo. Para que estas condições sejam mantidas, é vital que o uso destas áreas seja coordenado e monitorado, necessitando uma legislação específica que respeite as suas características naturais e o seu valor para as populações e visitante.

2.5.1. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC

O poder público federal e estaduais, através do IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – vem criando diversos tipos de áreas de proteção ambiental, tomando como parâmetro seus atributos naturais e potencialidades. Visando a estruturação e desenvolvimento destas áreas, o Brasil criou o SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Brasil, 2000). Segundo Costa (2002), o processo de sua criação demorou, mas felizmente concretizou-se: “Após quase dez anos tramitando no Congresso Nacional, em 18 de julho de 2000 foi aprovado, com várias emendas e modificações, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, a primeira normatização nacional das áreas naturais protegidas por lei” (p.27). Assim, o SNUC foi instituído pela Lei nº 9985, na data já referida pelo autor.

Com a aprovação e adoção do SNUC, finalmente as Unidades de Conservação brasileiras passaram a contar com uma legislação específica para estas áreas, contribuindo para que a sua conservação e, conseqüentemente, sua valorização, não se resumam a aspectos ambientais, mas também sociais e culturais. “O conjunto de Unidades de Conservação do Brasil constitui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. O objetivo principal destas áreas de proteção ambiental é, segundo Barbieri (1998), “preservar espaços com atributos ecológicos importantes, com a finalidade de proteger as riquezas naturais de uma região” (p.86).

O SNUC assim define Unidades de Conservação:

espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000).

Os objetivos específicos das Unidades de Conservação definidos pelo SNUC são os seguintes:

- Promoção da utilização racional do patrimônio natural;
- Educação ambiental;
- Fomento à visita ordenada;
- Preservação dos recursos naturais e paisagens cênicas locais;
- Geração de recursos para a manutenção do SNUC;
- Participação efetiva das comunidades locais na gestão das UCs;
- Indução a um processo político e de desenvolvimento econômico regional sustentável.

O SNUC é que define também os critérios para a criação e implantação de unidades de conservação. Na criação de novas unidades de conservação, o SNUC determina que, antes de sua implantação, devem ser executados estudos técnicos e por consulta pública para que sejam identificados a localização, dimensão e limites da nova unidade, sendo que o Poder Público tem a obrigação de informar à população e demais partes interessadas para que todos tenham conhecimento sobre a finalidade da UC.

As unidades de conservação brasileiras foram divididas pelo SNUC em dois grupos distintos, conforme a sua possibilidade de uso e manejo: unidades de proteção integral, que têm como objetivo básico preservar a natureza admitindo-se apenas o seu uso indireto, ou seja, que não envolva nenhum tipo de consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais da unidade; e unidades de uso sustentável, que permitem a exploração do ambiente desde que se garanta a perenidade dos recursos ambientais. Esta exploração tem que ser socialmente justa e economicamente viável.

O grupo de unidades de conservação de proteção integral possui as seguintes categorias:

- Estação ecológica;
- Reserva biológica;
- Parque nacional;
- Monumento natural;

- Refúgio da vida silvestre.

Destas categorias, apenas as estações ecológicas e reservas biológicas proíbem a visitação pública, ou seja, o desenvolvimento de atividades turísticas. Nas demais este uso está sujeito às normas e restrições estabelecidas pelo seu plano de manejo.

O grupo de unidades de conservação de uso sustentável é constituído pelas seguintes categorias:

- Área de proteção ambiental;
- Área de relevante interesse ecológico;
- Floresta nacional;
- Reserva extrativista;
- Reserva de fauna;
- Reserva de desenvolvimento sustentável;
- Reserva particular do patrimônio natural.

As Unidades de Conservação de uso sustentável geralmente são abertas à visitação e à pesquisa científica, desde que sejam observados as exigências e restrições legais impostas pelos seus órgãos gestores, que podem ser públicos ou privados. Muitas destas áreas contam ainda com o incentivo para sua utilização com fins de pesquisa, turismo e lazer, implantando-se programas de descentralização através de terceirizações, convênios e parcerias.

Além disto, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação recomenda um modelo de gestão participativo, apresentando como principal instrumento de ação seus Conselhos Consultivos com o objetivo de consolidar uma gestão eficaz das unidades de conservação em todo o território nacional sejam elas federais, estaduais ou municipais.

A criação de um sistema agregando todas as Unidades de Conservação do país é de suma importância, já que, como aponta Kinker (2002), a falta de uma regulamentação englobando todas as unidades pode causar uma série de interpretações diferentes, prejudicando o desenvolvimento e a gestão destas áreas.

Porém, para melhor entender a importância deste sistema, deve-se recordar que antes de sua criação, diversas categorias de manejo existiam e, devido a variações terminológicas adotadas em municípios, Estados e no governo federal, as legislações que se propunham a proteger não eram claras e eficazes na matéria, e por vezes não possuíam referencial jurídico em comum (27-28).

Sem a devida organização, legislação e modelos de gestão, as Unidades de Conservação brasileiras estarão seriamente ameaçadas, já que a falta de critérios para o uso destas

áreas poderá causar danos irreversíveis para os ecossistemas, a biodiversidade e as comunidades locais, inviabilizando também o desenvolvimento de atividades turísticas nestas áreas.

2.5.2. Turismo em Unidades de Conservação – UCs.

A finalidade principal das Unidades de Conservação é a manutenção de seus atributos ecológicos, preservando as riquezas naturais de uma determinada região ou ecossistema. Porém, o seu uso para outras atividades, dentre as quais destaca-se o turismo, pode vir a causar modificações ao meio ambiente, o que exige, no entendimento de Cruz, que os órgãos responsáveis por sua gestão adotem programas de educação ambiental para minimizar os possíveis impactos decorrentes das atividades turísticas.

Em se tratando de unidades de conservação, algumas das transformações espaciais decorrentes do uso turístico de seus territórios dizem respeito à abertura de trilhas ou a utilização de trilhas preexistentes, ao longo das quais podem ser instalados instrumentos de educação ambiental, como placas informativas ou outros (2001, p.19).

Este tipo de modificação no ambiente relaciona-se ao uso turístico destas áreas pelo e para o homem. Tal uso não pode ser simplesmente descartado, mas deve-se procurar a adoção de modelos de desenvolvimento baseados na manutenção dos atributos naturais e sócio-culturais destes patrimônios, quer dizer, na sua sustentabilidade turística.

O uso turístico dos recursos naturais, dentro dos princípios expostos, deve enfatizar sob um prisma diferenciado o ser humano, separando em lados diversos a população e o turista. Essa ótica se faz necessária para que os diferentes aspectos, tanto de planejamento como de gestão – no caso das Unidades de Conservação – atendam adequadamente à proposta de desenvolvimento sustentável, em que todos saem lucrando: ambiente natural, população local e turista (Costa, 2002, p.65).

Isto tem acarretado dificuldades para o desenvolvimento turístico nas Unidades de Conservação, já que, conforme detecção de D'antona (2001), atitudes inconvenientes de turistas despreparados, aliados à falta de planejamento de muitas Unidades de Conservação que não possuem infra-estrutura adequada, acabam por inviabilizar o seu desenvolvimento. “O aproveitamento do potencial turístico dos parques vem esbarrando em restrições conceituais e práticas ao uso recreativo das unidades. De um extremo a outro, os problemas se resumem ao despreparo do turista e à falta de infra-estrutura adequada ao turismo sustentável” (p.90).

Nem mesmo o potencial de desenvolvimento local que as atividades turísticas possuem, que pode gerar melhores condições financeiras e infra-estruturais às Unidades de

Conservação, tem amenizado esta situação, pois alguns empreendedores, ávidos pelo lucro rápido e sem responsabilidade social, transformam as unidades de conservação em meros empreendimentos turísticos de massas.

Teoricamente o turismo contribui para a manutenção de áreas protegidas, gerando divisas que podem ser utilizadas no seu gerenciamento, possibilitando a conservação. No entanto, a prática tem demonstrado que a busca do lucro fácil por capitalistas gananciosos transforma estas áreas em *points* turísticos, atraindo pessoas que buscam espaços naturais para o emprego do seu tempo livre (Fonteles 2000, p. 83).

Apesar desta prática ainda não ter conseguido atingir o êxito esperado, os órgãos governamentais começam a investir neste tipo de gestão. Principalmente no que se refere ao turismo, o incentivo pode ser percebido até mesmo em publicações de livros referentes a este tema, como observa Costa (2002):

Aos poucos, o governo começa a perceber o grande filão do turismo em áreas naturais. No âmbito federal, o Ibama lançou, em 2000, uma publicação sobre oportunidades de investimento em Parques Nacionais, mudando, assim, o perfil centralizador quanto à gestão dessas áreas naturais – O Programa de Uso Público e Ecoturismo em Parques Nacionais: Oportunidade de Negócios (p.40).

Dentre os órgãos governamentais que tem incentivado o uso turístico em Unidades de Conservação destaca-se o IBAMA, que tem procurado criar padrões que viabilizem o desenvolvimento turístico em harmonia com a preservação dos recursos naturais das Unidades de Conservação, além de gerar recursos financeiros para serem investidos nas próprias Unidades de Conservação para a melhoria de sua infra-estrutura e fiscalização.

Posicionando-se a favor do ecoturismo no Brasil, o Ibama desenvolveu recentemente o Programa de Uso Público e Ecoturismo em Parques Nacionais – Oportunidade de Negócios. Com o objetivo de atualizar os padrões de uso dos parques, viabilizando o cumprimento de suas finalidades de preservação e de aproveitamento turístico (recreativo), pretende gerar empregos, reduzir gastos públicos com as unidades e aumentar a arrecadação do governo gerando condições para a retomada da educação e pesquisa ambiental. Propõe-se a cobrir um histórico vazio de ações capazes de coordenar e organizar o turismo em parques mediante parcerias com a iniciativa privada (D'antona 2001, p.91).

Um claro exemplo de desenvolvimento turístico integrado à unidade de conservação e que tem contribuído diretamente na sua manutenção é, segundo D'antona (2001), o Parque Nacional de Iguaçu, o que tem incentivado outros parques a seguirem o seu exemplo.

O Parque Nacional do Iguaçu é um caso antigo de êxito na exploração turística em larga escala sem prejuízo da conservação ambiental. Parques mais novos já se beneficiaram da parceria com organizações não-governamentais e buscam a integração com comunidades locais, abrindo-se para a possibilidade de lucrar com o turismo (p.92).

Entretanto, iniciativas como este nem sempre são bem recebidas por organizações ambientalistas. Estas afirmam que a finalidade principal das Unidades de Conservação é a proteção do patrimônio natural, e que as atividades turísticas podem ameaçar diretamente esta conservação. Em contrapartida, os exemplos de gestão de parques nacionais norte-americanos servem de contra-ponto a esses ambientalistas, pois o sucesso alcançado serve como um incentivo a mais para a adoção deste tipo de programa.

O Programa sofre críticas de ongs ambientalistas, que afirmam que o turismo não é a finalidade principal dos parques. Por outro lado, a experiência norte-americana de parceria Estado/iniciativa privada na preservação, exploração turística e desenvolvimento de pesquisas em unidades de conservação parece ser um bom contra-argumento. Mesmo no Brasil, iniciativas anteriores ao Programa agora proposto pelo Ibama revelam-se bastante promissoras (D'antona 2001, p.91).

A integração das Unidades de Conservação com atividades turísticas é possível. Entretanto, para que isto ocorra dentro de parâmetros de sustentabilidade, é preciso que os órgãos públicos definam critérios exequíveis que atraiam os empresários turísticos sem, no entanto, ameaçar a sustentabilidade ecológica das Unidades de Conservação, destacados no quadro a seguir.

Quadro 1: Efeitos positivos e negativos do turismo em UCs.

Atividade	Impacto positivo	Impacto negativo
Visitação ordenada	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Ordenamento e planejamento das visitas às UCs; ◆ Valorização dos ecossistemas e da cultura local; ◆ Interação homem X meio ambiente ◆ Desenvolvimento de pesquisas.. 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Possibilidade de turismo de massa; ◆ Introdução de espécies exóticas; ◆ Desaparecimento da fauna; ◆ Aumento da geração de lixo ◆ Pisoteamento e compactação do solo.
Mão de obra	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Geração de emprego e renda; ◆ Necessidade de qualificação. 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Ameaça à qualidade do serviço prestado.
Comunidades locais	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Fixação e envolvimento da população; ◆ Atração de investimentos. 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Aumento do custo de vida; ◆ Fluxos migratórios.
Produção	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Comercialização de produtos locais; ◆ Diversificação. 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Produção de souvenirs utilizando material ameaçado.

Adaptado de Diretrizes para uma Política Estadual de Ecoturismo, SMA, 1997.

Neste caso, é indispensável a adoção de critérios que abranjam a sustentabilidade ambiental, social e econômica das Unidades de Conservação, requisitos estes que podem ser estabelecidos pelo plano de manejo da unidade.

2.5.3. Plano de manejo

Conciliar a proteção das UCs com o seu uso turístico é um desafio a ser enfrentado por administradores e comunidades locais. Uma das principais ferramentas para isto é o plano de manejo, assim descrito no Decreto Lei nº 84.017, de 21 de setembro de 1979:

Entende-se por Plano de Manejo o projeto dinâmico que, utilizando técnicas de planejamento ecológico, determine o zoneamento de um Parque Nacional, caracterizando cada uma das suas zonas e propondo seu desenvolvimento físico, de acordo com suas finalidades.

O dinamismo deste documento ressalta a necessidade de um plano de manejo para as unidades de conservação, pois é ele que vai determinar as possibilidades de uso e criar as normas para a utilização da unidade, inclusive no que se refere ao uso para fins turísticos. Planos de manejo são documentos importantes para o desenvolvimento de atividades turísticas em áreas naturais, já que são eles que determinarão as diversas possibilidades e impossibilidades de uso nestas áreas, perceptíveis no conceito estabelecido por Pellegrini Filho (2000, p.210):

Zoneamento detalhado da área de um parque nacional, que identifica as diferentes zonas de manejo e, naquelas possíveis de uso público, a carga máxima de utilização permitida, de modo a não comprometer a conservação ambiental. Tem como finalidade proporcionar o desenvolvimento de qualquer tipo de área silvestre, orientando as atividades desenvolvidas de acordo com os objetivos de manejo específicos para cada categoria.

Percebe-se, entretanto, que este conceito limita-se às questões físicas e ecológicas das UCs. Felizmente, principalmente quando o objeto de estudo é o turismo, esta limitação tem sido questionada, pois é fundamental para o desenvolvimento da UC que outros aspectos sejam pesquisados, como destaca Morsello:

Por fim, um aspecto importante é a inclusão de pesquisas relativas às ciências humanas e não apenas na área biofísica, como é mais freqüente. Em geral, embora muitas das decisões relativas ao manejo das UCs dependam de avaliações sociopolíticas ou socioeconômicas, pouca ênfase é dada à pesquisa nesse campo (2001, p.209).

Trata-se, portanto, do documento que disciplinará o uso turístico da UC de forma a garantir a sustentabilidade da mesma. Mas sua ação não se restringe apenas às questões ambientais. Envolve fatores que nem sempre são observados, conforme destacam Cifuentes et al:

“El manejo de una área protegida envuelve un sinnúmero de elementos interconectados entre sí para asegurar el sostenimiento a largo plazo de sus valores naturales, culturales y sociales” (2000, p.3).

Adotando-se esta nova concepção, é possível identificar um número maior de atividades que podem ser desenvolvidas na UC, inclusive àquelas relacionadas ao turismo: “O plano de manejo deve identificar todas as atividades que devem ser levadas a cabo em determinado período para alcançar os objetivos propostos, listados em ordem cronológica” (Morsello 2001, p.217).

Assim, pode-se considerar que o plano de manejo cumpre o papel de base para todas as ações que serão desenvolvidas nas UCs, servindo, ainda, como um parâmetro para que os seus administradores possam avaliar a efetividade dos programas adotados, conforme observação de Faria, 1993:

se puede deducir que manejo efectivo es aquel que logra el mejor estado estructural y reúne las mejores condiciones que un área puede tener para alcanzar los objetivos de conservación. Su medición, por tanto, puede hacerse a través de la cuantificación y calificación de las acciones desarrolladas y herramientas empleadas para manejar las áreas protegidas (p.13).

Esta medição é fundamental, principalmente quando existe o uso público da área, especialmente quando as atividades turísticas estão inseridas neste uso, pois estas devem estar bem definidas e estruturadas para não afetar a sustentabilidade da biodiversidade da UC: *“Planes de manejo acertados han contribuido a asegurar volúmenes sostenibles de turismo en el Parque Nacional del Serengeti y otros en Kenia”* (Boo 1990, p.13).

Uma das formas adotadas para compatibilizar o uso turístico e a proteção efetiva da UC é a abertura, por parte da administração da mesma, à participação das comunidades envolvidas, o que possibilita uma parceria efetiva entre os atores envolvidos com a Unidade de Conservação, conforme aponta Borrini-Feyerabend:

O termo manejo participativo (...) é usado para descrever uma situação na qual alguns ou todos os interessados pertinentes a uma unidade de conservação estão envolvidos de forma substancial com as atividades do manejo. Especificamente, em um processo de manejo participativo, a instituição que tem jurisdição sobre a UC (...) desenvolve uma aliança com outros interessados pertinentes (...), que especifica e garante suas respectivas funções, direitos e responsabilidades com respeito à UC. (1997, p.12).

Destaca-se, então, a importância desempenhada pelo plano de manejo em UCs, assim como a participação do maior número possível de pessoas em sua elaboração e aplicação,

facilitando, com isso, a percepção de possíveis mudanças ocorridas na UC, exigindo, então, ajustes no próprio plano de manejo:

o conceito de manejo de áreas protegidas ganhou amplitude com o passar do tempo, provavelmente em razão do acréscimo de desafios e problemas a enfrentar, mais abrangente que aquele emprestado do manejo de ecossistemas em que o objeto de análises é o ecossistema em sí, com seus limites definidos e alcançáveis segundo os recortes temporo-espacial definidos pelo pesquisador. (Faria 2004, p.36).

Apesar da visível importância de um plano de manejo em áreas naturais, especialmente quando atividades de lazer, recreação e educação ambiental são desenvolvidas em seus domínios, nem sempre este documento é acessível às UCs, já que o mesmo envolve uma estrutura que, geralmente, não está disponível para a maioria das unidades de conservação brasileiras, prejudicando, assim, a sua gestão, como observa Costa (2002):

A não existência do plano de manejo dificulta a gestão da área e, conseqüentemente, o correto desenvolvimento do turismo. Esse documento é fruto de um intenso trabalho de pesquisa e abarca inúmeras áreas do conhecimento científico – geografia, botânica, história, direito, geologia, zoologia, engenharia, medicina, entre outras – aliadas ao saber das populações diretamente envolvidas com a UC estudada. Age como instrumento regulador que define e delimita o uso adequado em zonas específicas e cria normas para essa utilização.

Conciliar os interesses propostos pelo plano de manejo e de todos os atores envolvidos não é uma tarefa fácil de se atingir. Entretanto, há de se buscar alternativas que possam minimizar os impactos que a atividade turística poderá vir a causar às UCs mediante a gestão responsável das mesmas. Uma destas alternativas pode ser a certificação das atividades turísticas, desde que acompanhadas, em sua implantação, dos benefícios e malefícios que este processo pode gerar à Unidade.

2.6. Certificação do turismo

O desenvolvimento de atividades turísticas baseadas em sua sustentabilidade é uma tendência em todo o mundo. No Brasil não poderia ser diferente, principalmente devido à demanda internacional de turistas, exigentes no que se refere ao respeito ao meio ambiente. Por isso, a pressão pela conservação e manutenção dos atrativos das comunidades aumenta dia a dia, proporcionando condições favoráveis à sua preservação, não apenas para as gerações atuais, como também para as futuras.

La sustentabilidad, como modelo para el desarrollo, plantea la necesidad de satisfacer los requerimientos actuales de la sociedad, sin comprometer el derecho de las futuras

generaciones de satisfacer las suyas. En pocas palabras, esto significa que el desarrollo del país no puede basarse en una explotación desmedida de los recursos (naturales, culturales, sociales, etc.) hasta el punto de agotarlos, o destruirlos, con el afán de cubrir las carencias actuales de la población (alimentación, vivienda, salud, empleo, etc.), porque esta misma base de recursos es la única plataforma, o activo potencial, con el que cuentan las futuras generaciones de este país para poder satisfacer sus propias necesidades (CST 2002).

Isto se deve ao fato de que a partir do desenvolvimento de um modelo de turismo sustentável, o potencial de minimização de impactos, geralmente causados por modelos de crescimento tradicionais, é grande, refletindo diretamente na qualidade de vida das comunidades receptoras, assim como na atratividade turística.

Para la actividad turística, la sustentabilidad significa una forma de desarrollo de la actividad que permite solucionar las situaciones actuales de riesgo de la industria y evita las dinámicas de crecimiento que están generando desequilibrios económicos, sociales, culturales y ecológicos (CST 2002).

Quando as atividades turísticas são desenvolvidas em áreas onde os recursos naturais são os principais produtos turísticos, o modelo de desenvolvimento adotado torna-se mais importante, pois estas áreas são geralmente mais suscetíveis aos impactos provocados pela infra-estrutura, equipamentos e serviços implantados sem a devida preocupação com o entorno, o que pode gerar desequilíbrios.

A adoção deste modelo de desenvolvimento turístico nem sempre é uma garantia de sua sustentabilidade, já que, como em outros tipos de atividades produtivas, existem empresas que se utilizam de modo irresponsável da vinculação ecológica às suas empresas, relacionando-as à qualidade diferencial que estes empreendimentos apresentam.

El hecho de que el turismo sostenible sea un concepto y una práctica económica en desarrollo, que no cuenta todavía con una base de referencia o parámetros de medición debidamente establecidos y aceptados universalmente, ha permitido que un número significativo de compañías, de manera irresponsable, se aprovechen del auge del turismo sostenible, propiciando lo que denominamos en la jerga turística como "Greenwashing" (abuso del término eco o sostenible), o sea comercializando una experiencia turística no ajustada a la realidad vivida por el turista una vez arribado al destino (CST 2002).

Para que fatos como este não ocorram com tanta normalidade, é preciso que sejam estabelecidos parâmetros que identifiquem claramente os modelos de gestão adotados, a qualidade agregada ao produto, a participação dos atores envolvidos e a legislação a que estão submetidos, proporcionando condições para que a qualidade seja atestada.

Es muy importante, entonces, definir con claridad los ámbitos de acción y las responsabilidades que cada uno de los sectores: público, privado y social tienen en el problema del deterioro y contaminación de los ecosistemas turísticos. Sólo la

coordinación de todos los sectores y una legislación severa permitirán evitar o disminuir esos efectos nocivos (Casasola 2000, p.14).

É por isto que processos de certificação turística devem ser baseados em princípios sustentáveis, pois sua evolução depende diretamente do grau de compromisso que os empreendimentos turísticos assumem com as comunidades locais e com as questões ambientais, conservando assim os seus atributos mais atrativos para o turismo.

2.6.1. Processo de Certificação

A certificação de atividades turísticas focadas na sua sustentabilidade possui potencial para promover a conservação dos atributos sociais e ambientais das comunidades receptoras. Entretanto, não se pode esquecer que, para atingir esta sustentabilidade, a questão econômica também é um atributo imprescindível, pois a continuidade das atividades turísticas só será possível se houver viabilidade econômica para tal, sem esquecer de buscar a sua qualidade.

A auditoria ambiental não questiona a ideologia do crescimento econômico, que é a principal força motriz das atuais políticas econômicas e, tragicamente, da destruição do ambiente global. Rejeitar essa ideologia não significa rejeitar todo o crescimento, mas sim rejeitar a busca cega do crescimento econômico irrestrito, entendido em termos puramente quantitativos como maximização dos lucros ou do PNB (Callenbach et al 1993, p. 90).

Viabilizar o empreendimento respeitando os seus requisitos básicos (social, ambiental e econômico) e, ao mesmo tempo, promover a qualificação do produto ou serviço turístico é um desafio para os certificadores. Ao mesmo tempo em que procuram atingir os objetivos traçados pela certificação, Lamprecht & Ricci (2001) consideram importante que os certificadores respeitem as características de cada empreendimento a ser certificado. “A decisão sobre como estruturar o sistema de garantia da qualidade irá variar de hotel para hotel e dependerá do escopo da certificação” (p.80).

Além disso, a WWF Brasil – *World Wildlife Fund* – considera que, para adquirir credibilidade no mercado turístico, a certificação deve ser realizada por empresas ou Organizações Não Governamentais – ONG’s independentes.

A certificação é um mecanismo não-governamental de controle de produtos e de destinos turísticos baseado em avaliação independente de desempenhos sociais, econômicos e ambientais. Para ter credibilidade, ela precisa ser independente, tecnicamente consistente, não discriminatória, transparente e voluntária (WWF 2002).

As empresas certificadoras atingem credibilidade quando fornecem os seus selos ou logotipos aos empreendimentos que realmente atingem os níveis ou padrões de qualificação exigidos para tal, ou seja, que cumpriram as metas necessárias exigidas para a obtenção de sua certificação, como prescreve a Organização Não Governamental *Árvore*:

Esquemas de certificação em turismo provêm um logotipo de marketing para negócios que excedem (ou reivindica exceder) um padrão de eficiência. O logotipo permite aos negócios demonstrar as suas credenciais ambientais e sociais que, teoricamente, permitem aos consumidores identificar companhias responsáveis (*Árvore* 2002).

A ONG *Árvore* (2002) destaca, também, alguns fatores que incidem diretamente sobre os méritos de um esquema de certificação sustentável do turismo, que devem ser rigorosamente observados durante o processo de implantação:

- Acessibilidade e utilidade, principalmente para pequenas e médias empresas;
- Aplicabilidade em nível local;
- Enfoque em desempenho tanto como em processo;
- Enfoque em critérios ambientais e socioculturais;
- Interatividade na revisão dos critérios e na melhoria progressiva dos padrões;
- Contribuição e envolvimento;
- Transparência;
- “Terceira verificação” independente;
- Presença e envolvimento do mercado;
- Credibilidade entre todos os atores de interesse.

Estes fatores são indispensáveis para que a certificação atinja o seu objetivo, que é a melhoria da qualidade do turismo envolvendo a qualidade de vida das comunidades locais, a conservação e otimização dos recursos naturais locais, além de aumentar a competitividade dos produtos e serviços certificados devido ao seu valor agregado. “Pode-se afirmar que os programas de certificação em turismo têm como objetivo promover a sustentabilidade da atividade por meio do aumento da competitividade de produtos ou destinos turísticos ambientalmente adequados” (*Ecoviagem*, 2002).

Este aumento de qualidade dos produtos e serviços turísticos certificados, dependendo do seu grau de credibilidade, pode gerar um processo de certificação mais amplo nos empreendimentos turísticos. Se este processo se concretizar, os benefícios para as comunidades locais serão revertidos em qualidade de vida e aumento da atratividade turística.

Os sistemas de certificação em turismo sustentável buscam fazer com que tanto os produtos verdes como os que não são ambientalmente corretos (incluindo os “falsos verdes”) se afiliem a programas de certificação motivados pelo ganho em competitividade no mercado, levando a uma mudança progressiva em favor da maior sustentabilidade de produtos ou destinos turísticos (Ecoviagem 2002).

Entretanto, o conceito de sustentabilidade buscada pela certificação é vista pelos empreendedores, comunidades e órgãos públicos, muitas vezes, como algo intangível, inacessível. Por isso, alguns órgãos certificadores, como o CST – *Certificación Sostenible del Turismo*, concentram seus esforços neste ponto, pois acreditam que a execução de um modelo de turismo pode ser vinculada a bases sustentáveis, contribuindo para que a qualidade da atividade turística torne-se uma ferramenta poderosa para que as comunidades locais atinjam a sua qualidade de vida e os empreendimentos tornem-se viáveis.

El propósito fundamental del CST consiste precisamente en convertir el concepto de sustentabilidad en algo real, práctico y necesario en el contexto de la competitividad turística del país, con miras a mejorar la forma en que se utilizan los recursos naturales y sociales, se incentiva la participación activa de las comunidades locales, y a brindar un nuevo soporte para la competitividad del sector empresarial (CST 2002).

A ONG Árvore destaca também que a certificação por si só não garante que o desenvolvimento turístico de uma localidade ou região internalize a sua responsabilidade para com o meio, sendo preciso que outras iniciativas ou programas sejam implantados com o intuito de complementar ações que originem um maior envolvimento sócio-ambiental nas comunidades receptoras.

Porém, a certificação é somente uma de várias ferramentas exigidas para se fazer um turismo mais responsável. Até mesmo esquemas eficazes e de credibilidade precisam ser complementados por educação, regulamentação e um amplo planejamento de uso do solo. Além disso, o sucesso da certificação dependerá em última instância de demanda suficiente de consumidor para um turismo mais responsável (Árvore 2002).

É através da participação, da transparência e da responsabilidade que se pode promover uma profunda modificação no atual modelo de desenvolvimento turístico. A certificação deve possuir estes importantes atributos, credenciando-a como uma possibilidade a ser analisada nos centros turísticos atuais e futuros, pois as vantagens trazidas pela certificação para as comunidades são decisivas.

2.6.2. Vantagens do processo de certificação

Esquemas de certificação de turismo representam um papel importante, na medida em que trazem mais responsabilidade e competitividade para o setor privado do turismo.

Configuram-se pela formulação e adoção de um plano de ações que visam o aperfeiçoamento dos negócios e que vêm unidos a um incentivo de mercado, em forma de selo (Ecoviagem 2002).

O aperfeiçoamento dos negócios via certificação turística é um dos maiores atrativos para que empreendedores afilem-se a estes esquemas. A possibilidade de lucratividade dos empreendimentos, entretanto, não deve ser o único a ser visualizado. Segundo o PCTS – Programa de Certificação do Turismo Sustentável, os ganhos ambientais e sociais são representativos, especialmente quando valoriza o meio ambiente como atrativo turístico: “A certificação do turismo gera benefícios ambientais, econômicos e sociais. Ambientalmente, ela contribui para a conservação da biodiversidade, auxilia na manutenção da qualidade ambiental dos atrativos turísticos e na proteção de espécies ameaçadas” (PCTS 2004).

A relação existente entre um empreendimento / destino turístico de qualidade e sua certificação, principalmente quando trata de mercados europeus, é outro ponto a ser criteriosamente avaliado, pois denotam uma conscientização no que refere-se aos impactos que estes destinos / empreendimentos podem causar ao meio ambiente, o que contribui diretamente para a conservação de suas características originais tanto ambientais quanto sociais.

Como ferramenta de marketing para serviços ou atividades relacionadas ao turismo, sua utilização proporcionará credibilidade internacional aos roteiros oferecidos no país. Isso se deve à relação e ao compromisso da qualidade do produto e de seus serviços com os mecanismos de valorização dos atrativos nacionais, de proteção do patrimônio natural, histórico e cultural e de geração de benefícios para as populações anfitriãs (Ecoviagem 2002).

Muito mais do que uma simples conservação de seus atributos naturais e sociais, o WWF considera que o processo de certificação pode influenciar diretamente na postura dos empreendimentos, comunidades e órgãos públicos envolvidos no desenvolvimento turístico, o que vem a contribuir indiretamente nas questões ambientais e sociais. “A meta é influenciar o setor para que direcione seus investimentos de forma pró-ativa para a maximização dos benefícios para o turismo e para a conservação dos recursos naturais” (WWF 2002).

A Ong Arvore, por sua vez, detecta um potencial desenvolvimento econômico oriundo dos empreendimentos certificados, pois este diferencial pode proporcionar uma fonte de geração de novos mercados devido à otimização de seus valores culturais e ambientais, aumentando a sua competitividade no mercado, principalmente o internacional.

Economicamente, viabiliza as áreas protegidas utilizadas pelo turismo, proporciona um diferencial de marketing, gerando vantagens competitivas para os empreendimentos e facilita o acesso a novos mercados, principalmente o internacional. Socialmente, legaliza

a atividade do turismo, assegura boas condições de trabalho e promove o respeito aos direitos dos trabalhadores, povos indígenas e comunidades locais (Árvore, 2002).

Outro ponto favorável à certificação de empreendimentos turísticos diz respeito à atual utilização indiscriminada e irresponsável de rótulos ecológicos. A obtenção de um selo concedido por uma empresa ou órgão que possua credibilidade no mercado de certificação trará uma segurança maior aos consumidores no que se refere à qualidade do empreendimento e o respeito às questões ambientais e sociais, garantidos pelo processo de certificação do mesmo.

O aumento de competitividade de produtos certificados já é uma realidade em outras partes do mundo. Segundo Henderson (1991), a certificação cria novos usos e mercados para inúmeros produtos, pois para atingir a sustentabilidade ambiental exigida, os empreendimentos turísticos deverão optar por produtos de baixo impacto ambiental, gerando ainda uma otimização social e econômica.

A educação do consumidor e a rotulagem de produtos, tais como os eco-rótulos “Selo Verde” nos Estados Unidos e “Anjo Azul” na Alemanha, já estão criando oportunidades de marketing em vários setores: alimentos orgânicos e livres de pesticidas, cosméticos naturais, linhas ambientalmente corretas de produtos de papel reciclado, produtos de limpeza doméstica, lâmpadas e artefatos solares e poupadores de energia; bem como indústrias inovadoras que ajudam as velhas empresas a mudar seus processos, conservar energia e reciclar seus “subprodutos” e antigos “detritos” e “poluentes”, reincorporando-os à corrente de produção ou encontrando novos usos para estes recursos depreciados. (p. 108).

Percebe-se que o consumidor possui um importante papel para o sucesso do processo de certificação do turismo sustentável, pois é a demanda por produtos que realmente causem um menor impacto sócio-ambiental que promoverá a qualificação dos produtos, especialmente os certificados. “A necessidade de produtos sustentáveis, a maior consciência do consumidor e o falso uso de eco-determinantes são, portanto, os maiores argumentos a favor de programas de certificação” (Ecoviagem 2002).

Esta qualificação do produto turístico via certificação se concretizará se houver uma mudança na postura dos empreendimentos. Entretanto, o simples fato de uma empresa buscar a sua certificação demonstra que existe uma preocupação com a qualidade de seu produto, e que uma certificação do mesmo trará consigo uma vantagem competitiva, principalmente nos dias atuais, onde as preocupações com os impactos causados vão além das obrigações legislativas. “Esquemas de certificação de turismo podem representar um papel importante ao trazer mais responsabilidade para o turismo e por prover negócios com um plano de ação que visa seu aperfeiçoamento unido a um incentivo de mercado” (Árvore 2002).

Por estes motivos, a certificação tende a ser uma ferramenta que pode otimizar o mercado turístico para aqueles que o adotarem. Deve-se, entretanto, avaliar criteriosamente todo o processo, assim como as empresas certificadoras, pois nem sempre ela garantirá os sucessos almejados, devido, principalmente, aos aventureiros mercadológicos, que tentam vender seus produtos sem possuir a qualidade ou responsabilidade necessária para tal.

2.6.3. Desvantagens da certificação

Aumentar a competitividade através da certificação do produto turístico, a primeira vista, é um processo fácil, desde que exista alguma empresa ou órgão que o faça. Pode-se presumir, então, que a certificação por si só garantirá a melhoria da qualidade do empreendimento, mas qual é o nível de qualidade que se atingirá, se é que atingirá?

A primeira dificuldade enfrentada por indivíduos que se deparam com a tarefa de implementar um sistema de garantia da qualidade é a formulação de uma política de qualidade. Muitas vezes, as palavras “política de qualidade” são interpretadas como significando uma declaração da missão. A confusão é certamente compreensível já que, até onde eu saiba, uma definição clara dos termos política da qualidade e declaração de missão ainda está para ser escrita (Lamprecht & Ricci 2001, p.44).

No caso específico da certificação do turismo sustentável, a qualidade do empreendimento passa pela sua responsabilidade ambiental e social. A simples multiplicação dos órgãos ou empresas certificadoras pode trazer uma desconfiança dos consumidores, já que estes normalmente não relacionam a qualidade com a quantidade.

No mundo existem mais de 100 selos atestando a qualidade de produtos e serviços na indústria do turismo. Esta proliferação, no entanto, gera descrédito e confusão no mercado consumidor e investidor. Alguns selos propagam a sustentabilidade do turismo, muitas vezes duvidosa, e não garantem uma atividade mais responsável (WWF 2002).

Apesar de apresentar alguns pontos negativos, a certificação do turismo deve ser incentivada, pois é um processo complexo e dinâmico, que abrange uma imensa gama de atividades que, além de gerar benefícios econômicos para as comunidades, pode beneficiar os ecossistemas locais.

Apesar de seus benefícios sociais, ambientais e econômicos, a certificação em turismo ainda é um desafio, que deve ser buscado e incentivado. A complexidade do processo se deve à dinâmica de um dos mais fortes setores econômicos do mundo, aliada à sua importante função como meio de lazer, e ao grande número de interesses públicos e privados envolvidos na atividade (Ecoviagem 2002).

O processo de certificação pode vir a tornar-se uma ferramenta decisiva para o desenvolvimento concreto e inquestionável de empreendimentos turísticos que privilegiem a evolução harmoniosa e de longo prazo, o que se restringe, segundo Ferguson, às pessoas que percebam que investir pode ser um caminho viável para a concretização de ideais.

As tecnologias transformadoras nos oferecem caminhos para a criatividade, cura, opções. O dom da percepção – de produzir novas conexões imaginativas -, que já foi atributo de uns poucos afortunados, aí está à disposição de quem se dispuser a insistir, a experimentar, a explorar (2000, p. 32).

As dificuldades enfrentadas pelos empreendedores turísticos, longe de ser um obstáculo, podem vir a ser importantes elementos para o seu desenvolvimento, principalmente no que refere-se ao conflito entre turismo e meio ambiente. Se a visão dos empreendedores for a de aliança com os recursos naturais, as possibilidades de sucesso serão multiplicadas.

Vem se tornando cada vez mais claro que as crises de nossos tempos são o impulso de que necessita a revolução ora em marcha. E, uma vez tenhamos compreendido os poderes de transformação da natureza, veremos que ela é uma poderosa aliada e não uma força a ser temida ou subjugada. (Ferguson 2000, p. 25).

A aliança entre novas tecnologias e desenvolvimento deve ser testada e analisada, pois podem vir a contribuir diretamente na qualidade de vida das populações. No caso específico do turismo, uma atividade multidisciplinar e que tem nos recursos naturais um de seus principais atributos, deve-se adotar uma postura que vise não apenas o desenvolvimento econômico dos empreendimentos, mas uma distribuição equitativa dos benefícios com as comunidades e o meio ambiente. E para isto, a certificação pode vir a ser um importante aliado, principalmente para locais que apresentam um valioso patrimônio natural como o Brasil, o Equador, a Guatemala e a Costa Rica, entre tantos outros.

3. MATERIAL E MÉTODOS

3.1. Materiais utilizados.

Os materiais utilizados para a pesquisa e coleta de dados foram o plano de manejo do PEMD e o próprio Parque Estadual do Morro do Diabo como um todo, com suas trilhas e paisagens, equipamentos para a visitação, seus funcionários e estagiários, pesquisadores, visitantes, população local e de entorno, etc.

3.2. Método de abordagem

Levando-se em conta os múltiplos efeitos que o turismo causa ao meio ambiente, o método de abordagem utilizado nesta pesquisa fundamentou-se no método dialético que, segundo Lakatos (2001), é aquele que “penetra o mundo dos fenômenos através de sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade” (p.106). Suas leis fundamentais passam pela ação recíproca, mudança dialética, passagem da quantidade à qualidade ou mudança qualitativa, além da interpretação dos contrários.

Quanto aos métodos de procedimentos, que segundo Marconi & Lakatos são “etapas mais concretas da investigação, com finalidade mais restrita em termos de explicação geral dos fenômenos e menos abstratas” (2003, p.106), utilizou-se diferentes tipos, concomitantemente. Estes, conforme os autores acima citados, podem ser assim definidos:

Método comparativo: este método realiza comparações, com a finalidade de verificar similitudes e explicar divergências. O método comparativo é usado tanto para comparações de grupos no presente, no passado, ou entre os existentes e os do passado, quanto entre sociedades de iguais ou de diferentes estágios de desenvolvimento. Para tanto, analisaram-se diferentes programas de certificação existentes na América Latina como forma de subsidiar o roteiro de certificação proposto.

Estudo de caso: segundo Nascimento (2002), é originária de pesquisas médicas e psicológicas, mas foi adaptada às ciências sociais com êxito, pois permite o estudo detalhado de uma questão ou caso, permitindo penetrar na realidade social, o que não é possível em

quantificações ou análises estatísticas. Neste caso, o Parque Estadual Morro do Diabo foi selecionado devido à sua disposição de implementar atividades turísticas de baixo impacto, oferecendo assim condições favoráveis ao desenvolvimento e aplicação do roteiro construído para este fim.

3.3. Técnicas de pesquisa

No tocante às técnicas de pesquisa, adotou-se a documentação indireta e direta. A pesquisa indireta ou secundária envolve as pesquisas documentais, cuja fonte de dados restringe-se a documentos textuais ou gráficos, constituindo o que se denomina de fontes secundárias. Estas pesquisas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois. Envolvem, também, as pesquisas bibliográficas das informações já tornadas públicas em relação ao tema de estudo, como publicações avulsas, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, sites, etc. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo, ou quase tudo, desvelado sobre determinado assunto.

No que se refere à informação direta ou primária, priorizou-se a pesquisa de campo, com o objetivo de adquirir informações e/ou conhecimentos acerca de possíveis problemas gerados pelo turismo no PEMD, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese que se queira comprovar, ou ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. Consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presumem relevantes, para analisá-los.

Para tanto, adotou-se nesta pesquisa entrevistas semi-estruturadas (apêndice) com diretores, técnicos e funcionários do PEMD, além de pessoas e autoridades da comunidade local, discussão com grupos de professores e alunos reunidos na sede do Parque para este fim visando captar suas percepções pessoais e profissionais no que se refere ao potencial de desenvolvimento de atividades turísticas no Parque Estadual Morro do Diabo e o impacto que esta atividade pode causar ao meio ambiente.

Visando colher informações mais precisas sobre esta interação e a percepção local, estabeleceram-se entrevistas com diferentes atores da sociedade teodorensense na busca de indicativos sobre a evolução deste processo de interação, assim como o papel desempenhado pelo Parque para o município e região. Destaca-se abaixo imagens de uma destas reuniões realizadas

nas dependências do Parque A transcrição das entrevistas encontram-se no apêndice desta pesquisa.

Figura 1: Entrevista com representantes da sociedade local.



Fonte: Oliveira, Sérgio D. 2005

As entrevistas ocorreram em dois encontros: o primeiro, com o Sr. Eber, da Secretaria de Meio Ambiente de Teodoro Sampaio e o Sr. Antônio Amador, técnico do ITESP de Teodoro Sampaio, encontros estes realizados em seus locais de trabalho no dia 14 de novembro de 2004. Estas entrevistas basearam-se sobre as possíveis ameaças e impactos ao Parque causados pelos assentamentos localizados no entorno do mesmo.

No segundo encontro, em 13 de maio de 2005 nas dependências do PEMD, estavam presentes os seguintes membros da sociedade do Município de Teodoro Sampaio: Dr. Fidelcino Costa, presidente da OAB e representante do Lyons Clube; Sr Cláudio EvBarrettosta, mais conhecido como Poceiro, vereador; Sr^a Isabel Ferreira, presidente da Associação Comercial; Sr Claudionor Avelino, chefe do Departamento de Cultura; Sr Erique Inazaki, chefe do Departamento de Turismo; Sr^a Maria Tereza Andrade, presidente do Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, Sr Elmo Lescio, presidente de Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Sr João Divino, vereador; e Sr Ilvano dos Santos, guarda-parque do PEMD. Esta entrevista buscou informações sobre os impactos positivos e negativos causados ao município pelo desenvolvimento de atividades turísticas no PEMD.

A pesquisa de campo contou ainda com a observação “*in loco*” através da observação direta (com tomada de fotos e registros textuais) o atual estágio de desenvolvimento das atividades consideradas importantes para a sustentabilidade da atividade turística no Parque

Estadual Morro do Diabo – PEMD, tais como relação entre funcionários, turistas e meio ambiente, políticas de proteção ambiental, envolvimento da comunidade na gestão do Parque.

3.4. Proposta de uma Planilha de Aplicação

A coleta e organização dos dados permitiram ao pesquisador definir princípios, regras e procedimentos para propor uma Planilha de Aplicação para a Certificação Responsável do Turismo em UCs. A Planilha de Aplicação foi testada, observando-se limitações e possibilidades de desenvolvimento turístico responsável, assim como a revisão de seus indicadores e parâmetros de análise.

A Planilha, construída nesta Tese para este fim, teve como base a revisão bibliográfica e as análises críticas das pesquisas efetuadas sobre Programas de Certificação Sustentável do Turismo já existentes na América Latina, assim como as informações primárias colhidas durante este processo, permitindo ao pesquisador propor tal Planilha com base na fundamentação teórica pesquisada.

As aplicações experimentais foram realizadas por cinco pesquisadores voluntários, estudantes do Curso de Turismo com ênfase em Meio Ambiente, sem vínculo com o Parque. As pesquisas simularam o grau de responsabilidade do Parque aplicando todos as dimensões propostas pela Planilha, sendo que tabulou-se e analisou-se os diferentes resultados obtidos pelas equipes, apresentando-se como resultado final desta simulação a pontuação e classificação das cinco dimensões propostas, assim como sua classificação geral, conforme critérios propostos no capítulo 6.

4 PROGRAMAS DE CERTIFICAÇÃO TURÍSTICA NA AMÉRICA LATINA

O processo de certificação apresenta-se em estágio de crescimento em todo o mundo, visto que é considerado um instrumento eficiente para o desenvolvimento de atividades turísticas de forma integrada, beneficiando assim as comunidades locais mediante as responsabilidades sociais, ambientais e econômicas. Diante desta realidade, muitos países da América Latina já possuem ou estão implementando programas de certificação turística visando conquistar um mercado turístico cada vez mais competitivo, onde agregar valor aos seus produtos constitui-se em uma das ações mais viáveis não apenas para atraírem turistas, mas que estes contribuam para que o turismo se torne um meio efetivo de preservação de suas culturas, de suas tradições e seus recursos naturais.

Assim, apresentam-se a seguir os Programas de Certificação CST – *Certificación Sostenible de Turismo*, da Costa Rica; *Green Deal*, da Guatemala; *Smart Voyager*, do Equador e PCTS – Programa de Certificação em Turismo Sustentável, do Brasil, este em fase final de organização para futura implantação. Estes Programas de Certificação foram selecionados devido às características similares de seus respectivos países quanto a requisitos geográficos, econômicos e políticos.

4.1 Costa Rica: CST – Certificación para la Sustentabilidad Turística



Fonte: CST, 2004

Localizada na América Central, a Costa Rica é um país de apenas 51.100 quilômetros quadrados, ou seja, um pouco maior do que o Estado do Rio de Janeiro e que possui uma rica biodiversidade. Atenta a esta peculiaridade, a legislação local determina que cerca de 27% de seu território seja protegido por leis ambientais (Pacheco, 2003). Esta identidade do País

exige o desenvolvimento de um tipo de turismo baseado no respeito às suas características naturais e autênticas, ou seja, o ecoturismo ou turismo de natureza, já que três de cada quatro turistas visitam pelo menos uma unidade de conservação do País (Baez, 1999).

Assim, a adoção de um programa de certificação torna-se indispensável, já que o recurso turístico local deve ser preservado para que o fluxo de turistas seja mantido e até mesmo ampliado, desde que existam parâmetros para que a atividade turística desenvolva-se mediante o respeito aos seus recursos.

O ICT – Instituto Costarricense de Turismo busca, a partir de 1993, um modelo de desenvolvimento turístico baseado no conceito de sustentabilidade, criando então o programa se *Certificación para la Sostenibilidad Turística* – CST. Este se tornou segundo informações do seu site, um instrumento que garante aos empresários turísticos da Costa Rica e aos turistas nacionais e estrangeiros uma homogeneidade e qualidade de seus produtos e serviços, permitindo ainda a visualização das diferenças qualitativas existentes entre as empresas turísticas locais.

As empresas turísticas interessadas em ingressar no programa o fazem de maneira voluntária, sendo que o CST tem a responsabilidade de categorizá-las e certificá-las de acordo com o nível de operação apresentado no momento das auditorias, ajustando-as ao modelo de sustentabilidade proposto. Para atender a este requisito, as empresas associadas são avaliadas em 4 âmbitos fundamentais, que envolvem: o entorno físico e biológico; o projeto de serviços; o cliente externo; o entorno sócio-econômico (Pacheco, 2003). Descrevem-se, então estes âmbitos a seguir:

- ◆ **Entorno físico-biológico:** consiste na análise dos aspectos e impactos ambientais nas áreas do entorno do empreendimento, isto é, a interação existente entre a empresa e o meio ambiente local;

- ◆ **Projeto de serviços:** analisa os aspectos ambientais, sociais e econômicos nas áreas internas das instalações turísticas, assim como os programas desenvolvidos nas áreas de manejo de resíduos e a utilização de tecnologias limpas;

- ◆ **Cliente externo:** trata das análises referentes aos usuários, aos turistas e a sua relação com o enfoque de sustentabilidade adotada pelo empreendimento turístico procurando envolver os clientes/turistas, de forma totalmente voluntária, no desenvolvimento das políticas de sustentabilidade implementadas;

♦ **Entorno sócio-econômico:** refere-se à análise dos impactos sociais e econômicos causados às comunidades localizadas nas proximidades do empreendimento turístico, analisando o grau de crescimento e desenvolvimento local resultante da geração de empregos e renda, assim como demais benefícios oriundos da atividade turística (CST, 2004).

O programa, previsto inicialmente, para ser um selo verde, isto é, com um enfoque predominantemente ambiental, tornou-se um programa de certificação turística sustentável, direcionando-se às necessidades da população local, envolvendo não apenas as questões relacionadas ao meio ambiente, mas também àquelas referentes aos aspectos sociais e econômicos resultantes das atividades turísticas.

4.1.1. O sistema de classificação do CST.

O programa é voluntário e aberto a todos os empreendimentos hoteleiros da Costa Rica. Se estabelece num sistema de classificação denominado Níveis de Sustentabilidade, baseando-se em uma escala de pontuação que varia de 0 a 5, dependendo do nível de cumprimento das condições estabelecidas, conforme quadro abaixo.

Quadro 2: Nível de cumprimento CST

NÍVEL	% DE CUMPRIMENTO
0	< 20
1	20-39
2	40-59
3	60-79
4	80-90
5	> 95

Fonte: CST, 2004

Para estabelecer o nível de cumprimento atingido pelo empreendimento hoteleiro, levam-se em conta os quatro âmbitos de análise estabelecidos pelo programa CST e o percentual de cumprimento atingido em cada um destes âmbitos, conforme tabela acima. O nível de cumprimento mais baixo alcançado pelo hotel a ser certificado, em qualquer um dos âmbitos, é que será estabelecido ao empreendimento como forma de incentivar o cumprimento de todas as condições estabelecidas pelo programa, que pretende dar igual importância para os quatro âmbitos em questão (CST, 2004). Segundo Pacheco (2003), mesmo que a empresa hoteleira obtenha o

primeiro nível, ou seja, 0, com menos de 20% de cumprimento das normas estabelecidas, demonstra por si só que a empresa tem consciência da necessidade de adotar práticas que minimizem os impactos negativos, começando assim a dar os primeiros passos no caminho que a levará a sustentabilidade turística.

4.1.2. O processo de inscrição ao CST.

A inscrição no programa de certificação CST, assim como a primeira categorização, não tem custos para o hotel candidato. Para aderir ao programa, que é de forma voluntária, basta enviar um formulário de inscrição e uma declaração (anexo 1), disponíveis na página de Internet do CST (www.turismo-sostenible.co.cr), que devem ser preenchidos e assinados pelo empreendedor para posterior envio a um escritório do ICT. Nestes documentos constam dados gerais sobre o empreendimento, como nome do hotel, endereço, proprietários, telefone, número de licença de funcionamento junto ao ICT, número de unidades habitacionais, categorização tipo estrelas. Além disso, o empreendimento deverá estar em dia com a legislação laboral do país.

Após efetuar a inscrição prévia ao programa, o empresário candidato recebe uma visita de um membro do ICT, que fornecerá maiores informações sobre o processo de certificação do CST. Após a visita, o empresário recebe um questionário para auto-avaliar-se segundo os requisitos estabelecidos pelo programa, de forma a poder verificar quais as necessidades de investimentos para a obtenção da qualificação mínima exigida. No momento em que o empresário considerar-se apto a ser categorizado pelo programa, o mesmo deve contatar o ICT para solicitar a inspeção inicial do local para indicar em qual nível de cumprimento das normas estabelecidas pelo CST que o empreendimento será certificado (CST, 2004).

4.1.3. O processo de avaliação do CST

Para avaliar tanto os empreendimentos hoteleiros candidatos à certificação quanto os já certificados, o CST aplica o Manual de Categorização (anexo 2), composto por 153 perguntas, dividido em quatro âmbitos, organizado especificamente para a execução do programa. Cada um dos âmbitos é subdividido em descritores, em número de 20, que representam as fontes de

origem para possíveis impactos positivos e/ou negativos que as empresas podem ocasionar ao entorno. Por sua vez, em cada um dos descritores existe um questionário em que os empresários se basearão para analisar, em campo, a execução de suas atividades sob a ótica da sustentabilidade (CST, 2004).

A avaliação inclui dois aspectos importantes: uma avaliação geral que analisa todo o projeto incluindo programas ou ações não previstos no questionário e uma percepção geral que avalia as situações positivas e negativas detectadas em cada âmbito, auxiliando tanto o empresário quanto o avaliador em suas análises.

Além de garantir as ações necessárias para a obtenção da certificação, o questionário auxilia o empresário na sua tomada de decisão levando em conta as suas especificidades, o seu perfil, as suas necessidades.

4.2. Guatemala: *Green Deal – Asociación Alianza Verde*



Fonte: Green Deal, 2004.

A Guatemala, país localizado na América Central, preocupada com o impacto causado pelo desenvolvimento de atividades turísticas em seu ecossistema, propõe a partir de 1999 a adoção de um programa de certificação, buscando como resultado um processo participativo dos atores ligados à área turística. As informações que seguem foram extraídas do site oficial do Programa de Certificação.

O programa, chamado *Green Deal*, constitui-se na “*Implementación del Código de Práctica Óptima y Certificación de Calidad Turística en la Reserva de la Biosfera Maya*” (Sosa, 2001), ou seja, um reconhecimento público às empresas que adotam conceitos de desenvolvimento sustentável baseados em códigos de boas práticas e de políticas de turismo para as reservas Maias.

O programa *Green Deal* considera a certificação uma iniciativa orientada a tornar a indústria de viagens verde, sem considerá-la um substituto a outras iniciativas, mas sim um complemento a elas visando medir e garantir, através de auditorias externas, o cumprimento das exigências para a certificação. Deste modo, as normas do programa tem como objetivo servir de parâmetro para verificar e quantificar o nível de inserção das operações turísticas aos conceitos ambientais, sociais e de qualidade dos serviços que as empresas associadas oferecem aos seus clientes.

As normas estabelecidas foram baseadas sobre um processo participativo com os atores envolvidos no âmbito turístico e ambiental da Guatemala, prevendo a sua compatibilidade com outros sistemas de normas, políticas e diretrizes aplicáveis ao turismo, com o intuito de permitir o uso paralelo destes instrumentos. As normas foram divididas em genéricas, para todas as empresas, e específicas, para os diferentes ramos de atuação.

Os tipos de empresas turísticas previstas, atualmente, para serem certificadas pelo programa são relacionadas no quadro a seguir.

Quadro 3: Atividades turísticas certificadas pelo Programa *Green Deal*.

Operadores de turismo;
Agências de viagens;
Empresas turísticas comunitárias;
Transporte turístico;
Hotéis;
Restaurantes;
Guias de turismo.

Fonte: Sosa, 2001

Assim, para que o selo possa agregar valor às empresas que o adotam, é necessário que o programa possua uma estrutura que garanta a sua credibilidade junto ao mercado consumidor. Esta estrutura deve passar por diversas etapas, descritas a seguir.

4.2.1. O Sistema de Certificação

Para que o processo de certificação se inicie, faz-se necessário a organização do Sistema de Certificação, que estabelece duas etapas prioritárias: a definição de uma equipe de auditores de normas e a comissão de certificação, que tem as seguintes responsabilidades:

- ◆ Auditores de normas: As auditorias de cumprimento de normas são os meios que ajudam a verificar o nível de adesão de uma empresa às normas estabelecidas para a sua certificação. Estas equipes são multidisciplinares devido à extensão dos aspectos a serem auditados.

- ◆ Comissão de certificação: A comissão certificadora é integrada por quatro instituições sócio-ambientais que apóiam a correta qualificação dos expedientes de todas as empresas candidatas à certificação. Atualmente, esta comissão é integrada pela Associação Alianza Verde, Ministério de Meio Ambiente e Recursos Naturais da Guatemala, Centro Universitário de Petén, Propetén e Fundação Conservação Internacional.

A qualificação cedida a cada operação será estabelecida sobre a base de rendimento que esta demonstre nos formatos utilizados pelos auditores durante a avaliação de campo e no conteúdo final de auditoria. Somente as normas aplicadas durante a inspeção é que serão consideradas, podendo a comissão estabelecer três possíveis níveis: pré-condicionantes, condicionantes ou recomendações. No caso de pré-condicionantes, o processo é parado até que sejam cumpridas as exigências.

4.2.2. Processo de Certificação

Por não se tratar de um programa simples, as operações turísticas a serem certificadas pelo *Green Deal* contarão com uma detalhada orientação sobre o processo, incluindo práticas, assessorias e explicações preliminares sobre as normas. Assim, este processo foi dividido pelo programa em 6 partes: passos preliminares; processo de preparação; processo de auditoria; análise das informações, elaboração de informes e qualificação; certificação; renovação.

Cada um dos passos deve ser observado, sendo que estes são pré-requisitos, isto é, para passar ao passo seguinte é preciso concluir cada um dos passos. Entretanto, não se pode

esquecer que o processo de certificação é totalmente voluntário, sendo que a sua interrupção é possível, desde que a empresa assim decida. Caso alguma das etapas não seja cumprida, mesmo sendo necessária a sua conclusão para passar à etapa seguinte, estas podem ser colocadas como pré-condição para que a empresa consiga a sua certificação.

Além destas etapas a serem cumpridas pelas empresas candidatas à certificação, indispensáveis para garantir a sua qualificação, outras atividades deverão ser desenvolvidas concomitantemente visando atingir condições competitivas favoráveis no mercado turístico.

◆ Promoção Mercadológica

Parte importante para posicionar o selo no mercado consumidor como um produto ambiental e socialmente responsável, promovendo campanhas publicitárias que incluam elementos que indiquem que os produtos e serviços afiliados são, realmente, ambiental e socialmente justos, além da alta qualidade dos mesmos. Além disso, o programa é considerado uma ferramenta eficaz que pode beneficiar as empresas a melhorar o uso dos recursos naturais, sua penetração no mercado, baixando os custos de água, energia e insumos.

◆ Capacitação

Meio através do qual se busca facilitar a capacidade dos empresários afiliados a manejarem e manterem a qualidade de seus produtos e serviços com o passar do tempo sem, entretanto, converter-se em juiz de suas ações. Desenvolvido através de seminários introdutórios, de caráter geral, serve principalmente para criar um ambiente propício que fixe a idéia de adoção de melhores práticas advindas com o processo de certificação.

◆ Promoção para a indústria e posicionamento do *Green Deal*.

Visando a promoção do programa *Green Deal* como esquema de certificação de produtos e serviços turísticos, realizaram-se apresentações do programa a grupos empresariais organizados com a finalidade de expor os benefícios que a certificação pode oferecer a suas

empresas. Dentre as empresas envolvidas, destaca-se a Câmara de Turismo da Guatemala, a Associação de Ecoturismo da Guatemala, e a Aliança Meso-americana de Ecoturismo.

O programa *Green Deal* respalda a operação turística diante do mercado internacional não apenas como um produto ou serviço turístico de qualidade, mas também como uma operação que desenvolve atividades turísticas de baixo impacto, que minimiza os impactos causados ao meio ambiente em que está inserido, que promove o respeito ao patrimônio cultural e histórico, melhorando a qualidade de vida das comunidades locais mediante o desenvolvimento econômico e social local.

4.3. Equador: Programa de Certificação para Operações Turísticas “*Smart Voyager*”



Fonte: Smart Voyager, 2004

O turismo, como atividade produtiva, representa uma importante fonte de geração de emprego e de divisas para diversos países, dentre os quais inclui-se o Equador, com suas diversas áreas protegidas. Dentre estas áreas, destaca-se um importante patrimônio da humanidade: as Ilhas Galápagos, ameaçada por diversas atividades, inclusive a turística.

O desenvolvimento de atividades ligadas ao turismo nesta região depende da existência dos recursos naturais. Portanto, é de suma importância que sejam adotadas políticas para a sua conservação para que o turismo não ameace a integridade dos ecossistemas locais, visto a sua relevância em nível mundial. Surge, daí, a necessidade de proteger este patrimônio sem inviabilizar a sua visitação, em moldes e capacidade aceitáveis.

Criado em 1998, numa parceria entre a *Rainforest Alliance* e a *Corporación de Conservación y Desarrollo de Ecuador*, o *Programa de Certificación para Operaciones Turísticas Smart Voyager* tem a finalidade de apoiar a conservação dos recursos naturais do Equador nas atividades turísticas desenvolvidas nas ilhas Galápagos. Este programa agrupa

importantes segmentos do Equador: cientistas, operadores turísticos, governo e grupos conservacionistas (Smart Voyager, 2004).

O programa de certificação *Smart Voyager* é um processo independente e voluntário que busca a prática de um tipo de turismo sustentável e comprometido com os recursos naturais da Ilha Galápagos considerando, além das variáveis ambientais, variáveis sociais e de segurança.

Os objetivos do programa, segundo Ferro (2003), são os seguintes:

- ◆ Colaborar com operações turísticas para reduzir o impacto ambiental de sua operação nas Ilhas Galápagos;
- ◆ Motivar os operadores turísticos a implantar um sistema sustentável buscando um equilíbrio entre os aspectos ambientais, sociais e econômicos;
- ◆ Aumentar o nível de consciência ambiental do consumidor;
- ◆ Prestar informações confiáveis e promover atividades turísticas responsáveis com o meio ambiente;
- ◆ Envolver os operadores turísticos em programas e ações de conservação realizadas pelas entidades estatais e ONG's em Galápagos (Smart Voyager, 2004).

4.3.1. Princípios gerais do Programa.

O Programa de Certificação *Smart Voyager* adota uma série de princípios que norteiam os processos e ações que desenvolve junto aos operadores turísticos das Ilhas Galápagos. Estes se direcionam a vários setores de atuação ligados às atividades turísticas, destacando-se:

- ◆ **A política da empresa** – quando a operadora turística opta por integrar-se ao programa de certificação, suas políticas devem ser redirecionadas para uma atuação responsável ambiental, econômica e social;
- ◆ **Conservação dos ecossistemas naturais** – matéria-prima do turismo na região, portanto, sua conservação deve ser vista como prioritária para a manutenção das atividades;

- ◆ **Diminuição do risco de introdução e dispersão de espécies exóticas** – manter a originalidade e as características naturais da região também deve ser um dos focos dos atores envolvidos, sejam eles operadores ou turistas;
- ◆ **Redução de impactos ambientais negativos** – conscientizar os atores sobre impactos que podem ser causados em todas as etapas da operação turística, alertando-os, em cada caso específico, sobre ações, métodos e ferramentas que minimizem-nos;
- ◆ **Capacitação do pessoal** – para atuar em um ambiente tão frágil e com tantas restrições de uso, é preciso que os operadores invistam na capacitação e qualificação de seu pessoal, reduzindo, assim, impactos negativos e custos operacionais;
- ◆ **Relações comunitárias e bem estar local** – atuando sob a ótica da sustentabilidade, é imprescindível que os operadores turísticos não apenas gerem emprego e renda para as comunidades locais, mas também invistam nas mesmas, trazendo benefícios diretos e indiretos oriundos das atividades turísticas;
- ◆ **Manejo integrado de resíduos** – a geração de resíduos torna-se um grande problema, principalmente quando se trata de atividades turísticas em uma ilha. Integrar as ações de coleta e destino destes resíduos é vital para a manutenção do ambiente;
- ◆ **Compromisso do turista** – visitar um patrimônio da humanidade requer envolvimento e responsabilidade com o mesmo. É preciso orientar aos turistas sobre os limites e possibilidades de sua visita à região;
- ◆ **Tratamento justo e correto aos trabalhadores** – uma das questões que geralmente é esquecida é o respeito aos trabalhadores. Sua participação é a chave para o melhor aproveitamento da visita, assim como para a prevenção de impactos negativos ao meio;
- ◆ **Planificação e monitoramento** – levando-se em conta a fragilidade e importância da região, a falta de planejamento pode vir a inviabilizar qualquer atividade turística desenvolvida no local. O monitoramento das atividades é uma das peças chave para que o turismo gere os benefícios esperados;
- ◆ **Controle do uso, abastecimento e armazenamento dos insumos** – todos os produtos devem ser utilizados rigorosamente dentro das especificações de cada um, em todas as etapas de seu manuseio;
- ◆ **Segurança** – quesito indispensável em todos os fundamentos anteriores, principalmente devido às suas especificidades: região frágil e que tem contato direto

com o consumidor, envolvendo muitas pessoas, necessitando atenção em todas as etapas do processo (Smart Voyager, 2004).

Estes princípios visam salvaguardar o ambiente, as características das comunidades, o valor histórico e ambiental do local e a viabilidade econômica do desenvolvimento de atividades turísticas na região, já que existe a possibilidade de um produto diferenciado, de importância mundial, necessitando assim um manejo eficiente de todos os recursos, sejam eles naturais ou construídos.

4.3.2. Benefícios oriundos do Programa *Smart Voyager*.

O Programa de Certificação de Operações Turísticas *Smart Voyager* gera uma série de benefícios aos vários segmentos turísticos equatorianos, apontando-se os principais a seguir, conforme aponta Ferro (2003):

- ◆ À conservação das Ilhas Galápagos
- ◆ Ao pessoal e à empresa certificada:
- ◆ À comunidade:
- ◆ A operadores e ao turismo do Equador:

Estes benefícios, que envolvem operadores turísticos, comunidades, recursos naturais e o próprio programa de certificação *Smart Voyager* proporcionam às Ilhas Galápagos vantagens competitivas, já que atuam diretamente sobre a conservação de sua atratividade e ao respeito a este monumento por turistas, comunidade e pessoal envolvido no desenvolvimento das atividades turísticas no local.

4.4. Brasil: PCTS – Programa de Certificação em Turismo Sustentável.

Em fase de implantação, o Programa de Certificação em Turismo Sustentável – PCTS, prevê, em sua primeira etapa e de forma voluntária, a certificação de meios de hospedagem no Brasil. Para tanto, diversos atores envolvidos no setor turístico nacional estão participando com vistas à elaboração e validação de normas a serem aplicadas pelo programa de certificação (PCTS, 2003).

Desenvolvido pelo Instituto de Hospitalidade em parceria com o Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável – CBTS, o PCTS foi criado objetivando melhorar a qualidade e a competitividade do setor turístico brasileiro, especialmente as pequenas e médias empresas – PME, promovendo a sua sustentabilidade, oferecendo assistência técnica e inserindo-o neste promissor mercado. Assim, o programa (www.pcts.org.br) prevê o estímulo à melhoria do desempenho das empresas turísticas nas áreas econômica, ambiental, cultural e social, além de aumentar a participação no mercado internacional através da promoção comercial no exterior.

O programa prevê a adoção de normas como requisitos a serem atingidos para que os empreendimentos turísticos façam jus à certificação, concedida pela organização certificadora, neste caso, o PCTS, que garantam efetivamente que estes empreendimentos desenvolvam ações que promovam a melhoria da qualidade como um todo, isto é, um processo contínuo que não termina quando se recebe a certificação de sustentabilidade. O modelo do programa, baseado na simplicidade e flexibilidade, possibilita a adoção de práticas não previstas originalmente.

4.4.1. A delimitação das normas.

A definição do foco das normas é umas das etapas mais importantes do processo, já que existem diversas opções de certificações, tais como: destino, operadoras, hotéis, transportadoras, etc. Optou-se por desenvolver um conjunto de normas que estabeleçam os requisitos mínimos para um empreendimento ser considerado como praticante do turismo sustentável (PCTS, 2003).

Assim, os requisitos foram estabelecidos em termos de desempenho, sendo que o desempenho mínimo será estabelecido para cada uma das três dimensões que compõem o conceito de turismo sustentável: ambiental, sócio-cultural e econômica. Entretanto, estes requisitos devem considerar as diferenças regionais e o porte das organizações candidatas à certificação. As organizações adotarão as tecnologias adequadas à sua realidade, exigindo, com isso, uma adequada capacitação dos auditores que comporão as equipes multidisciplinares.

O estabelecimento dos requisitos de desempenho deve considerar as diferenças regionais e de porte das organizações. O mecanismo para lograr este objetivo é normalizar “o quê” e não “o como”. A organização deverá fazer as escolhas tecnológicas adequadas à sua realidade para atender ao requisito. Isto implica, por consequência, na necessidade duma

adequada capacitação dos auditores e em que as auditorias serão efetuadas muitas vezes por uma equipe multidisciplinar de auditores. (IH, 2003)

Os empreendimentos deverão adotar um sistema de gestão do qual será requerido o mínimo de documentação possível com o intuito de viabilizar a participação de pequenas e médias empresas, mas que seja possível demonstrar se o desempenho está sendo alcançado e mantido, ou seja, auditável e confiável. Para tanto, o sistema de gestão deve ter os seguintes componentes mínimos: política, planejamento, responsabilidades e recursos, mecanismos de revisão, monitoramento e melhoria contínua.

4.4.2. Segmentação das normas.

Como o turismo é uma atividade que envolve diretamente um grande número de empresas, as normas devem ser desenvolvidas de modo a dividi-las por segmentos de atuação, destacando-se assim as principais (PCTS, 2003):

- ◆ Meios de hospedagem: urbanos e não urbanos – diferenciados devido ao contexto e especificidade de cada caso e que, se inseridos em uma única norma, estas se tornariam confusas, dificultando as auditorias;
- ◆ Serviços de transporte – neste segmento consideram-se as empresas de traslado, que não terão normas previstas nesta fase, e empresas de transporte local ou regional, objeto das normas devido à sua ligação direta com o produto turístico. Empresas de transporte podem impactar diretamente a sustentabilidade e consumidores, mas também possuem um forte componente local;
- ◆ Serviços de alimentação – tecnicamente possuem uma ligação direta com os meios e hospedagem sendo, portanto, indiretamente inseridas em suas normas;
- ◆ Agenciamento: agências e operadoras – em agências, as normas focalizam o desenvolvimento de produtos, visando assegurar sua sustentabilidade. No caso das operadoras, as normas estabelecerão como um produto turístico deverá ser desenvolvido para poder ser considerado sustentável;

- ◆ Destinos – restritos aos empreendimentos que possuam um proprietário sejam eles públicos ou privados, que assumam toda e qualquer responsabilidade dentro da propriedade (PCTS, 2003).

E como forma de prestar assistência técnica aos associados, além das normas de requisitos serão desenvolvidos pelo programa documentos orientativos para a sua implementação. Estes documentos conterão manuais de boas práticas, que representarão um importante auxílio para os empresários que decidirem adotá-los, orientando-os para a melhoria contínua da sustentabilidade de seus negócios.

4.4.3. O processo de Certificação.

Sendo que as normas serão estabelecidas focando o desempenho dos empreendimentos com a prática do turismo sustentável, a sistemática de certificação seguirá o método de avaliação da organização, isto é, a realização de auditorias. Estas avaliações seguirão algumas etapas e fases específicas, descritas abaixo (PCTS, 2003).

- ❖ Auditoria inicial.

Esta etapa será dividida em 2 fases distintas. A primeira avaliará os arranjos da organização referente à implementação de práticas de turismo sustentável e a adoção ou não de um sistema de gestão no empreendimento. Verificados estes procedimentos, passa-se ao planejamento da realização da segunda fase, juntamente com as pessoas da organização auditada, que refere-se à coleta de evidências sobre o alcance dos requisitos de desempenho, dando especial atenção àqueles que envolvem a interação com as comunidades e autoridades locais, e a avaliação de campo dos aspectos ambientais, sócio-culturais e econômicos.

- ❖ Informação e participação das partes interessadas.

Etapa de grande importância, já que a participação do maior número de atores envolvidos no processo de certificação, assim como a sua transparência, é que consolidará junto à opinião pública, empreendimentos, órgãos públicos e turistas a credibilidade das ações desenvolvidas em busca da sustentabilidade.

❖ Decisão da certificação.

A análise do processo e a decisão pela certificação devem ser tomadas por uma comissão interna do organismo de certificação em conjunto com os representantes das partes interessadas, isto é, os empreendimentos turísticos candidatos à certificação. Este processo, participativo e transparente, reforça o nível de credibilidade do programa de certificação, visto que não se trata de um dado objetivo. Muitos aspectos fogem do controle do processo de certificação, pois questões como percepção do público e clientes, práticas e reputação do órgão certificador influirão diretamente sobre todo o processo e o programa. Assim, a competência técnica terá um peso decisivo na avaliação do processo como um todo.

❖ Equipe de auditores.

Ponto fundamental no processo de certificação é a competência e consistência técnica dos auditores. Deste modo, o programa tem a responsabilidade de formar e certificar esta mão-de-obra, especializando-a e viabilizando a formação de uma equipe de auditores selecionados, multidisciplinar e abrangente, cobrindo todo o território nacional, que é de grande extensão, minimizando ainda custos operacionais.

❖ Níveis de certificação.

Outro ponto importante no processo de certificação são os diferentes níveis ou categorias de certificação dos empreendimentos, processo do qual as atividades hoteleiras e de restaurantes já possuem familiaridade, por existirem pontos em comum com o processo de classificação, mas que é diferente da certificação.

A certificação baseia-se em normas e requisitos mínimos, atestando ou não que o serviço, produto ou similar atende parcial ou totalmente as regras pré-estabelecidas, podendo assim distinguir diferentes níveis de cumprimento. A determinação deste nível de cumprimento deve vir do consenso entre o programa e o empreendimento candidato à certificação.

O processo de desenvolvimento das normas do Programa de Certificação do Turismo Sustentável dá-se pela identificação de sua necessidade como norma. Esta identificação, capitaneada pela UEP, é promovida pelos especialistas consultores, que são os responsáveis pela elaboração dos textos, e revisados pela UEP. Os textos são elaborados em diversas versões, sendo

que estes são discutidos em reuniões com os representantes das partes interessadas, e devem ser submetidos ao Comitê Diretor do Programa para serem aprovadas.

Além dos órgãos estabelecidos dentro do PCTS, é imprescindível a participação da população através da consulta pública, referendando, assim, as decisões tomadas pelo Programa e que afetarão, de modo positivo ou negativo, estas populações.

4.5. Análise dos programas de certificação em aplicação na América Latina

Os programas de certificação do turismo sustentável CST, da Costa Rica, *Green Deal*, da Guatemala, *Smart Voyager*, do Equador e PCTS, do Brasil apresentam uma série de similaridades, tanto em suas estruturas quanto aos impactos a serem identificados, apesar de serem destinados a tipos de empreendimentos diferentes. Cada Programa apresenta suas características individuais, destacando normas e procedimentos específicos a serem seguidos, passos estes necessários para a adesão dos empreendimentos aos respectivos Programas de Certificação. Deste modo, apresenta-se, a seguir, um resumo comparativo com os pontos importantes a serem considerados e, conseqüentemente, avaliados em cada um dos programas visando contribuir para a construção da Planilha de Aplicação do Turismo Responsável.

Quadro 4: Comparativo entre os Programas de Certificação

	CST	Green Deal	Smart Voyager	PCTS
Início de Operação	1993	1999	1998	Em fase de implantação
Voluntário	Sim	Sim	Sim	Sim
Tipo de empreendimento a ser certificado	Hotéis	Operadoras, agências, empresas comunitárias, transporte, hotéis, restaurantes, guias.	Operadoras turísticas	Meios de hospedagem, serviços de transporte, alimentação, agenciamento, destinos.
Assistência técnica	Sim	Sim	Sim	Sim
Prevê níveis de cumprimento	Sim	Não	Não	Não
Diferentes âmbitos de avaliação	Sim	Não	Não	Não
Prevê a compatibilidade com outros programas ou sistemas	Não	Sim	Não	Sim
Validade	Indefinido	1 ano	Indefinido	Indefinido
Participação da comunidade no programa	Não	Sim	Sim	Sim
O programa prevê assessoria durante o processo	Sim	Sim	Não	Sim

Analisando-se os dados resumidos do quadro anterior, pode-se destacar os seguintes pontos que influíram na organização da Planilha CTRUCs:

- ◆ **Voluntário:** Todos os programas pesquisados são voluntários. Questiona-se, entretanto, este quesito quando a certificação se dá em UCs, pois são áreas que exigem proteção ambiental, independente do tipo ou classificação da UC onde o turismo será desenvolvido;
- ◆ **Tempo de operação:** Tendo iniciado em 1993, o Programa CST representa uma relevante experiência com o mercado turístico internacional, passando por diversos estágios de desenvolvimento, sendo indicado, por isso, a tornar-se um modelo a ser seguido;

- ◆ Tipos de empreendimentos certificados: Analisando-se superficialmente, o Programa *Green Deal* é o que apresenta uma diversidade maior. Entretanto, é limitado no quesito Guia de Aplicação;
- ◆ Assistência técnica: Todos os programas prevêem este serviço, o que considera-se fundamental;
- ◆ Níveis de cumprimento: O estabelecimento de níveis viabiliza a participação de um número mais expressivo de empreendimentos candidatos à certificação, contribuindo, assim, significativamente para a melhoria do meio ambiente e para a viabilidade econômica do processo. Além disso, incentiva os empreendedores a melhorar o seu *status* junto aos turistas, além de permitir que mesmo não aderindo ao Programa de Certificação, o empreendedor identifique o estágio de responsabilidade em que o mesmo está inserido. Estes detalhes qualificam o Programa CST como o mais indicado para servir de base para a construção da Planilha CTRUCs;
- ◆ Âmbitos de avaliação: O Programa CST envolve um grande número de âmbitos, tornando-o mais adequado à aplicação em Unidades de Conservação. A avaliação por âmbitos permite uma análise mais específica em diferentes quesitos e, conseqüentemente, no geral. Este é outro ponto que favorece a escolha do Programa CST como modelo parcial para a Planilha CTRUCs;
- ◆ Validade: Fator que pode variar de acordo com as especificidades locais, sem prejuízo para o Programa;
- ◆ Participação comunitária: Fator de grande importância para um Programa de Certificação Responsável e ponto considerado negativo no Programa CST: o mesmo não prevê a participação efetiva da comunidade no desenvolvimento do Programa. Este fato, porém, não o inviabiliza como modelo. Além disso, independente do CST, o quesito participação comunitária usufruirá de destaque especial na formulação da Planilha CTRUCs aqui proposto, pois é considerado fundamental para o desenvolvimento do turismo responsável;
- ◆ Assessoria: Fator de grande importância para o desenvolvimento efetivo do Programa em busca da responsabilidade, pois poderá influir decisivamente na conquista ou não das melhorias que se façam necessárias;

◆ **Aplicabilidade:** considera-se a aplicabilidade do Programa CST viável em Unidades de Conservação, sendo necessário, para isto, efetuar algumas adaptações para que o roteiro de avaliação seja direcionado para a viabilização de atividades turísticas nestas áreas de proteção ambiental. Os demais programas também contribuirão na construção do referido roteiro de avaliação.

Além disso, ao construir-se a Planilha CTRUCs, é indispensável destacar a contribuição dos Programas de Certificação do Turismo aos países-sede e o atual estágio de desenvolvimento turístico em UCs no Brasil. Assim, tomando como base os dados levantados destes Programas a suas respectivas análises, considera-se o programa CST como o mais adequado sem, entretanto, descartar os demais.

Outro ponto considerado na escolha do CST como base principal da Planilha de Aplicação é que o turismo tem uma participação de destaque na economia da Costa Rica, sendo, portanto, uma atividade que requer uma atenção redobrada neste país, principalmente devido ao perfil do turista que é recebido: busca atividades ecoturísticas, tem alto poder aquisitivo e nível cultural. Deste modo, os Programas de Certificação pesquisados serão de suma importância para o delineamento e organização da Planilha CTRUCs e, em especial, para o Parque Estadual Morro do Diabo.

5. PARQUE ESTADUAL MORRO DO DIABO – PEMD/SP.

As observações a respeito do Parque Estadual Morro do Diabo – PEMD – descritas à seguir foram construídas através de consultas ao Plano de Manejo do Parque atualizado (IF, 2005), de visitas de campo, entrevistas com a administração e funcionários do Parque, além de diferentes lideranças comunitárias do Município de Teodoro Sampaio.

O Parque Estadual do Morro do Diabo – PEMD, estudo de caso desta pesquisa, possui uma área legal de 33.845,33 mas que na prática, possui um pouco mais de 35.000 hectares. Localiza-se no município de Teodoro Sampaio, sudoeste do Estado de São Paulo, na região denominada Pontal do Paranapanema. Está localizado entre as coordenadas geográficas 22° 27' a 22° 40' de Latitude S e 52° 10' a 52° 22' de Longitude W.

Figura 2: Vista parcial do Morro do Diabo.



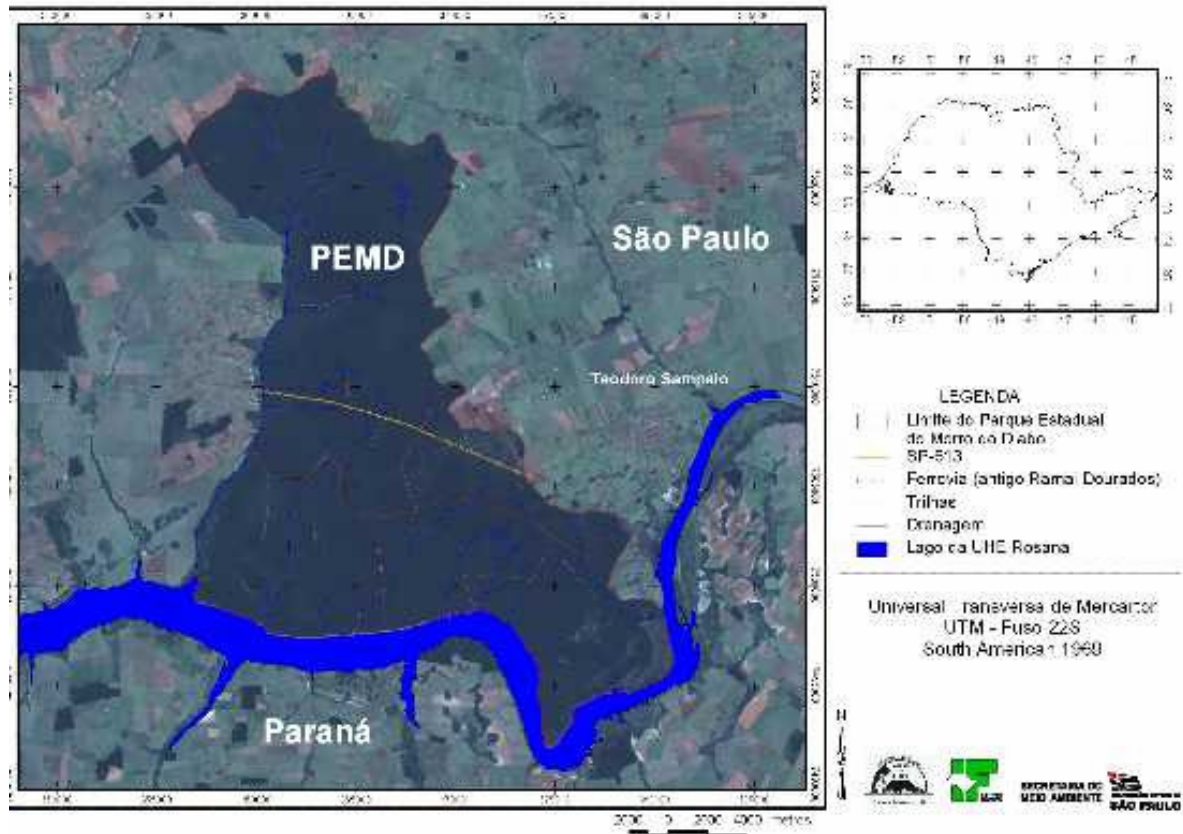
Fonte: Oliveira, Sérgio D. 2004

A Reserva Estadual do Morro do Diabo foi criada em 1941 pelo Decreto Estadual N° 12.279/41, com 37.156,68 hectares. Em 1986, em virtude do movimento conservacionista e em razão da mobilização de pesquisadores do Instituto Florestal, a Reserva Estadual do Morro do Diabo passou à categoria Parque Estadual por força do Decreto n° 25.342/86 (anexo 7), possibilitando maiores garantias para a sua conservação, haja vista que a categoria anterior, reserva estadual, era tida como uma categoria de transição, cujo manejo, por conseguinte, era menos restritivo e permitia inclusive a retirada de madeira, ameaçando, assim, a sua rica biodiversidade.

Segundo informações colhidas com a administração do Parque e no Plano de Manejo, o PEMD é uma das poucas unidades de conservação do IF – Instituto Florestal do Estado de São Paulo, que tem a situação fundiária totalmente resolvida, já que as terras do Parque são terras devolutas, pertencentes, portanto, ao Estado.

O PEMD está inserido na região do Pontal do Paranapanema, localizada entre a confluência dos Rios Paraná e Paranapanema, que faz parte da Região Administrativa de Presidente Prudente, sendo constituída por 20 municípios que integram o extremo Oeste do Estado de São Paulo. Recebe esse nome justamente por se situar entre estes dois rios. A imagem abaixo mostra parte desta região, com a área do Parque às margens do Rio Paranapanema.

Figura 2: Imagem do PEMD às margens do Rio Paranapanema.



Fonte: Acervo do PEMD, 2005.

No que diz respeito ao nome, existem lendas que tentam explicar a razão da denominação do Morro do Diabo. Segundo os mais antigos moradores da área, o Morro tem esse nome porque em seu topo ou nas suas encostas situa-se um cemitério indígena. Outra lenda diz respeito à maneira da região ter sido colonizada. Esta diz que os bandeirantes teriam

dizimado os habitantes de uma aldeia indígena e que os índios, que não estavam na aldeia naquele momento, revoltados com o que viram ao chegar, prepararam uma emboscada para os homens brancos, matando-os e deixando-os à vista dos que chegariam depois. Diante da carnificina, os homens brancos ao avistarem tal brutalidade, teriam fugido com a impressão de que o diabo estava no Morro. Entretanto, não existem provas documentais para essas histórias.

A região é bem servida de rodovias pavimentadas que interligam os municípios do Pontal ao Estado do Paraná, Mato Grosso do Sul e Norte do Estado de São Paulo, sendo a principal delas a SP-270 – Rodovia Raposo Tavares – que interliga São Paulo e Mato Grosso do Sul. O município de Teodoro Sampaio é bem servido por ônibus a partir de São Paulo e Presidente Prudente, no estado de São Paulo e Maringá, no Paraná, além de outros locais.

Figura 3: Acesso ao Pontal do Paranapanema.



Fonte: Plano de manejo do PEMD, 2003.

O PEMD está inserido dentro dos limites do domínio da Mata Atlântica, sendo por isso uma região prioritária para a conservação por sua extrema importância biológica, já que é de um dos últimos remanescentes deste tipo de vegetação no estado de São Paulo.

Apesar da distância, 680 km da capital do estado, 120 km de Presidente Prudente e 14 km da área central do Município de Teodoro Sampaio e de só se chegar por via

terrestre, a beleza cênica do Morro do Diabo e a importância da biodiversidade regional têm criado uma demanda constante de visitação e de pesquisas.

Por ser considerada uma área de extrema importância biológica, o Parque Estadual Morro do Diabo constitui o mais alto nível de prioridade para a conservação da Mata Atlântica, ampliando a sua atratividade como recurso turístico.

A PEMD apresenta relevo uniforme, suave ondulado, com declividades de 1 a 3 graus e altitudes que decrescem em direção aos rios Paraná e Paranapanema. A drenagem é de baixa densidade, com vales abertos e planícies aluviais. O ponto mais alto da região é o Morro do Diabo, que está a 599,5 m acima do nível do mar.

Quanto à fauna local, o PEMD possui um grande número de espécies de aves, lepidópteros, peixes e mastofauna, grande parte catalogada no plano de manejo da Unidade. Entretanto, as espécies que mais despertam interesse nos visitantes são: mico-leão preto, onça pintada, anta, veado, cotia e diversas espécies de pássaros, como tucanos, papagaios, araras, etc., o que reforça a potencialidade turística local. Estes animais podem ser vistos normalmente no interior do Parque durante o ano inteiro, desde que as condições estejam favoráveis para isto. Abaixo, foto de um veado campeiro, tirada durante uma das reuniões realizadas na sede do PEMD com membros da sociedade civil do Município de Teodoro Sampaio.

Figura 5: Fauna silvestre nas imediações da sede do PEMD.



Fonte: Oliveira, Sérgio D. 2005.

O movimento social atuante na região é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O movimento é organizado sob forte influência da igreja católica e do sindicalismo rural, fortalecendo a luta pela terra na região e trazendo novamente à tona a questão agrária no país. As áreas no entorno a oeste-norte do Morro são hoje, em sua maioria, assentamentos agrícolas, sendo que os seus donos são antigos acampados do Movimento MST, permitindo assim que a terra cumpra melhor o seu papel social. Estes, entretanto, normalmente respeitam os limites do Parque, como pode ser observado na foto abaixo.

Figura 5: Área de assentamentos no entorno do PEMD.



Fonte: Oliveira, Sérgio D. 2005

De alguns anos para cá, a direção do Parque tem incrementado iniciativas que melhoraram a integração da área com a comunidade local através de ações direcionadas à sua gestão, manejo, participação comunitária e conservação ambiental. Estas iniciativas estão sendo implantadas por instituições governamentais e não governamentais. A administração do PEMD criou em 2001 o Conselho Consultivo, com representantes das entidades locais, o Conselho Administrativo, representado por seus funcionários, além de diversas outras instituições, como a Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio, o COMTUR (Conselho Municipal de Turismo), UNESP (Universidade Estadual Paulista), Associação Comercial, Ministério Público e Sindicato dos Trabalhadores Rurais na tentativa de minimizar as ameaças aos fragmentos de florestas ainda existentes na região e contribuir com melhorias sócio-ambientais.

O desenvolvimento do Programa de Uso Público na área se faz através de atividades monitoradas, planejadas de acordo com as características ambientais e a infra-estrutura disponível considerando os interesses, as expectativas e o perfil das diversas instituições ou grupos organizados que procuram o Parque.

Quadro 4: Números das visitas por ano no PEMD/SP.

Período da Visitação	Número de excursões atendidas	Número de visitantes
1989	150	6.354
1990	132	5.802
1991	92	4.487
1992	168	7.507
1993	103	4.583
1994	103	4.198
1995	77	3.329
1996	97	3.748
1997	110	4.686
1998	127	4.879
1999	128	4.796
2000	89	3.382
2001	68	2.474
2002	62	2.132
2003	57	2.078
2004	86	4.258
2005	233	10.100
TOTAL GERAL DE VISITANTES =78.793		

Fonte: Direção do PEMD

O sistema de agendamento das visitas é feito através de telefonemas ou correspondências à Unidade, e a equipe de uso público organiza e sistematiza as atividades oferecidas, quais sejam:

- Palestras com projeção de slides realizada no Centro de Visitantes (figura 6);
- Projeção de vídeos ecológicos em datas comemorativas/ especiais;
- Visita ao Museu Ecológico;

- Realização de jogos ecológicos, desenvolvidos com a finalidade de transmitir conceitos ecológicos e interação entre a comunidade e o Parque;
- Caminhadas interpretativas, realizadas na Trilha do Morro, Trilha do Rio Paranapanema, Trilha das Perobeiras e na Trilha do Lago Verde;
- Distribuição de folder, que aborda informações sobre o Parque.

A participação nestas atividades requer dos visitantes o mínimo de cinco horas de visitação ao Parque.

Figura 6: Palestra no Centro de Visitantes do PEMD.



Fonte: Oliveira, Sérgio D. 2005

Verificou-se também, através dos registros, que as instituições de ensino (escolas de ensino infantil, fundamental, médio e superior estaduais, particulares e municipais) e demais grupos organizados da região (associações, igrejas etc.) foram os que mais procuraram o Parque no período. Esses grupos são recepcionados e monitorados pela equipe de uso público do Parque.

Entretanto, verifica-se um decréscimo no número de visitantes nos últimos anos, fato este explicado pelo controle mais rigoroso do número de grupos que visitam o Morro do Diabo, limitando-os a apenas 1 grupo por dia. Esta limitação proporcionou uma diminuição dos impactos negativos ao Parque e, ao mesmo tempo, propiciou uma melhora na qualidade das experiências dos visitantes.

A atualização do Plano de Manejo do Parque prevê a abertura de outras áreas de visitação e sua conseqüente popularização, o que aumentará a oferta e a demanda, necessitando, então, um acompanhamento mais direto de seu desenvolvimento.

Quadro 5. Infra-estrutura do programa de uso público do PEMD.

Local	Caracterização	Tipo de Atendimento
Centro de Visitantes e Museu Ecológico	Local onde visitante recebem as orientações e informações sobre os aspectos históricos, ecológicos e culturais bem como o roteiro das atividades. Possui um Museu onde são encontrados mostruários de animais empalhados, maquetes e artefatos indígenas da região.	Monitorado e Autoguiado
Trilha Interpretativa do Lago Verde	De fácil acesso, esta trilha possui não mais que 500 metros, e juntamente com a trilha do Morro do Diabo é a mais antiga em uso. Está inserida num trecho de mata de boa qualidade e atravessa um pequeno manancial hídrico que dá nome à trilha. O enfoque reside no ecossistema ao redor, nas espécies arbóreas e arbustivas (algumas medicinais), no ciclo hidrológico da floresta e no folclore brasileiro	Monitorado e Autoguiado
Trilha Interpretativa do Morro do Diabo	Trilha mais antiga e mais procurada do parque, leva o visitante até o topo do Morro do Diabo. Permite uma ampla visão da sua paisagem e seu entorno, tais como conservação de espécies animal e vegetal na natureza, efeitos e conseqüências do mau uso da terra e os impactos causados pela construção de Usinas Hidroelétricas, rodovia SP 613, os assentamentos humanos, etc. A trilha é uma subida com cerca de 1400 metros e possui certo grau de dificuldade pelo fato de alguns trechos serem muito íngremes.	Monitorado
Trilha do Paranapanema	Esta trilha possui um percurso de não mais que dois quilômetros e avança por uma área degradada cuja vegetação está em franca regeneração e sucessão ecológica, sendo este um dos temas de abordagem, pois a trilha margeia o rio Paranapanema numa extensão de aproximadamente 500 metros, permitindo um contato maior com o mesmo. Nesta trilha há um observatório rústico, construído em madeira ainda na década de 1980. É muito apreciado pois permite uma visão exclusiva dos ecossistemas ao redor, pois é possível avistar-se aves aquáticas de rara beleza.	Monitorado
Trilha das Perobeiras	Esta trilha possui um percurso de 3,5 Km, com baixo grau de dificuldade, pois tem fácil acesso e um único sentido de caminhada. Os temas explorados são as espécies vegetais arbóreas presentes ao longo do caminho, peculiaridades ecológicas, aguçamento da percepção dos visitantes para a natureza ao redor, a diferenciação entre ecossistema florestal de terra firme e úmido, o ciclo hidrológico no ecossistema.	Monitorado

Adaptado do Plano de Manejo do PEMD, 2005.

Estabelecer mecanismos que promovam a integração dessas comunidades na proteção e na conservação do PEMD é de fundamental importância para o sucesso do manejo da Unidade. As ações de interpretação ambiental e as alternativas de desenvolvimento responsável desenvolvidos nestes locais devem ser implementadas não apenas no Parque, mas também estendidas às comunidades, promovendo assim a interação e cooperação entre ambos.

5.1. Comunidade local e o PEMD

Por localizar-se no município de Teodoro Sampaio, o Parque Estadual Morro do Diabo possui uma relação direta com a comunidade local, pois o Parque procura uma interação efetiva com a mesma, fato este que não ocorria, visto que muitos moradores da região sequer conhecem a estrutura existente no Parque e a possibilidade de visitação pelos mesmos. Este panorama foi alterado desde a chegada ao Parque, em 8 de outubro de 2004, da bióloga Andréa Soares Pires, Pesquisadora Científica I, responsável pelo expediente do Parque Estadual Morro do Diabo a partir de então.

Como todas as unidades administradas pelo IF, o PEMD também se subordina a uma chefia regional, representada pela Seção de Reservas de Teodoro Sampaio, assim designada por ocasião da reformulação do Serviço Florestal, em 1970, quando este passou a Instituto.

Atualmente, segundo dados fornecidos pela administração do PEMD, o número de funcionários é de 37, distribuídos nos seguintes cargos ou funções:

- 1 Engenheiro Florestal PhD (Chefe da Seção),
- 1 Bióloga MSc. (Diretora do PEMD),
- 19 trabalhadores braçais,
- 11 vigias,
- 2 técnicos agropecuários,
- 1 auxiliar de serviços,
- 1 técnico de apoio à pesquisa científica e tecnológica,
- 1 motorista.

Para compensar a perda de pessoal e a avançada idade de alguns de seus funcionários, a direção do Parque tem investido em treinamento e capacitação dos seus colaboradores, mediante parcerias com organizações locais. Em fevereiro de 2002 criou-se o Conselho Consultivo do Parque, cuja atribuição é dar continuidade à participação da comunidade local, dos órgãos públicos e da sociedade civil organizada na gestão da UC e seu entorno, incluindo a atualização e a implementação do Plano de Manejo e dos Programas de Gestão do PEMD (IF, 2003).

Todas as instalações físicas da Unidade localizam-se na sede. Os prédios mais novos são a Hospedaria e o Centro de Visitantes, construídos em 1988 e 1990, respectivamente. A hospedaria possui sete quartos com banheiro e tem capacidade máxima para 35 pessoas. Existe, também, uma para pesquisadores e estagiários. A sede é servida de água encanada captada de poço semi-artesiano, energia elétrica e uma rede de fossas sépticas.

Um dos principais itens da infra-estrutura do Parque é a delimitação das suas divisas, que estão bem demarcadas e conhecidas, com a precisão de marcação de homem em campo, com Norte verdadeiro e marcos de cimento numerados.

Figura 8: Aceiros ao longo da SP-613

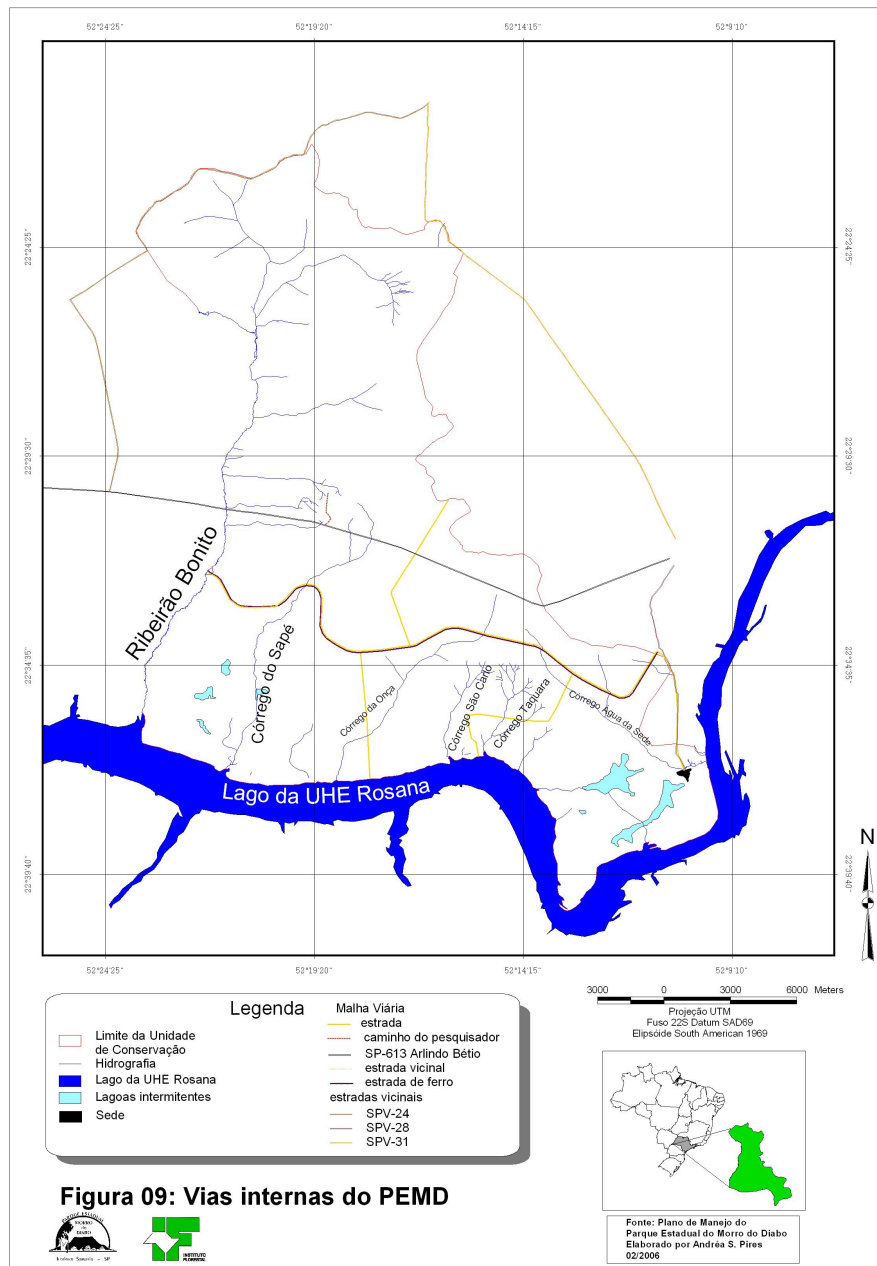


Fonte: Oliveira, Sérgio D. 2005

O Parque mantém aceiros de 10 a 20 metros de largura ao longo dos seus limites Leste e Norte, locais mais ameaçados pelos incêndios florestais. Também ao longo da

SP-613, no trecho que corta o Parque, são mantidos aceiros corta fogo, indispensáveis, principalmente para evitar os casos de incêndios causados por cigarros acesos jogados dos veículos que trafegam pela rodovia. Além de margear a rodovia, existem aceiros também nos limites do parque, além de vias internas para a circulação de pessoal e pesquisadores, conforme observa-se na figura abaixo.

Figura 9: Vias internas do PEMD.



Fonte: Plano de Manejo do PEMD, 2003.

As estradas internas da Unidade são antigos caminhos abertos por posseiros e grileiros que foram mantidos, visando facilitar o acesso aos mesmos para a proteção, pesquisa e uso público.

Os maiores transtornos para a manutenção rotineira destas estradas são as constantes quedas de árvores, que exigem grandes esforços da equipe de trabalho do Parque, nem sempre passíveis de serem acudidos de imediato, pois demandam equipamentos e insumos específicos.

5.2. Infra-estrutura para visitação

Para o atendimento aos diversos grupos e desenvolvimento das atividades educativas, interpretativas e recreativas no Parque, existe uma infra-estrutura específica visando proporcionar um conforto maior aos visitantes.

Figura 10: Infra-estrutura existente no PEMD



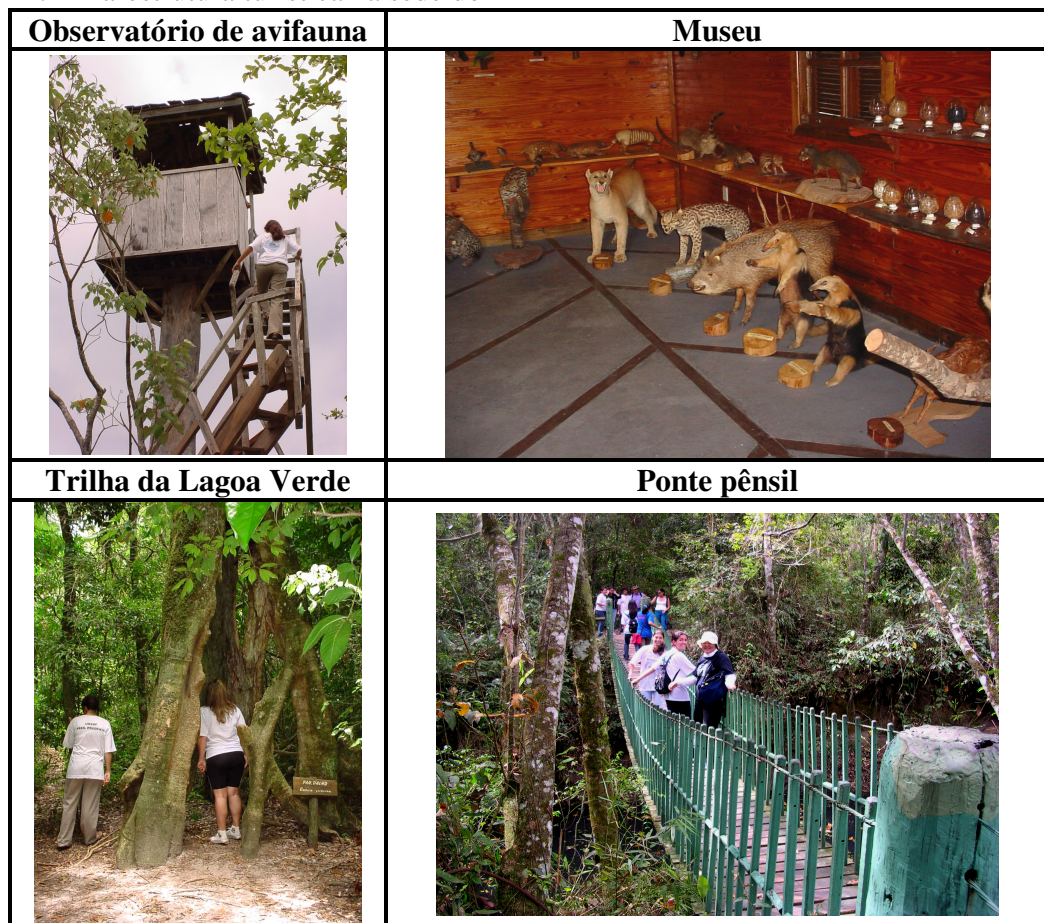
Fonte: Oliveira, Sérgio D. 2004

Esta infra-estrutura serve não apenas como apoio aos visitantes e monitores do Parque, mas, especialmente, como forma de promover a educação ambiental e a conscientização dos turistas quanto à importância turística, social e ambiental do Parque Estadual Morro do Diabo para a região do Pontal do Paranapanema.

Além disso, estas estruturas são utilizadas também pelos funcionários e administração do Parque, principalmente o campo de futebol e os quiosques existentes nas suas proximidades, facilitando, também, a interação entre o parque, visitantes e a comunidade local.

Com exceção da trilha interpretativa do Morro do Diabo, todas as atividades oferecidas pelo programa de uso público estão centralizadas na área da sede do Parque. As futuras atividades do programa de uso público do PEMD, tais como a implantação de novas trilhas interpretativas, quiosques, ampliação da infra-estrutura e demais adequações para melhor atendimento dos visitantes deverão ser implementadas nesta área.

Figura 11: Infra-estrutura turística na sede do PEMD



Fonte: Oliveira, Sérgio D. 2004

Esta infra-estrutura, tanto básica quanto turística, valoriza não apenas os atributos naturais encontrados na área do PEMD, mas também as questões relativas à pesquisa e conservação de seus recursos, promovendo o envolvimento do turista e da comunidade local para a conservação de seus atrativos, incluindo-se aqui os naturais, sócio-culturais e econômicos, melhorando assim a qualidade de vida da população como um todo.

5.3. Zoneamento do PEMD.

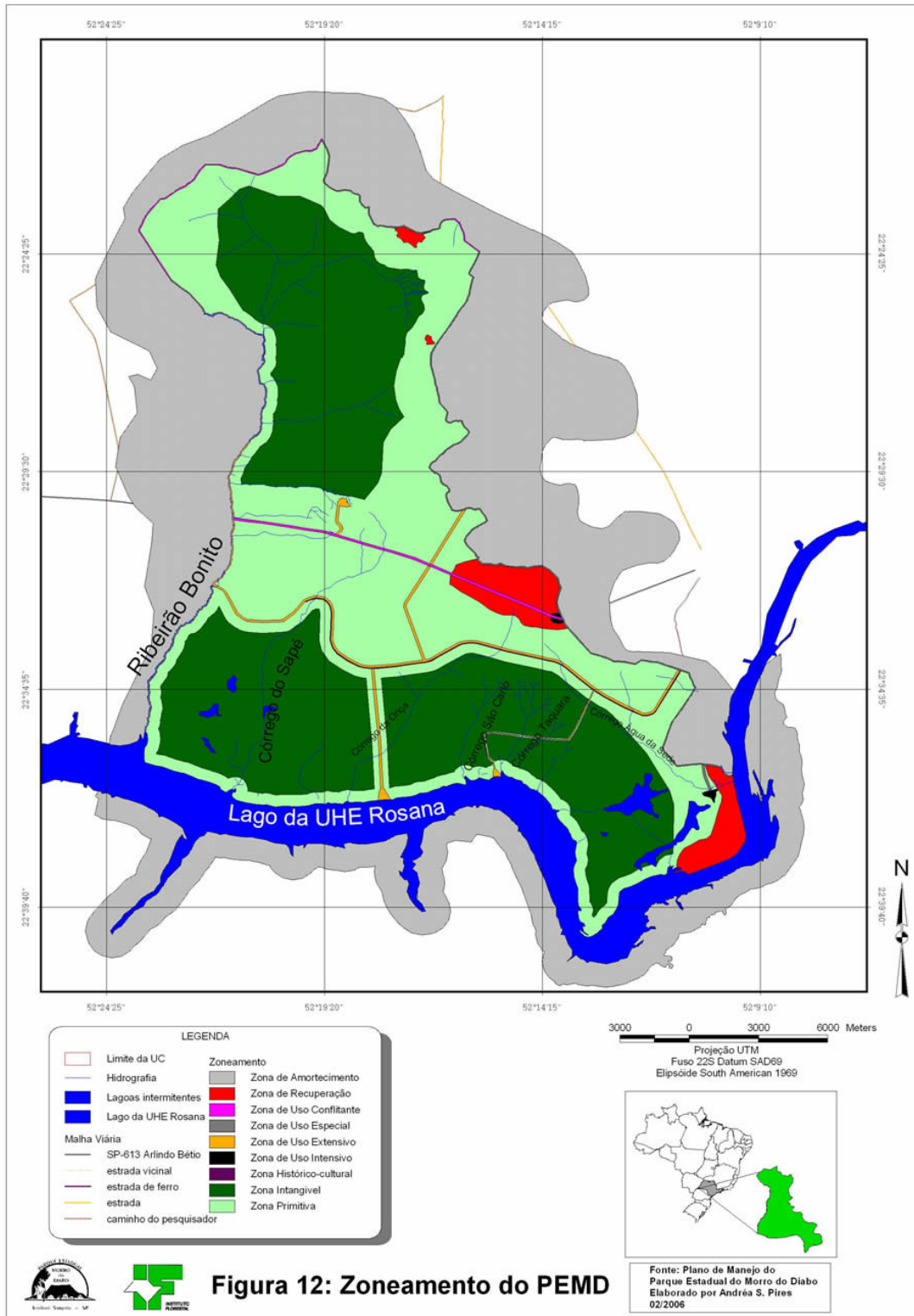
Por tratar-se de uma Unidade de Conservação da Natureza, o Parque Estadual Morro do Diabo necessita um zoneamento que indique as áreas em que poderão ser desenvolvidas ou não, sejam elas atividades turísticas ou de uso público, além de indicar as áreas onde o uso é restrito à administração do parque para a sua manutenção e pesquisa.

Para tanto, estudos foram realizados pelo Instituto Florestal e seus parceiros com este objetivo, apontando assim as áreas destinadas para diversos fins para que constem em seu plano de Manejo, fonte das informações que se seguem. Deste modo, o Plano de Manejo do PEMD, respeitando a legislação vigente, os objetivos do Parque, aspectos técnicos e a possibilidade de participação de diversos representantes do PEMD e da comunidade local estabelece, através do seu zoneamento, a distribuição das áreas e suas respectivas possibilidades de uso.

Uma primeira proposta foi delineada pela equipe técnica do parque, com base nos estudos e levantamentos da vegetação que indicam o grau de conservação e a qualidade de *habitat*. Em seguida, incorporou-se a percepção dos funcionários da área, as recomendações específicas emitidas pelos especialistas e os resultados da oficina de planejamento efetuada com a comunidade. Assim, foram definidas no Plano de Manejo do PEMD nove zonas, a saber: Zona Intangível, Zona Primitiva, Zona de Uso Extensivo, Zona de Uso Intensivo, Zona Histórico-Cultural, Zona de Recuperação, Zona de Uso Especial, Zona de Uso Conflitante e Zona de Amortecimento.

O zoneamento do Parque Estadual Morro do Diabo pode ser visto na figura a seguir, permitindo uma visão sobre a distribuição de toda a área, assim como a identificação de suas possibilidades de uso.

Figura 12: Zoneamento do PEMD.



Fonte: Plano de Manejo do PEMD, 2005.

As áreas de cada zona estão especificadas e descritas conforme suas especificidades. Convém salientar que a somatória dessas áreas ultrapassa a área oficial do Parque (33.845,33 ha.) porque no zoneamento ficou incluída a área que foi desapropriada pela CESP e, entretanto, não inundada pelo lago de Rosana (1000 ha.), bem como as áreas da Rodovia e da ferrovia. Além disso, o uso de novas tecnologias e a elaboração de mapas temáticos baseados em imagens e mapas em escalas diferentes contribuíram para a expressiva diferença de área do Parque medida no Plano de Manejo anterior e sua versão atualizada. Apresenta-se a seguir quadro com a metragem aproximada das áreas determinadas pelo zoneamento do Parque, incluindo a área de amortecimento.

Quadro 7: Áreas identificadas no zoneamento do PEMD.

ZONA	Área	% da área total
Amortecimento	33.147,96	47,55
Recuperação	1.431,34	2,05
Uso Conflitante	209,20	0,30
Uso Especial	328,24	0,47
Uso Extensivo	444,63	0,64
Uso Intensivo	27,90	0,04
Histórico-cultural	75,15	0,11
Intangível	18.042,25	25,88
Primitiva	16.008,20	22,96
Total	69.714,87	100

Fonte: Plano de Manejo, 2005.

O Plano de Manejo assim descreve estas áreas:

◆ **Zona Intangível**

Esta zona se insere, em grande parte, na porção do Parque onde existe vegetação mais exuberante, denominada “Floresta Madura Alta com Árvores Emergentes”, ou seja, ao sul do antigo leito da ferrovia e na parte norte do Parque. Nesta área não é permitido o uso público.

◆ **Zona Primitiva**

Esta zona envolve a zona intangível exercendo a função de proteção. Nesta área o uso público é muito restrito.

◆ **Zona de Uso Extensivo**

A área abarca as trilhas interpretativas existentes, além do Lago da UHE de Rosana, e dos espaços naturais especiais abertos à visitação como o platô do Morro e as estradas 7000, Barrettom e a estrada de acesso à sede do Parque. O uso público nesta área é, devido à sua característica, de mínimo impacto.

◆ **Zona de Uso Intensivo**

Esta zona está inserida na sede do PEMD e abrange o estacionamento para o público visitante, o Centro de Visitantes, o campo de futebol, o viveiro florestal e os espaços que os rodeiam. É a área do Parque onde existe o maior uso, visto que é o que concentra a maior parte da infra-estrutura do mesmo.

◆ **Zona de Uso Especial**

Fazem parte também dessa zona os aceiros que envolvem todo o perímetro seco do Parque, as estradas e “picadões” internos. O objetivo geral de manejo é minimizar o impacto da infra-estrutura e das obras no ambiente natural e cultural. É permitido o uso público.

◆ **Zona Histórico-Cultural**

É aquela onde se encontra uma amostra da história recente ocorrida no Parque e no Pontal do Paranapanema, representada pelo leito da estrada de ferro do antigo “Ramal de Dourados” inserido na área do PEMD numa extensão de 23 km. O objetivo geral do manejo é o de resguardar este último vestígio físico da desenfreada colonização ocorrida na região, onde também é possível o uso público.

◆ **Zona de Recuperação**

É aquela que contém áreas muito modificadas pela ação humana e se concentram, principalmente, no sítio denominado “Sapezal” às margens da SP-613. Uma vez restaurada, mediante os processos naturais de regeneração ou por meio de intervenções apropriadas, muito pontuais, os sítios serão incorporados a uma das Zonas Permanentes. O

objetivo geral de manejo é deter os fenômenos que contrariam a melhoria da qualidade do *habitat*, sendo, portanto, inadequado para uso público.

◆ **Zona de Uso Conflitante**

Como abarca os sítios cujos usos conflitam com os objetivos de conservação do PEMD, esta zona abrange toda a extensão da SP-613 que praticamente divide o Parque em duas partes, ocasionando sérios transtornos ao manejo da Unidade. Essa zona abarca também duas estradas vicinais asfaltadas que o tangenciam na face norte (SPV-23) e nordeste (SPV-31). O objetivo de manejo é estabelecer as estratégias que minimizem os impactos sobre os recursos naturais. Seu uso público, apesar de ser uma realidade difícil de se reverter, causa constantes e inevitáveis conflitos de uso.

◆ **Zona de Amortecimento**

Para o delineamento da zona de amortecimento, partiu-se do limite de 10 km. conforme a Resolução CONAMA 13/90, verificando-se neste território quais elementos contidos na paisagem deveriam ser considerados na medida que apresentem um viés de impacto, positivo ou negativo, em relação à conservação do Parque. O uso público nesta área também é permitido.

Dentro do perímetro considerado, há uma diversidade de agentes que potencialmente poderiam causar danos ao Parque, como a própria cidade de Teodoro Sampaio e a planta física da Destilaria Alcídia de açúcar e álcool, ambas nos limites de 10 Km., mas distantes o suficiente para não causarem risco observável. Entretanto, o aumento da densidade demográfica ao redor do Parque, em razão dos assentamentos da reforma agrária, elevou o risco de caça e incêndios e, caso o uso dos recursos naturais não for conduzido de forma adequada, haverá o comprometimento de águas e solos em seus limites.

Muito embora estejam sendo planejados e articulados corredores ecológicos para a ligação do Parque aos fragmentos florestais remanescentes e outros modelos conservacionistas, além de existir a Estação Ecológica do Mico-Leão-Preto (federal) no entorno, estes não compõem a presente zona, pois os trabalhos somente estão se iniciando e permanecem dúvidas sobre os lugares físicos a serem ocupados por estas estratégias. Na medida em que as

propostas se consolidem, os sítios de interesse deverão ser incorporados à zona de amortecimento do PEMD por ocasião da revisão deste plano.

O Plano de Manejo do PEMD, em consonância com os Programas de Certificação pesquisados, apresenta-se como base para o desenvolvimento da Planilha para a Certificação do Parque, pois é ele que indicará as áreas onde serão permitidos o uso público e a construção de instalações prediais, além, é claro, dos programas a serem desenvolvidos.

5.4. Normas gerais para gestão do PEMD

Abaixo transcreve-se as normas gerais para a gestão e manejo do PEMD, considerando as zonas estabelecidas no Plano de Manejo do Parque (IF, 2003):

- a) São proibidos o ingresso e a permanência, na Unidade, de pessoas portando armas, materiais ou instrumentos destinados ao corte, caça, pesca ou a quaisquer outras atividades prejudiciais à fauna e à flora,
- b) A infra-estrutura a ser instalada na Unidade limitar-se-á àquela necessária para o seu manejo,
- c) É vedada a construção de quaisquer obras de engenharia que não sejam de interesse da Unidade, tais como rodovias, barragens, aquedutos, oleodutos, linhas de transmissão, entre outras,
- d) A fiscalização da Unidade deverá ser permanente e sistemática,
- e) O uso do fogo será regulamentado pelas recomendações do manejo, sendo estritamente proibido quando possa colocar em risco a integridade dos recursos da Unidade,
- f) As pesquisas a serem realizadas deverão ser autorizadas pela Comissão Técnica Científica do Instituto Florestal (COTEC), sempre em consonância com as determinações da legislação vigente,

- g) São proibidas a caça, a pesca, a coleta e a apanha de espécimes da fauna e da flora, em todas as zonas de manejo internas ao PEMD, ressalvadas aquelas com finalidades científicas,
- h) Na Zona de Amortecimento sobreposta ao rio Paranapanema, as únicas modalidades de pesca permitida serão as amadoras, turísticas e sustentáveis, para as quais dever-se-á coordenar com o IBAMA e Polícia Ambiental a normatização e fiscalização conjunta,
- i) A introdução ou a re-introdução de espécies, da flora ou da fauna, somente será permitida quando fizer parte de um projeto de pesquisa e com a devida autorização da COTEC,
- j) Pesquisas que considerem a manipulação de animais silvestres, como captura, soltura, medições e monitoramento, deverão ser acompanhadas criteriosamente pela administração do Parque, tendo em vista a legislação em vigor,
- k) Não será permitida a criação de animais domésticos, exceto aqueles que permitam a humanização de espaços na zona de uso especial,
- l) Hortas pequenas, individuais ou coletivas, poderão ser implantadas nos quintais das residências dos funcionários ou em local definido pela administração local, nos limites da zona de uso especial,
- m) O monitoramento dos processos naturais e antrópicos deve fazer parte da rotina de trabalho do Parque,
- n) As árvores mortas e caídas encontradas ao longo das vias de acesso do parque, excetuando a Zona Intangível, poderão ser aproveitadas em serviços internos da unidade,
- o) A coleta de sementes, para fins científicos ou para as iniciativas relacionadas aos Programas de Pesquisa e de Desenvolvimento do Instituto Florestal e do PEMD, poderá se realizar, excluindo-se a Zona Intangível e priorizando-se a Zona de Uso Especial,

p) A gestão da unidade deverá se pautar pela conduta ética, pela transparência administrativa e na participação cidadã, enfim um conjunto de princípios que, sobretudo, valorize e dignifique o ser humano,

q) Casos não citados pelas normas deste plano de manejo serão solucionados pela direção da área ou pelo Conselho Técnico do Instituto Florestal, quando for o caso.

Estas normas são de extrema importância não apenas para os funcionários do Parque, mas também para os turistas e demais usuários do mesmo, servindo como diretrizes a serem adotadas por todos os atores em seu uso público.

5.5. Programas de gestão do PEMD.

Aqui são apresentadas as propostas de programas de gestão que visam o desenvolvimento do PEMD de acordo com seus objetivos de manejo e com o zoneamento. Essas propostas, apresentadas no Plano de Manejo do PEMD (IF, 2003), foram extraídas dos relatórios dos pesquisadores, da oficina de planejamento e da experiência dos funcionários do Parque durante o desenvolvimento do Plano de Manejo do Parque.

- ◆ Programa de manejo do Meio Ambiente
 - Subprograma de Manejo dos Recursos
 - Subprograma de Proteção
- ◆ Programa de Conhecimento
 - Subprograma Pesquisa
 - Subprograma Monitoramento
- ◆ Programa de Uso Público
 - Subprograma Educação Ambiental
 - Subprograma Interpretação da natureza
 - Subprograma Recreação e Turismo Ecológico
 - Subprograma de Eventos
- ◆ Programa de Integração com o Entorno

- Subprograma de Alternativas de Desenvolvimento
- Subprograma de Cooperação Institucional
- ◆ Programa de Operações
 - Subprograma de Administração
 - Subprograma de Manutenção
 - Subprograma de Recursos Humanos e Capacitação
 - Subprograma Relações Públicas
 - Subprograma de Desenvolvimento e Infra-estrutura

Reproduz-se os principais componentes do Programa de Uso Público do Plano de Manejo, assim como os sub-programas que o integram: Educação Ambiental; Interpretação da Natureza; Recreação e Turismo Ecológico; Eventos. Este programa será aqui descrito, pois os itens que o compõem relacionam-se diretamente com as atividades turísticas realizadas no Parque, assim como as que poderão vir a ser desenvolvidas.

◆ Programa de Uso Público

O programa de uso público se constitui em fator de manejo adequado para as áreas naturais protegidas quando é devidamente planejado e procura focar os significados da Unidade. Esse programa deve estabelecer a integração entre a área protegida, seus gestores e as populações do entorno, buscando apoio para a proteção da Unidade.

No tocante ao programa de uso público atualmente desenvolvido no PEMD, pode-se ressaltar a necessidade premente de implementação das atividades oferecidas e de investimentos em infra-estrutura e recursos humanos.

Uma das propostas deste plano é justamente a abertura planejada e ordenada de novas áreas de visitação, quais sejam: estradas do Barrettom, Taquara e Sete Mil, estrada contígua ao leito da ferrovia e trechos do caminho que margeia o ribeirão Bonito, segundo o zoneamento e as normas de conduta aqui preconizadas.

Objetivos

- Proporcionar a integração da comunidade com o Parque e outras áreas naturais;

- Despertar a consciência crítica para a necessidade de conservação dos recursos naturais, culturais e históricos e da valorização das Unidades de Conservação;
- Estimular a participação da comunidade no manejo e proteção dessas áreas;
- Buscar o apoio e envolvimento da comunidade para a conservação e valorização do PEMD;
- Divulgar as características históricas, culturais e ecológicas existentes na Unidade;
- Realizar ações integradas de educação ambiental e buscar alternativas de desenvolvimento sócio-ambientais junto às comunidades circunvizinhas;
- Sistematizar e organizar a visita na Unidade.

Para a concretização desses objetivos, o referido Programa compreende os subprogramas de educação ambiental, interpretação da natureza, recreação e ecoturismo e eventos. As atividades propostas no programa de uso público devem ser coordenadas pela administração do PEMD, podendo haver parcerias com outras instituições com atuação regional.

○ **Subprograma Educação Ambiental**

Objetivos

- Sensibilizar a comunidade sobre a importância da biodiversidade existente na Unidade e buscar o seu envolvimento e participação em ações para a sua conservação e valorização;
- Promover atividades educativas e de desenvolvimento sócio-ambiental sustentável que contribuam para a melhoria na qualidade de vida das comunidades e apoio nas ações de proteção e conservação do PEMD;
- Estimular a mudança de comportamento por parte das comunidades circunvizinhas através do aumento das ações ambientais positivas em prol da Unidade e do meio ambiente.

Resultados Esperados

- ✓ Comunidade informada e sensibilizada sobre a importância da conservação do PEMD para a sua qualidade de vida;

- ✓ Desenvolvimento de projetos, atividades e de campanhas, pelas escolas do município, envolvendo a conservação e proteção ambiental do PEMD;
- ✓ Materiais informativos sobre o PEMD produzidos e distribuídos à comunidade;
- ✓ Comunidade informada sobre a biodiversidade existente no PEMD e as ações humanas que geram benefícios à proteção ou que implicam em ameaças à conservação do PEMD;
- ✓ Comunidade mobilizada em prol da diminuição de ameaças, como a caça, incêndios, invasão de animais domésticos e outros.

- **Subprograma Interpretação da natureza**

Objetivos

- Propiciar o contato com a natureza e fornecer informações sobre o PEMD aos visitantes;
- Interpretar os aspectos naturais e ecológicos da Unidade;
- Promover aumento de conhecimentos;
- Sensibilizar os visitantes para a importância de se conservar o Parque e o ambiente natural.

Resultados Esperados

- ✓ Melhoria e atualização das informações desenvolvidas e utilizadas nas práticas interpretativas;
- ✓ Revisão das informações constantes nas placas e painéis interpretativos, como, por exemplo, os nomes comuns e científicos das árvores;
- ✓ Implantação de mais duas trilhas interpretativas, ambas com percursos mais extensos que os atuais;
- ✓ Confecção de novos painéis interpretativos e educativos, tendo por base as informações contidas neste plano de manejo e os resultados dos diversos projetos de pesquisa em desenvolvimento;
- ✓ Melhorar o sistema de sinalização externo e interno do PEMD;
- ✓ Produzir materiais informativos sobre o PEMD para distribuição aos visitantes.

○ **Subprograma Recreação e Turismo Ecológico**

Objetivos

- Proporcionar atividades recreativas compatíveis com os objetivos de conservação;
- Divulgar conceitos éticos e de conservação da natureza junto aos diversos visitantes buscando apoio na proteção do Parque.

Resultados Esperados

- ✓ Visitantes esclarecidos sobre a importância da conservação do Parque;
- ✓ Monitores credenciados no Parque visando a organização e acompanhamento das atividades oferecidas;
- ✓ Integração e parcerias com as organizações que atuam na área de conservação e desenvolvimento sócio-ambiental;
- ✓ Funcionamento da agenda de visitas;
- ✓ Código de ética e roteiro de visitação elaborados e avaliados.

○ **Subprograma de Eventos**

Objetivos

- Integrar cultura e conservação da natureza para resgatar e valorizar a cultura regional;
- Oferecer opções culturais e ecológicas à comunidade local e regional.

Resultados Esperados

- ✓ Eventos especiais realizados em datas comemorativas específicas;
- ✓ Oferecimento de atividades culturais diversas: música, teatro, dança, artesanato, fotografia e outras;
- ✓ Programa ecológico de rádio (*spots* temáticos) sistematizado e implantado;
- ✓ Calendário ecológico distribuído à comunidade;

✓ Cultura e conservação da natureza integradas na proteção da Unidade.

No que se refere aos programas previstos no Plano de Manejo, em especial ao Programa de Uso Público, que prevê a inclusão do Parque na oferta turística regional, este reitera a necessidade de adoção de um programa com fins eminentemente turísticos, especialmente aqueles que prevêm o seu desenvolvimento com responsabilidade, alvo desta pesquisa.

Muitas das ações previstas pelo Programa de Uso Público do Parque têm sido acompanhadas pelo pesquisador, quer durante as pesquisas de campo, quer pela participação nas mesmas. A promoção destes eventos comprova que a intenção da atual administração do parque é não apenas interagir com a comunidade local, mas estabelecer parcerias para o melhor desenvolvimento do Parque e de toda a comunidade da região.

6. PLANILHA DE APLICAÇÃO CTRUCs

Neste capítulo é apresentado o processo de construção de um Planilha de Aplicação para a certificação do turismo responsável em Unidades de Conservação, o CTRUCs, assim como sua aplicação experimental no Parque Estadual Morro do Diabo – PEMD.

6.1. Considerações iniciais

A Planilha de Aplicação para Certificação Turística Responsável de Unidades de Conservação – CTRUCs – foi criado a partir dos quatro programas de certificação pesquisados, além das observações em campo e literatura específica existente.

A Planilha servirá como um instrumento de avaliação e monitoramento da gestão de Unidades de Conservação que desenvolvam ou que pretendam desenvolver atividades turísticas em seu interior e também nas áreas de entorno, ampliando, assim, o seu uso público e incentivando a sua valorização e também a participação das comunidades locais.

A aplicação da Planilha CTRUCs, entretanto, não deve ficar restrita àquelas Unidades de Conservação que não possuem estrutura física, de pessoal e financeira adequadas para aplicar o processo de certificação, mas sim a todas as UCs brasileiras que desenvolvam atividades turísticas e que tenham elaborado seu Plano de Manejo, pois permitirá à sua administração identificar potencialidades e limitações advindas do uso público, permitindo, assim, melhorar o processo de tomada de decisões referentes ao turismo no local.

6.2. Critérios adotados para a avaliação.

Para identificar o grau de responsabilidade turística no desenvolvimento do PEMD e, posteriormente, de outras UCs brasileiras, estabeleceu-se uma série de indicadores, divididos em dimensões. Pesquisas efetuadas por Faria (2004) atestam que indicadores são fenômenos observáveis e mensuráveis que podem ser quantitativos, qualitativos ou ambos, utilizados para o controle da qualidade de produtos ou serviços. Devem observar critérios pré-selecionados, como, por exemplo, abrangência, acessibilidade, credibilidade, entre outros, onde

sua simplicidade facilitará a sua aplicação e conseqüente mensuração nos diferentes objetos de estudo.

Para realizar a avaliação dos indicadores adotam-se parâmetros, tanto quantitativos quanto qualitativos, que incidam sobre o caráter dos indicadores, buscando minimizar o máximo possível a subjetividade inerente dos processos avaliatórios, na medida em que as personalidades, percepções, experiências, valores e crenças das pessoas são diferentes, influenciando no resultado final, mesmo buscando-se parâmetros e indicadores objetivos, observáveis e, acima de tudo, aplicáveis (Lucena, 1992). Os parâmetros selecionados para cada indicador estão descritos mais adiante na planilha de aplicação.

Adotam-se, ainda, duas escalas de valoração: uma para valorar os indicadores, que proporciona uma visão pontual da situação encontrada na área e, outra para a qualificação do Turismo Responsável, identificando o nível de qualificação atingido tanto em cada uma das dimensões da planilha, quanto à classificação geral.

A. Avaliação dos indicadores: classificação individual de cada um dos indicadores que compõem a Planilha. Pontua-se o mesmo de acordo com sua condição no momento da aplicação, respeitando-se os parâmetros indicados, utilizando-se a escala abaixo representada.

Quadro 7: Pontuação para classificação dos indicadores.

PONTOS	CLASSIFICAÇÃO	PARÂMETROS PARA CLASSIFICAÇÃO DOS INDICADORES
4	ÓTIMO	Possui todos os requisitos necessários para o uso público, sem risco de comprometimento da UC.
3	BOM	Existência de requisitos básicos, desenvolvimento de atividades de uso público, com baixo risco de comprometimento da UC.
2	REGULAR	Apresenta requisitos básicos deficientes, necessitando cuidados com seu uso público
1	RUIM	Requisitos mínimos para o desenvolvimento de atividades de uso público, ameaçando a conservação da UC
0	INEXISTENTE	A UC não apresenta requisitos mínimos exigidos para o desenvolvimento de uso público, ameaçando o ecossistema.
-	NÃO SE APLICA	Indicador não pode ser aplicado à UC devido às suas características naturais, de uso ou de classificação no SNUC.

Adaptado de Faria (2004)

Para auxiliar a avaliação de desempenho dos indicadores, descreve-se também os parâmetros que identificam os requisitos básicos necessários para cada uma das classificações, objetivando facilitar e uniformizar o máximo possível aos pesquisadores responsáveis pela sua aplicação em campo na tarefa de classificação destes indicadores.

Nos casos em que o item corresponder à classificação NÃO SE APLICA, deve-se excluí-lo do somatório, diminuindo o número de itens da dimensão analisada, assim como de seu cômputo geral.

B. Avaliação do Nível de Cumprimento do Turismo Responsável: atribuição do nível de cumprimento de cada âmbito ou dimensão avaliada, assim como do percentual geral de pontuação atingida pela UC. A avaliação indicará o nível de cumprimento através da aplicação da Planilha CTRUCs relacionando-se o percentual obtido ao respectivo nível, conforme indicado no quadro abaixo. Assim, os níveis de cumprimento obedecerão aos seguintes intervalos, de forma crescente:

Quadro 8: Níveis de cumprimento

NÍVEL	% DE CUMPRIMENTO
1	0 A 30%
2	31 A 55%
3	56 A 75%
4	76 A 90%
5	91 A 100%

A indicação do nível de cumprimento compreende uma escala com cinco diferentes possibilidades de respostas. Tal escolha baseou-se em estudos de Pereira (1999), pesquisador em análise de dados qualitativos, que, em seus estudos, esclarece que:

A representação numérica deve sugerir o que sejam as manifestações esperadas desse objeto, segundo o universo de conhecimento disponível sobre ele. Em 1932, Likert propôs uma escala de cinco pontos com um ponto médio para registro da manifestação de situação intermediária, de indiferença ou de nulidade, do tipo “ótimo”, “bom”, “regular”, “ruim”, “inexistente”. Essa escala tornou-se um paradigma da mensuração qualitativa e desde então tem sido largamente aplicada, quer na forma original quer em adaptações para diferentes objetos de estudo (p. 65-65).

Baseado nestes dados, optou-se pela adoção desta escala, já que a mesma permite uma análise confiável dos resultados obtidos pelo roteiro utilizado na pesquisa.

Quanto ao nível de qualificação, o mesmo baseou-se no modelo de níveis adotado pelo Programa CST, que compreende 5 níveis, apesar de adotar-se aqui intervalos de classificação diferentes. Assim, os níveis adotados apresentam intervalos decrescentes, partindo de 30 pontos no nível um, 25 pontos no nível dois, 20 no nível três, 15 no nível quatro e, finalmente, 10 no nível cinco. Estes intervalos foram estabelecidos de forma a valorizar a evolução do nível de responsabilidade da Unidade, sendo que quanto mais desenvolvida a UC, menor será o intervalo estabelecido para a pontuação do nível.

6.3. Estrutura da planilha de aplicação CTRUCs

A Planilha é composta pelas questões a serem auditadas “*In Loco*” por especialistas em Turismo no ingresso ao Programa de Certificação Responsável do Turismo e/ou gestão da Unidade de Conservação com vistas ao desenvolvimento de atividades turísticas responsáveis e, periodicamente, como instrumento de monitoramento das atividades desenvolvidas.

As questões encontram-se agrupadas em cinco diferentes dimensões para que se possa identificar mais facilmente os impactos negativos causados à Unidade de Conservação pelo uso público da área.

Segue a apresentação da Planilha, em sua forma integral, conforme proposto nesta Tese e aplicada de forma experimental no Parque Estadual Morro do Diabo – PEMD, SP.

**PLANILHA DE APLICAÇÃO
PARA CERTIFICAÇÃO DE
ATIVIDADES TURÍSTICAS
RESPONSÁVEIS EM
UNIDADES DE
CONSERVAÇÃO**

- *CTRUCs* -.

AUDITORIA “IN LOCO”.

A) DIMENSÃO INSTITUCIONAL

1. Estabelecimento e divulgação da missão e política de sustentabilidade da Unidade.

Parâmetro: % de pessoal e turistas conhecedores destes itens

ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	INEXISTENTE	NÃO SE APLICA
	x				

2. Organização de passeios na UC e entorno promovendo a interação entre turistas, comunidade e natureza.

Parâmetro: número de passeios e áreas abrangidas

ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	INEXISTENTE	NÃO SE APLICA
		x			

3. Informações aos visitantes sobre as ações que a Unidade e parceiros desenvolvem na região.

Parâmetro: número de veículos de comunicação utilizados

ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	INEXISTENTE	NÃO SE APLICA
		x			

4. Programa de incentivo para a visita a diferentes áreas naturais ou outros atrativos da região.

Parâmetro: número de áreas e atrativos indicadas à visitação

ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	INEXISTENTE	NÃO SE APLICA
			x		

5. Cronograma de reuniões periódicas entre administração, funcionários e parceiros da Unidade.

Parâmetro: número de reuniões anuais e participação dos atores envolvidos

ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	INEXISTENTE	NÃO SE APLICA
	x				

6. Monitoramento, avaliação e ajuste das ações de uso turístico da área.

Parâmetro: % de ações pesquisadas

ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	INEXISTENTE	NÃO SE APLICA
		x			

7. Desenvolvimento de programas de motivação para ajudar na limpeza, manutenção e conservação das áreas visitadas.

Parâmetro: número de programas implementados

ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	INEXISTENTE	NÃO SE APLICA
		x			

8. Formulário para visitantes fazerem comentários sobre os programas de uso público adotados.

Parâmetro: % de turistas pesquisados

ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	INEXISTENTE	NÃO SE APLICA
		x			

9. Análise das opiniões dos clientes sobre a postura de responsabilidade dos mesmos para com a UC.

Parâmetro: % de turistas pesquisados

ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	INEXISTENTE	NÃO SE APLICA
			x		

10. Existência de atividades e ações conjuntas entre a UC e a comunidade local.

Parâmetro: número de parcerias

ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	INEXISTENTE	NÃO SE APLICA
x					

11. Promoção e participação em eventos científicos relativos ao uso turístico da UC.

Parâmetro: número de participação em eventos

ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	INEXISTENTE	NÃO SE APLICA
	x				

12. Estímulo à comunidade local para participar da conservação do ambiente natural e cultural local.

Parâmetro: % da comunidade atingida

ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	INEXISTENTE	NÃO SE APLICA
	x				

13. Avaliação e controle dos resultados dos programas de capacitação de funcionários e comunidade.

Parâmetro: % de programas avaliados

ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	INEXISTENTE	NÃO SE APLICA
		X			

14. Nível de satisfação dos funcionários da Unidade.

Parâmetro: % dos funcionários satisfeitos com o tratamento e escalas salariais

ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	INEXISTENTE	NÃO SE APLICA
	x				

B) DIMENSÃO AMBIENTAL

1. Vegetação da UC predominantemente composta por espécies nativas da região.

Parâmetro: % da área de jardim com vegetação nativa

ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	INEXISTENTE	NÃO SE APLICA
	x				

2. Participação em programas de melhoria ambiental nas áreas de entorno ou em outras regiões.

Parâmetro: número de participações

ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	INEXISTENTE	NÃO SE APLICA
	x				

3. Participação de organizações regionais ou locais que trabalham com a problemática ambiental.

Parâmetro: efetividade das participações

ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	INEXISTENTE	NÃO SE APLICA
	x				

4. Programas de educação para a não extração de plantas ou animais silvestres.

Parâmetro: número e abrangência de programas criados

ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	INEXISTENTE	NÃO SE APLICA
	x				

5. Monitoramento contínuo do consumo de água e energia por meio de medidores.

Parâmetro: % de consumo monitorado

ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	INEXISTENTE	NÃO SE APLICA
				x	

6. Desenvolvimento de campanhas para a economia de água e energia, dirigida a turistas e funcionários.

Parâmetro: número e abrangência de campanhas

ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	INEXISTENTE	NÃO SE APLICA
			x		

7. Incentivo ao desenvolvimento de tecnologias limpas para equipamentos destinados ao uso público.

Parâmetro: tecnologias desenvolvidas ou pesquisadas

ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	INEXISTENTE	NÃO SE APLICA
				x	

8. Existência de programas de educação ambiental para visitantes, funcionários e comunidade local.

Parâmetro: programas desenvolvidos

ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	INEXISTENTE	NÃO SE APLICA
		x			

9. Programa de compostagem ou aplicação apropriada dos resíduos orgânicos produzidos na Unidade.

Parâmetro: % de produtos descartados e compostados

ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	INEXISTENTE	NÃO SE APLICA
				x	

10. Práticas e intensidades de uso turístico que não prejudiquem a viabilidade ecológica da Unidade.

Parâmetro: % de programas de uso responsáveis

ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	INEXISTENTE	NÃO SE APLICA
	x				

11. Política de compras e utilização de produtos, no qual se observam critérios sociais e ambientais.

Parâmetro: % de produtos adquiridos com esta política

ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	INEXISTENTE	NÃO SE APLICA
				x	

12. Utilização de papel reciclado nos materiais impressos, incluindo os de promoção e informação.

Parâmetro: % do material promocional

ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	INEXISTENTE	NÃO SE APLICA
			x		

13. Utilização de produtos locais, frescos e orgânicos para preparar e servir alimentos.

Parâmetro: % de produtos adquiridos

ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	INEXISTENTE	NÃO SE APLICA
					X

14. Utilização de produtos de limpeza biodegradáveis, sem componentes corrosivos ou tóxicos.

Parâmetro: % de produtos adquiridos

ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	INEXISTENTE	NÃO SE APLICA
	x				

C) DIMENSÃO DE INFRA-ESTRUTURA

1. Aplicação de metodologias para avaliar impactos ambientais do uso público à UC.

Parâmetro: intensidade de aplicação de metodologias

ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	INEXISTENTE	NÃO SE APLICA
		x			

2. Sistema de controle de espécies exóticas para não permitir sua propagação para outras áreas da UC.

Parâmetro: % da área controlada

ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	INEXISTENTE	NÃO SE APLICA
	x				

3. Existência de um programa de capacitação de funcionários, de acordo com suas funções.

Parâmetro: % de funcionários qualificados e participantes de cursos

ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	INEXISTENTE	NÃO SE APLICA
	X				

4. Sistema de coleta, armazenamento e disposição final dos resíduos.

Parâmetro: % de manejo dos resíduos

ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	INEXISTENTE	NÃO SE APLICA
		x			

5. Condições de segurança dos equipamentos utilizados por usuários e turistas.

Parâmetro: % dos equipamentos com manutenção preventiva

ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	INEXISTENTE	NÃO SE APLICA
	X				

6. Adequação das trilhas interpretativas para o uso público.

Parâmetro: % das trilhas adequadas

ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	INEXISTENTE	NÃO SE APLICA
	x				

7. Condições de aeração e iluminação natural das estruturas físicas existentes na UC.

Parâmetro: % das estruturas físicas adequadas

ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	INEXISTENTE	NÃO SE APLICA
	x				

8. Controle periódico, em forma de registro, sobre a composição e qualidade de suas águas residuais.

Parâmetro: existência dos controles

ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	INEXISTENTE	NÃO SE APLICA
				x	

9. Existência e adequação de estacionamento para visitantes.

Parâmetro: relação número de vagas X capacidade de atendimento de turistas

ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	INEXISTENTE	NÃO SE APLICA
	x				

10. Existência e condições da sinalização interna.

Parâmetro: % de estruturas e trilhas sinalizadas

ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	INEXISTENTE	NÃO SE APLICA
		x			

11. Pessoal especializado para guiar e oferecer informação detalhada aos visitantes.

Parâmetro: % de pessoas especializado

ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	INEXISTENTE	NÃO SE APLICA
	x				

12. Condições de salubridade das instalações de uso turístico e administrativo.

Parâmetro: % das áreas salubres

ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	INEXISTENTE	NÃO SE APLICA
	x				

13. Regulamentos, normas e procedimentos de uso dos recursos naturais.

Parâmetro: % de distribuição das informações

ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	INEXISTENTE	NÃO SE APLICA
	x				

14. Elaboração e divulgação de procedimentos e normas de conduta aos visitantes da UC.

Parâmetro: % de turistas atendidos

ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	INEXISTENTE	NÃO SE APLICA
		x			

D) DIMENSÃO SOCIAL

1. Participação e integração da comunidade em programas sociais na Unidade e nas áreas de entorno.

Parâmetro: organizações de representação local/regional atuando com a UC

ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	INEXISTENTE	NÃO SE APLICA
x					

2. Emprego de pessoas da comunidade para cobrir as necessidades de pessoal da UC.

Parâmetro: % de pessoal local contratado

ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	INEXISTENTE	NÃO SE APLICA
x					

3. Apoio à formação de recursos humanos para atividades complementares do turismo na região.

Parâmetro: número de cursos de formação de mão de obra

ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	INEXISTENTE	NÃO SE APLICA
	x				

4. Incentivo à venda de artesanato e produtos regionais, fabricados por pessoas ou empresas locais.

Parâmetro: número de empreendedores parceiros

ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	INEXISTENTE	NÃO SE APLICA
			x		

5. Informação no material promocional da UC sobre as atividades socioculturais desenvolvidas por organizações comunitárias ou empresas locais.

Parâmetro: número de eventos informados

ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	INEXISTENTE	NÃO SE APLICA
			x		

6. Participação da UC na região para o desenvolvimento de atividades esportivas, artísticas e culturais.

Parâmetro: número de participação ou organização em eventos locais

ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	INEXISTENTE	NÃO SE APLICA
x					

7. Promoção e integração da Unidade aos elementos culturais da região.

Parâmetro: participação da UC em eventos culturais

ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	INEXISTENTE	NÃO SE APLICA
x					

8. Destinação de espaços na UC para organizações comunitárias desenvolverem projetos e iniciativas de interesse local e turístico.

Parâmetro: número de disponibilizações de espaços à comunidade

ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	INEXISTENTE	NÃO SE APLICA
x					

9. Controle e inibição de atividades de comércio sexual, tráfico de drogas ou outros problemas sociais.

Parâmetro: número de advertências/boletins de ocorrências

ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	INEXISTENTE	NÃO SE APLICA
	x				

10. Parcerias com instituições de ensino e empresas para implantar programas de uso público na UC.

Parâmetro: número de parcerias firmadas

ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	INEXISTENTE	NÃO SE APLICA
	x				

11. Disponibilização de influências e conhecimentos em apoio a solução dos problemas de infra-estrutura das comunidades.

Parâmetro: número de intervenções

ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	INEXISTENTE	NÃO SE APLICA
	X				

12. Envolvimento com associações ou comitês que trabalhem em prol de melhorias locais.

Parâmetro: número de parcerias locais

ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	INEXISTENTE	NÃO SE APLICA
	X				

13. Incentivo à integração da sociedade civil no manejo e gestão da área.

Parâmetro: número de convites/convocações para reuniões e eventos internos

ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	INEXISTENTE	NÃO SE APLICA
x					

14. Adoção de estratégias de integração efetivas entre a população e a área protegida.

Parâmetro: número de eventos de integração

ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	INEXISTENTE	NÃO SE APLICA
x					

E) CONDIÇÕES GERAIS DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO PARA USO TURÍSTICO

1. Programas de preservação de espécies endêmicas ou outras de interesse especial na área protegida.

Parâmetro: **ecossistemas regionais ameaçados X número de programas existentes X área da UC**

ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	INEXISTENTE	NÃO SE APLICA
		x			

2. Presença dos ecossistemas relevantes da região na área protegida.

Parâmetro: **% do ecossistema na área da UC**

ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	INEXISTENTE	NÃO SE APLICA
x					

3. Identificação das principais espécies da flora em trilhas ou áreas de trânsito.

Parâmetro: **% de espécies identificadas nas trilhas**

ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	INEXISTENTE	NÃO SE APLICA
		x			

4. Utilização de meios naturais para a manutenção das áreas verdes da Unidade, evitando o uso de adubos químicos, pesticidas e herbicidas.

Parâmetro: **% da área da UC mantida com tecnologias limpas**

ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	INEXISTENTE	NÃO SE APLICA
		x			

5. Afastamento/isolamento de fontes geradoras de ruído de locais onde possam causar alterações ao meio.

Parâmetro: **fontes geradoras de ruídos**

ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	INEXISTENTE	NÃO SE APLICA
x					

6. Identificação e respeito ao zoneamento da UC pelos turistas.

Parâmetro: **% da área identificada e monitorada**

ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	INEXISTENTE	NÃO SE APLICA
		x			

7. Compatibilidade do uso público com os objetivos de manejo estabelecidos para a área protegida e suas características intrínsecas.

Parâmetro: **% da área usada compatível com o zoneamento**

ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	INEXISTENTE	NÃO SE APLICA
x					

8. Existência de material informativo específico para as áreas de uso público da UC.

Parâmetro: **% da área usada coberta pelos materiais informativos**

ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	INEXISTENTE	NÃO SE APLICA
			x		

9. Existência e atualidade do plano de manejo na unidade de conservação.

Parâmetro: **data de atualização do plano de manejo**

ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	INEXISTENTE	NÃO SE APLICA
x					

10. Compatibilidade do plano de manejo com as iniciativas de desenvolvimento local ou regional.

Parâmetro: **Comparação entre expectativas de líderes local e propostas do Plano de Manejo**

ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	INEXISTENTE	NÃO SE APLICA
	x				

11. Existência e aplicabilidade de esquemas de segurança para os usuários.

Parâmetro: **número de ocorrências de acidentes com turistas**

ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	INEXISTENTE	NÃO SE APLICA
		x			

12. Serviço de recepção, registro e atendimento aos turistas.

Parâmetro: **% de turistas atendidos**

ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	INEXISTENTE	NÃO SE APLICA
		x			

13. Identificação de Guias e de funcionários da Unidade (uniformes, crachás, etc).

Parâmetro: **% de pessoal identificado**

ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	INEXISTENTE	NÃO SE APLICA
	x				

14. Promoção e integração das potencialidades das comunidades locais com as demandas turísticas da UC.

Parâmetro: **número de ações desenvolvidas**

ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	INEXISTENTE	NÃO SE APLICA
	x				

6.4. A pontuação do PEMD

A partir da aplicação da Planilha CTRUCs, apresenta-se a seguir os resultados obtidos para a Certificação Responsável do Parque Estadual Morro do Diabo. Esta simulação permitiu ao pesquisador efetuar ajustes nos itens da Planilha, como número de dimensões e indicadores e a adoção de parâmetros de avaliação com o intuito de uniformizar e melhor representar a condição geral do Parque em termos de Responsabilidade Turística.

No que se refere às cinco diferentes dimensões inclusas na Planilha, as pontuações e, conseqüentemente, os níveis atingidos em cada uma destas dimensões, levando-se em conta que a pontuação máxima para cada dimensão de é de 56 pontos e o total geral é de 280 pontos, o PEMD obteve os seguintes resultados:

Quadro 9: Pontuação do PEMD

Dimensão Institucional	
Pontuação	33
Percentual	58%
Nível de qualificação	3
Dimensão Ambiental	
Pontuação	22
Percentual	42%
Nível de qualificação	2
Dimensão Infra-estrutura	
Pontuação	35
Percentual	62%
Nível de qualificação	3
Dimensão Social	
Pontuação	45
Percentual	80%
Nível de qualificação	4
Condições gerais da Unidade de Conservação	
Pontuação	38
Percentual	67%
Nível de qualificação	3
GERAL	
Pontuação	173
Percentual	62%
Nível de qualificação	3

Analisando as dimensões isoladamente, pode-se verificar que o PEMD apresenta uma diversificação na pontuação e percentual entre os mesmos. Assim, É possível apontar para a necessidade de um maior investimento no quesito que se refere à dimensão ambiental, pois este atingiu o menor percentual entre as cinco dimensões, com apenas 42% da pontuação exigida quando aplicada a metodologia proposta, localizando-se, com isso, no nível de qualificação 2, o mais baixo entre as cinco dimensões avaliadas.

Já os itens referentes à dimensão institucional, condições gerais da UC e infraestrutura apresentaram um desempenho expressivo, situando-se no nível de qualificação três. O destaque do Parque fica por conta da Dimensão Social, atingindo uma respeitável pontuação de 45 pontos, situando-se no nível de qualificação quatro, demonstrando um estágio de desenvolvimento significativo e uma interação com a comunidade bastante efetiva e promissora.

No cômputo geral, o Parque atingiu uma significativa marca de 62%, inserindo-se no nível de qualificação três, atingindo 173 pontos dos 276 possíveis, já que um item da Dimensão Ambiental não se aplica ao parque, sendo assim descartada de seu somatório final.

Os resultados obtidos podem ser considerados relevantes se levarmos em conta que o Parque não se encontra em processo de certificação, e que a pontuação alcançada retrata a realidade atual do mesmo, sem qualquer tipo de preparativo para isto.

Além disso, os dados permitirão ao Parque não apenas avaliar a sua atuação nos diferentes setores do mesmo, mas também para demonstrar que o Parque Estadual Morro do Diabo situa-se numa posição positiva em relação à sua postura de Responsabilidade, já que possui limitações por estar vinculado a um órgão estatal e por possuir um orçamento que não permite maiores investimentos, mesmo sendo uma das principais fontes de arrecadação de ICMS do Município, recursos estes que não são reinvestidos na área.

Ao mesmo tempo, percebe-se, através das falas dos entrevistados, que o Parque abre-se à possibilidade de parcerias e interação com a comunidade e órgão municipais, possibilitando, com isso, uma evolução contínua, abrindo as portas para a certificação do mesmo, refletindo o desempenho e classificação obtidos na Dimensão Social.

Outro ponto importante diz respeito ao atual grau de uso turístico responsável desenvolvido pelo PEMD, tendo como parâmetros a aplicação da Planilha de Aplicação para

Certificação de Atividades Turísticas Responsáveis em Unidades de Conservação, construído para este fim, e a participação e interação efetivas deste pesquisador no dia a dia do Parque.

6.5. Sugestões para o PEMD

Os programas de certificação sustentável do turismo pesquisados prevêem o estrito controle dos impactos que o turismo pode causar aos ambientes, à economia e às comunidades, nos locais onde se desenvolvem as atividades, buscando a minimização destes impactos e a melhoria da qualidade de vida das populações. Assim, muitas ações preventivas e/ou corretivas previstas nos programas de certificação podem ser aplicadas ao Parque Estadual Morro do Diabo – PEMD na busca de sua Responsabilidade Turística.

Apesar dos programas apresentados e estudados serem todos de caráter voluntário, sugere-se que, no caso específico de Certificação do Turismo Responsável em Unidades de Conservação, ou seja, áreas criadas para a proteção ambiental, o processo torne-se obrigatório, visando garantir o cumprimento dos objetivos estabelecidos na criação da mesma, assim como incentivar a implementação, o desenvolvimento das diretrizes programáticas e do plano de manejo da área. As medidas e procedimentos consideradas mais importantes são apontadas a seguir:

◆ Políticas: ao ingressar em um programa de certificação turística, o órgão ou empresa assume a responsabilidade de reorganizar o seu planejamento em busca da possível sustentabilidade de seu produto. No caso específico do PEMD, as atividades turísticas responsáveis passariam a ser, juntamente com as pesquisas realizadas no Parque, uma poderosa ferramenta para minimizar os impactos causados que atualmente ocorrem tanto no seu interior quanto na área de entorno, assim como facilitar o acesso a financiamentos e investimentos previstos e possíveis nos Programas de Certificação. Pode-se considerar que o Parque já adota esta postura, já que o turismo é encarado pela administração e funcionários do mesmo como uma forma de usufruir, de forma responsável, das belezas e infra-estrutura existentes na área, permitindo, ainda, que a população e pesquisadores interajam de forma pró-ativa com a unidade.

◆ Conservação dos ecossistemas naturais: a certificação do turismo responsável propõe o uso racional dos recursos naturais para que a atividade turística, as comunidades e o próprio meio ambiente mantenham a sua atratividade, possibilitando, ainda, a geração de emprego e renda para a população, um dos grandes problemas que afligem a região do Pontal do Paranapanema. O envolvimento do pessoal do Parque, dos parceiros e da comunidade local contribui diretamente neste importante quesito. Por isso, o uso público, ou mais precisamente, o uso turístico da área é encarado por estes atores com extrema preocupação para não afetar negativamente o desenvolvimento do Parque.

◆ Diminuição do risco de introdução e dispersão de espécies exóticas: a originalidade é um dos pontos mais importante para o desenvolvimento do turismo responsável, especialmente quando este se dá em áreas naturais. Assim, o Programa de Certificação poderá contribuir com a conscientização efetiva tanto de turistas quanto das pessoas que trabalham direta ou indiretamente com o PEMD. No caso específico do Parque, a questão já abordada do envolvimento do pessoal é um dos principais fatores para a diminuição deste risco. Entretanto, um ponto que ameaça esta situação é a rodovia que corta o Parque, com uma extensão de 14 quilômetros, ficando exposta à ações de transeuntes por não possuir fiscalização permanente.

◆ Manejo integrado de resíduos: uma das maiores preocupações de um programa de certificação que busque a sustentabilidade é coletar, acondicionar e dar uma destinação correta aos resíduos, sejam eles líquidos ou sólidos. Quando se trata de uma unidade de conservação, os critérios devem ser ainda mais rígidos, pois o Parque é uma área de proteção ambiental e, por isso, deve adotar uma gestão rigorosa deste item, assegurando-se a qualidade ambiental e, conseqüentemente, das questões relacionadas à saúde das pessoas, da fauna e da flora que convivem no PEMD. O Parque já teve sérios problemas com este quesito, já que o serviço de coleta de lixo do Município não inclui a área do PEMD devido à sua distância do aglomerado urbano. O lixo era enterrado em uma área próxima à sede, oferecendo perigo à saúde pública e aos animais que transitavam pelo local. Felizmente a realidade hoje em dia é totalmente diferente. A solução encontrada é a separação da parte do lixo reciclável para ser doado a uma instituição do município. O restante é levado até o lixão da cidade.

◆ Capacitação de pessoal: um Programa de certificação prevê o incentivo à capacitação do pessoal não apenas para que atendam aos turistas de forma hospitaleira, mas também para promover a educação ambiental, o conhecimento de boas práticas, além de ações preventivas e corretivas referentes ao ambiente em que estão inseridos. O Parque, através do IF – Instituto Florestal, órgão do Governo do Estado de São Paulo, promove cursos de capacitação e qualificação de seus funcionários com uma regularidade considerada razoável. Considera-se viável, também, a promoção destes cursos de capacitação através das parcerias firmadas com diversas entidades do Estado, sejam elas públicas ou privadas.

◆ Compromisso do turista: o fluxo de turistas ao PEMD é bastante reduzido, facilitando a interação com os mesmos. Entretanto, caso viabilize-se o aumento deste fluxo, é necessário que as pessoas responsáveis pelo seu manejo estejam qualificadas para evitar a degradação do ambiente, orientando-os sobre os procedimentos a serem adotados durante a visita ao PEMD. A parte de uso público do Parque tem recebido uma atenção especial, visto que existe uma pré-disposição da administração para ampliar as atividades turísticas de baixo impacto, assim como o número de estagiários responsáveis por este importante setor do PEMD.

◆ Planejamento e monitoramento: ao aderir a um programa de certificação do turismo responsável, conseqüentemente adota-se um programa de gestão. Um dos itens previstos neste tipo de programa é o planejamento e monitoramento do empreendimento, seja ele público ou privado. Assim, mesmo que os programas normalmente não obriguem os empreendimentos a adotarem certos tipos de procedimentos ou ferramentas de gestão, considera-se que a simples ação voluntária de ingressar neste tipo de programa sugere que exista uma pré-disposição em atuar sob a ótica da responsabilidade sócio-cultural e ambiental. O Parque tem investido na qualificação e ampliação da mão de obra, além de procurar firmar e consolidar parcerias, o que tem contribuído na execução tanto do planejamento quanto no monitoramento da área.

◆ Tratamento justo e correto aos trabalhadores: o compromisso que um programa de certificação responsável firma com as pessoas que nele trabalham é indiscutível, pois a partir do momento que se cita a sustentabilidade, assume-se um compromisso com a sociedade e, principalmente, com as pessoas que trabalham para isso. Tratar as pessoas como iguais é um dos

fundamentos da sustentabilidade, já que é preciso que as pessoas se envolvam no seu trabalho, especialmente quando se trata de ambientes frágeis, como o PEMD. Como já foi abordado anteriormente, a questão do envolvimento e parceria entre a administração, funcionários e parceiros do Parque facilita, dentro das limitações, o relacionamento entre os atores envolvidos. Percebe-se uma harmonia e sintonia bastante elogiável no Parque.

◆ Controle de uso, abastecimento e armazenamento de insumos: o uso correto de produtos passa por várias etapas: adoção de uma política de compra de produtos locais; priorizar a compra de produtos que causem menos impacto ao meio ambiente e em quantidades controladas, passando por seu correto armazenamento, sua utilização dentro das normas e quantidades estabelecidas, até a sua destinação final. Deve-se dar especial atenção aos produtos infectantes e poluidores do meio ambiente, como por exemplo combustíveis, já que a área é de preservação e a contaminação do solo, do lençol freático e dos córregos e rios que passam na região podem causar sérias conseqüências à fauna e flora do PEMD, ameaçando este importante ecossistema do Pontal do Paranapanema. A limitação dos recursos financeiros do Parque inviabiliza uma série de investimentos necessários para a melhoria do mesmo. Um exemplo é o local de abastecimento e manutenção de máquinas e veículos, que necessita de um projeto que minimize os efeitos de derramamento de óleos e combustíveis. Além disso, a maioria destes veículos são antigos e até obsoletos, exigindo um processo de manutenção constante mas que as vezes é impossível devido a falta de peças de reposição.

◆ Segurança: levando-se em conta o pequeno orçamento do Parque, a falta de equipamentos e infra-estrutura operacional, o quesito segurança passa a ter grande relevância, principalmente quando existe um fluxo de pessoas dentro de uma área frágil, com animais selvagens, com uma pressão nas áreas de entorno e o perigo de incêndios, caça ilegal, etc. Deste modo, o aporte de investimentos e financiamentos, oriundos de um programa com credibilidade, pode desempenhar um papel fundamental para a melhoria da infra-estrutura do Parque, contribuindo assim para a manutenção de sua atratividade. A parceria e interação com diversos atores da sociedade local e da região também tem contribuído para a segurança da área, pois pode-se constatar uma relação de reciprocidade e cumplicidade entre as partes. A questão de valorização, por parte do PEMD, da comunidade local é um fator fundamental na criação deste vínculo.

♦ Relações comunitárias: um dos problemas que mais afetam as unidades de conservação. O convívio harmonioso com as populações que vivem nas áreas de entorno ao Parque é fundamental para conservar seus atributos naturais e suas especificidades sendo, portanto, primordial que exista um comprometimento entre os atores envolvidos com o PEMD. Programas de certificação que promovam a responsabilidade turística incentivarão a interação entre o Parque e as comunidades do entorno, principalmente através da participação destas pessoas no planejamento e gestão do programa. Este é o ponto considerado fundamental na diferenciação do Turismo Sustentável para o Turismo Responsável aqui proposto, pois a participação efetiva da comunidade em todas as etapas do desenvolvimento turístico da UC é que poderá viabilizar o desenvolvimento da mesma, harmonizando-se e sintonizando-se com o Parque. Felizmente, observa-se que existe um canal de comunicação e interação amplo entre o Parque Estadual Morro do Diabo, a comunidade e as diversas instituições públicas e privadas do Município. Os indicativos constatados nas visitas, no contato com grupos de visitantes ao Parque, assim como nas entrevistas com diversos membros da sociedade local reforçam esta tendência. O alto grau de envolvimento e interação entre estes atores e o Parque facilitam, e muito, o alcance de um dos objetivos propostos pelo Turismo Responsável, que é a melhoria efetiva da qualidade de vida da população local.

6.6. Considerações finais sobre a aplicação da planilha CTRUCs no PEMD

O Turismo Responsável, aqui apresentado como uma alternativa para o desenvolvimento do turismo em Unidades de Conservação, destaca um elemento que muitas vezes é esquecido ou até mesmo alijado do processo de planejamento, implantação e desenvolvimento de atividades turísticas em UCs: a comunidade e sua percepção quanto ao turismo, e sua relação com a qualidade de vida dos mesmos.

Não basta fazer a chamada da população para participar das audiências públicas ou de inauguração de novas Unidades de Conservação, uma vez que a simples criação da UC já é um fato consumado sem que haja qualquer tipo de participação comunitária, o que, pode ocasionar uma situação de desconforto e, principalmente, de falta de envolvimento, já que não houve consulta prévia nem a abertura para participação no processo de sua criação.

Substituir a palavra Sustentável por Responsável não vai trazer modificações significativas neste processo. É preciso muito mais para que isto se torne uma realidade, principalmente quando se trata do uso público em Unidades de Conservação, ou seja, áreas de proteção ambiental. A Planilha de Aplicação para Certificação de Atividades Turísticas Responsáveis é mais uma ferramenta que pode auxiliar este processo, já que busca, além de um posicionamento quantitativo e qualitativo que expresse o grau de desenvolvimento do uso turístico na UC, uma integração equitativa entre os diferentes elementos envolvidos no seu desenvolvimento.

Os Programas de Certificação pesquisados indicam que o desenvolvimento turístico pode ser acompanhado de procedimentos e técnicas dirigidas e orientadas para a minimização dos impactos negativos, principalmente devido ao seu caráter de voluntariado. É claro que as questões econômicas, principalmente quando se trata de países em desenvolvimento, pesarão no momento da tomada de decisões, mas se tal processo for acompanhado por envolvimento e responsabilidade, aqui proposto, a tendência é que o modelo de desenvolvimento a ser adotado insira todos os elementos necessários à sua harmonização.

A certificação do turismo responsável, com sua filosofia de inclusão e responsabilidade sócio-cultural, consciência ambiental e viabilidade econômica, sejam eles para empreendimentos públicos ou privados, credencia-se como uma das formas que contribui para a manutenção de importantes reservas que se encontram ameaçadas por usos indevidos ou mal gerenciados.

O Parque Estadual do Morro do Diabo, apesar de contar com uma equipe para a sua gestão, tem a sua atuação limitada pela falta de pessoal, de equipamentos, de capacitação e, principalmente, de capital. Muitas ações previstas em seu planejamento não podem ser concretizadas devido à falta destes elementos, apesar dos esforços e voluntariado dos funcionários.

A Planilha de Aplicação credencia-se, então, como uma importante ferramenta para identificar e corrigir possíveis anomalias no desenvolvimento de atividades turísticas no Parque. Suas diferentes dimensões possibilitam uma avaliação ampla se deu desempenho e integração com a comunidade, permitindo, ainda, reforçar o grau de envolvimento dos diversos atores relacionados ao seu desenvolvimento.

A aplicação da Planilha realizada no Parque Estadual Morro do Diabo permitiu ao pesquisador identificar deficiências e potencialidades no uso turístico do Parque, mesmo que estes já tenham sido detectados devido a participação constante no dia a dia do mesmo, mas que necessitavam comprovação: indicadores da Dimensão Ambiental carecendo de um reforço, representando um ponto de deficiência, e a Dimensão Social, através da efetiva interação e abertura à comunidade, parcerias e pesquisadores, representando o seu ponto forte. Estes são dados importantes para que a administração possa concentrar esforços nas áreas que apresentem dificuldades de desenvolvimento, aperfeiçoando, assim, as questões de uso público do Parque.

Não se pode deixar de destacar, também, a possibilidade da certificação responsável da atividade turística gerar empregos e renda à população da região, qualificar a mão-de-obra atual e a que será empregada no local e gerar o aumento do fluxo de pessoas na região. Ao se consolidar esta possibilidade, certamente haverá um incremento na movimentação do comércio e a indústria, diminuindo as desigualdades sociais e promovendo a melhoria da qualidade de vida da população e o respeito às questões ambientais, já que o Parque Estadual do Morro do Diabo tem potencial para tornar-se pólo de desenvolvimento turístico na região.

A adoção de uma filosofia de responsabilidade envolveria diversos setores do município de Teodoro Sampaio e região: os órgãos públicos, através da geração de impostos, a atração de novas indústrias e serviços, especialmente aquelas com um perfil ecológico, e, conseqüentemente, a geração de empregos e renda para o município; os empresários, que atenderiam a um público diferenciados, ávidos por produtos e serviços social e ecologicamente corretos; a população, que teria melhores condições de vida, além de serem respeitados e incluídos na sociedade como um todo; e o meio ambiente que, como conseqüência de todas estas ações e mudança de atitudes, seria respeitada, conservada e preservada.

Percebe-se, também, a disposição demonstrada pela comunidade local em participar ativamente nas questões relacionadas ao uso público do Parque. Tal postura pôde ser medida nas entrevistas realizadas, onde os participantes, sem exceção, destacam a crescente abertura do Parque aos munícipes não apenas na interação com o mesmo, mas também na possibilidade de participação na sua gestão. Isto, segundo os entrevistados, tem contribuído para a identificação e valorização do Parque por parte da comunidade local, estabelecendo um processo de inclusão da mesma, fato este que não ocorria anteriormente. Isto tem gerado uma postura pró-ativa frente a este valioso patrimônio através de diversas formas: projetos de lei na

Câmara de Vereadores, campanhas de valorização promovidas pela associação comercial, atividades recreativas e educacionais desenvolvidas pelas escolas no Parque e inclusão do Morro no roteiro turístico regional.

Esta aliança entre os diversos segmentos da sociedade local e o Parque só tornou-se possível devido a abertura dos canais de comunicação existentes no município, principalmente através da criação dos Conselhos Consultivo e Administrativos do Parque, viabilizando a criação deste laço de responsabilidade entre os mesmos, tendo como base o uso responsável do Parque Estadual Morro do Diabo.

A proposta, apresentada através da Planilha de Aplicação, poderá vir a contribuir para a melhoria do processo de implantação, gestão e planejamento de atividades turísticas no Parque Estadual Morro do Diabo, podendo se estender a outras Unidades de Conservação brasileiras, cujas categorias contemplem o uso público. Procurou-se, através das variáveis da Planilha, salientar a importância de inclusão e participação das comunidades locais, além da valorização da cultura local, legitimando e solidificando o processo de certificação e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade de vida das populações envolvidas e de seu entorno.

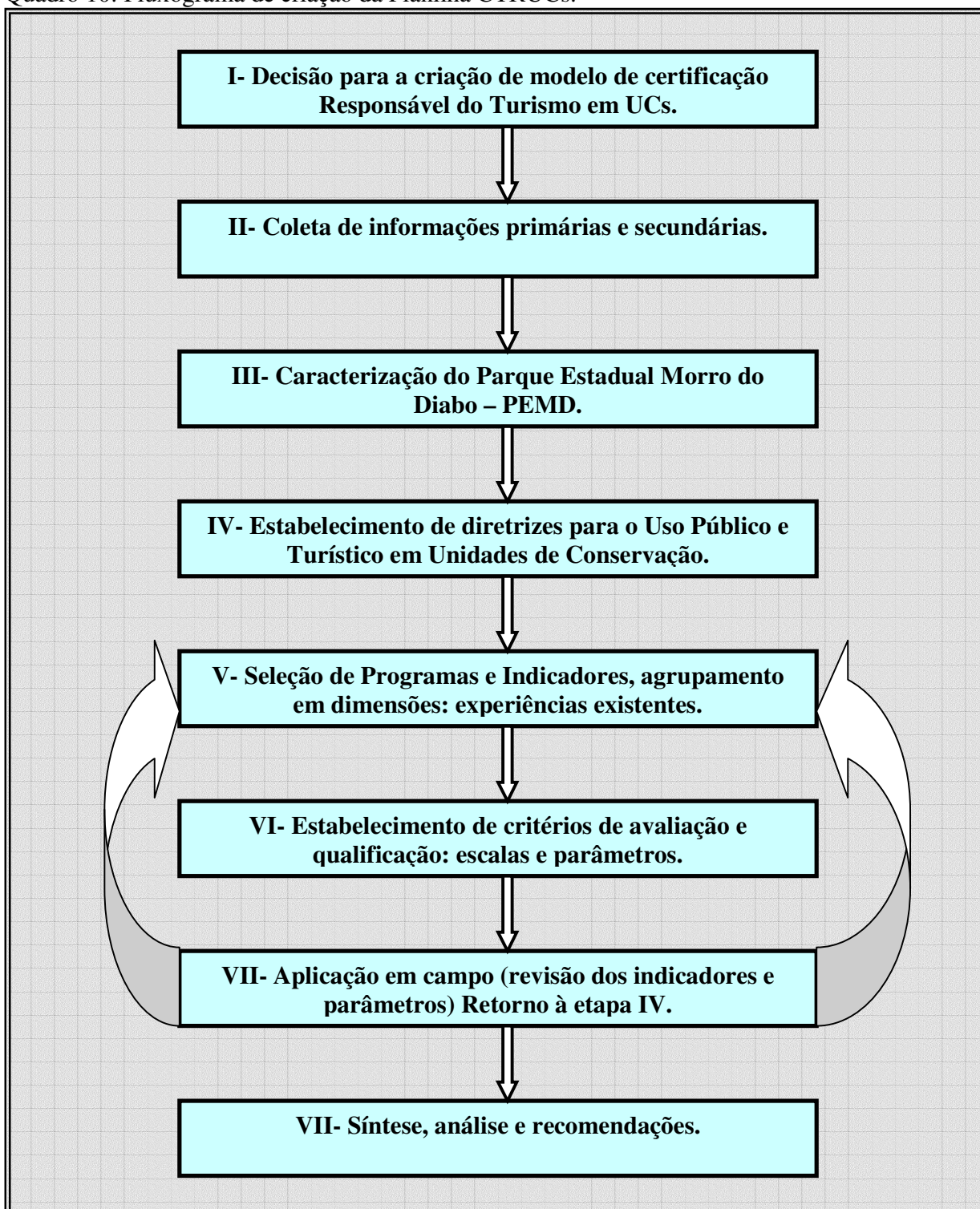
6.7. Fluxograma para a criação da planilha CTRUCs

No processo de criação da Planilha de Aplicação para a Certificação Responsável do Turismo em UCs, várias etapas ou fases tiveram que ser vencidas rumo à proposta atual da referida Planilha. Este processo, contínuo e intermitente, acompanhou o desenvolvimento das pesquisas realizadas desde seu estágio embrionário, passando, então, por diferentes estágios no caminho à sua concretização conforme as necessidades que se apresentaram durante sua evolução.

As etapas, discriminadas na forma de atividades executadas, expõem a seqüência dos procedimentos executados na tentativa de apresentar, de forma resumida, mas clara, todos os passos efetuados no processo de construção da Tese. A apresentação deste fluxograma, entretanto, não tem a pretensão de impor novos métodos e fluxos de pesquisa, mas sim expor uma realidade específica, especialmente devido ao perfil da mesma.

Apresenta-se, então, o esboço deste fluxograma a seguir.

Quadro 10: Fluxograma de criação da Planilha CTRUCs.



7. CONCLUSÕES

A Planilha de Aplicação para Certificação de Atividades Turísticas Responsáveis em Unidades de Conservação pode desempenhar um papel importante não apenas no Parque Estadual Morro do Diabo, mas em outras Unidades de Conservação brasileiras, pois além de garantir práticas que buscam a responsabilidade das ações empreendidas, serve como um termômetro para as administrações dos Parques avaliarem o grau de abrangência de suas ações.

Entretanto, a certificação não pode ser vista como um fim em si mesma, a solução de todos os problemas que afligem a sociedade moderna há muito tempo. Para que ela possa contribuir para o desenvolvimento turístico local, regional e até mesmo nacional, é preciso que o processo seja participativo, maleável, transparente e responsável, pois é a partir deste perfil que o processo ou programa poderá conquistar a credibilidade necessária para atingir os seus objetivos.

A efetividade da Planilha CTRUCs depende do grau de idoneidade e responsabilidade do órgão certificador, sendo assim imprescindível que este assumira uma postura imparcial e pro-ativa ao processo, atuando não apenas como um juiz, mas como um parceiro na busca de seu objetivo: o desenvolvimento do turismo em áreas de proteção sob o enfoque da responsabilidade, como prevê o conceito aqui proposto.

Além disso, a adoção, por parte do Parque Estadual do Morro do Diabo, de um programa de certificação turística responsável é totalmente possível e aconselhável, pois a incorporação de práticas e filosofias que respeitem o meio ambiente e a sociedade só podem trazer benefícios, principalmente quando se trata de uma área reservada à conservação de um ecossistema que se encontra ameaçado, único no Estado de São Paulo, mesmo que este Parque apresente uma condição de preservação invejável, apesar de todas as dificuldades enfrentadas.

Além disso, a aplicação da Planilha CTRUCs permitiu à administração do PEMD avaliar o seu atual estágio de desenvolvimento responsável e identificar os pontos que exigirão maior atenção da administração, especialmente no que se refere não apenas às atividades turísticas atualmente exercidas, mas àquelas que poderão vir a integrar a sua rotina de trabalho. Deste modo, a atual política de abertura à comunidade e a novas parcerias é um indicativo positivo para o seu desenvolvimento, pois atesta o seu compromisso não apenas com o Parque, mas com toda a comunidade da região.

A Planilha, por sua vez, foi idealizada para suprir carências verificadas no desenvolvimento de atividades turísticas e de uso público em UCs, pois se trata de uma ferramenta que poderá identificar as necessidades e as potencialidades na Unidade, porque nem sempre estas atividades são compatíveis com a estrutura existentes.

Outro ponto considerado relevante na aplicação da Planilha CTRUCs é a exigência da existência de um Plano de Manejo para a Unidade, pois ele é o referencial para identificar os locais onde serão possíveis implementar atividades de uso público. Destaca-se, também, a divisão da Planilha em dimensões, o que facilita a sua aplicação em campo.

Por fim, considera-se fundamental a adoção de níveis de qualificação para a Certificação Responsável das UCs, pois esta é uma forma de incentivar gestores e administradores destas áreas de proteção a investirem em parcerias, abertura e valorização de funcionários e comunidades de entorno, parâmetros estes que fazem parte do processo de Certificação Responsável.

7.1. Considerações finais

Tornar a atividade turística uma ferramenta de desenvolvimento que propicie a melhoria da qualidade de vida das comunidades e também do meio ambiente justificam plenamente os esforços empreendidos nesta pesquisa. O turismo não pode ser visto simplesmente como uma atividade exclusiva, destinado a uma minoria de alto poder aquisitivo, justificar a degradação do ambiente para atingir o crescimento econômico, desrespeitar a cultura e as tradições das comunidades receptoras ou isolar pessoas, populações, locais, e, em especial, as Unidades de Conservação.

A Certificação Responsável do Turismo em Unidades de Conservação é aqui apresentada através da Planilha de Aplicação como uma alternativa ao atual modelo de desenvolvimento turístico adotado pelos órgãos públicos brasileiros na gestão destas importantes áreas de proteção ambiental. Muitas destas áreas possuem um imenso potencial para o desenvolvimento de atividades turísticas, mas que não podem ser aproveitadas devido à falta de modelos de gestão que garantam a harmonia entre estas atividades e a manutenção de seus atributos naturais.

A responsabilidade e o respectivo envolvimento dos diversos atores é que o torna diferente dos atuais modelos de gestão turística em UCs. A aplicação da Planilha CTRUCs requer, antes de mais nada, disposição para interagir com as comunidades locais, instituições públicas e privadas e, principalmente, respeito e valorização dos bens materiais e imateriais destas comunidades. Esta é a postura sugerida para que o turismo realmente possa ser o elo entre o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida das populações.

7.2. Recomendações

A Planilha CTRUCs limitou-se à aplicação no Parque Estadual do Morro do Diabo. Apesar das simulações efetuadas proporcionarem dados para a sua revisão, sua aplicação em diferentes UCs permitirão revisar amplamente os indicadores e parâmetros propostos, ajustando-os quando necessários. Estas revisões devem tornar-se uma rotina obrigatória, contribuindo assim para a atualização e aperfeiçoamento da Planilha.

Outro ponto a ser considerado é, a partir da Planilha de Aplicação, estruturar o Guia de Aplicação estabelecendo-se, além das informações já definidas, instruções sobre formas e procedimentos para adesão ao Programa, o sistema ou processo de avaliação, seus princípios gerais, a apresentação de normas, benefícios e assistência técnica, entre outros.

Por fim, recomenda-se a continuidade da pesquisa visando contribuir com o desenvolvimento de atividades turísticas responsáveis não apenas em Unidades de Conservação, mas ao turismo como um todo, pois se trata de uma atividade que apresenta grande potencial, especialmente para países com as características físicas e sociais como o Brasil.

REFERÊNCIAS

ACERENZA, Miguel A. **Administração do turismo: conceituação e organização**. Bauru: Edusc, 2002.

ALFONSO, E.; DÍAZ, H. **Planificación turística: un enfoque metodológico**. México: Trillas, 2001.

ANDRADE, J. V. **Gestão em lazer e turismo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

ANDRADE, J. V. **Turismo: fundamentos e dimensões**. São Paulo: Ática, 1995.

ANDRADE, N.; BRITO, P. L.; JORGE, W. E. **Hotel: planejamento e projeto**. São Paulo: Senac, 2001.

ARCARONS, R. **Administración, gestión y comercialización en la pequeña empresa hostelera**. Madrid: Síntesis, 2001.

ARENDIT, E. J. **Introdução à economia do turismo**. Campinas: Alínea, 2000.

ASOCIACIÓN ALIANZA VERDE. **Normativa Green Deal**. Guatemala: AAV. Disponível em: <www.greendeal.org/normativa.htm>. Acesso em: 4 abr. 2004.

AVELINE, C. C. **A vida secreta da natureza: uma iniciação à ecologia profunda**. Blumenau: FURB, 1999.

BACKER, P. **Gestão ambiental: a administração verde**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1995.

BALH, M. (Org.). **Turismo: enfoques teóricos e práticos**. São Paulo: Roca, 2003.

BAPTISTA, I. Lugares de hospitalidade. In: DIAS, C. M. M. (Org.). **Hospitalidade: reflexões e perspectivas**. Barueri: Manole, 2002.

BARBIERI, E. **Biodiversidade: capitalismo verde ou ecologia social**. São Paulo: Cidade Nova, 1998.

BARDET, G. **O urbanismo**. Campinas: Papirus, 1990.

BARRETTO, M. **Planejamento e organização em turismo**. 2.ed. Campinas: Papirus, 1996.

BARRETTO, M. **Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento**. Campinas: Papirus, 2000.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: SENAC, 1998.

BISSOLI, M. A. M. A. **Planejamento turístico municipal com suporte em sistemas de informação**. São Paulo: Futura, 1999.

BOO, E. **Ecoturismo: potencial y escollos**. Maryland: WWFS, 1990.

BORRINI-FEYERABEND, G. **Manejo participativo de áreas protegidas: adaptando o método ao contexto: temas de política social**. Quito: UICN Sur, 1997.

BOULLÓN, R. C. **Planejamento do espaço turístico**. Bauru: Edusc, 2002.

BRANCO, S. M. **Poluição**. Rio de Janeiro: Sedegra, 1972.

BRASIL PINTO, A. C. **Turismo e meio ambiente: aspectos jurídicos**. Campinas: Papirus, 1998.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, v.138, p.1, 19 jul., 2000. Seção 1.

BROTHERTON, B.; WOOD, R. C. Hospitalidade e administração da hospitalidade. In: LASHLEY, C.; MORRISON, A. (Orgs.). **Em busca da hospitalidade: perspectivas para um mundo globalizado**. Barueri: Manole, 2004.

CALLENBACH, E.; et. al. **Gerenciamento ecológico: EcoManagement**. São Paulo: Cultrix, 1993.

CAMARGO, L. O. L. **Educação para o lazer**. São Paulo: Moderna, 1998.

CÂNDIDO, L. A. **Turismo em áreas naturais protegidas**. Caxias do Sul: EDUCS, 2003.

CAPRA, F. **Sabedoria incomum**. São Paulo: Cultrix, 1995.

CASASOLA, L. **Turismo y ambiente**. México: Trillas, 2000.

CASTELLI, G. **Turismo: atividade marcante do século XX**. Caxias do Sul: EDUCS, 1990.

CASTROGIOVANNI, A. C. (Org.) **Turismo urbano**. São Paulo: Contexto, 2000.

CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1998.

CAVALCANTI, C. (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1999.

CAVASSA, C. R. **Gestión administrativa para empresas turísticas**. México: Trillas, 2000.

CAVASSA, C. R. **Hoteles: gerencia, seguridad y mantenimiento**. México: Trillas, 2000b.

CECCA. **Qualidade de vida e cidadania**. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

CIFUENTES, M.; IZURIETA, A.; FARIA, H. H. **Medición de la efectividad del manejo de áreas protegidas**. Turrialba: WWF, 2000.

CONGRESSO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA E PLANEJAMENTO DO TURISMO, 1995, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, Departamento de Geografia, 1995.

COSTA, P. C. **Unidades de conservação: matéria-prima do ecoturismo**. São Paulo: Aleph, 2002.

CRUZ, R. C. Hospitalidade turística e fenômeno urbano no Brasil: considerações gerais. In: DIAS, C. M. M. (Org.). **Hospitalidade: reflexões e perspectivas**. Barueri: Manole, 2002.

CRUZ, R. C. **Introdução à geografia do turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

CRUZ, R. C. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000.

CRUZ, R. C. Políticas de turismo e construção do espaço turístico litorâneo no nordeste do Brasil. In: LEMOS, A. (Org.). **Turismo: impactos socioambientais**. São Paulo: Hucitec, 1996.

DE MASI, D. (Org.). **A economia do ócio**. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.

DÉLMAR, S. **Mantenimiento de hoteles: la seguridad y comodidad del huésped**. México: Trillas, 2001.

DIAS, G. F. **Educação ambiental: princípios e práticas**. São Paulo: Gaia, 2000.

DIEGUES, A. C. **O mito da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 2000.

DIEGUES, A. C. S. **Ecologia humana e planejamento em áreas costeiras**. São Paulo: NUPAUB-USP, 1996.

DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S. V. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: MMA, 2001.

DITT, E. H. **Diagnóstico da conservação e das ameaças a fragmentos florestais no Pontal do Paranapanema**. 2000. 97 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Ciência Ambiental) - PROCAM, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

DREW, D. **Processos interativos homem-meio ambiente**. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1983.

DUARTE, V. V. **Administração de sistemas hoteleiros: conceitos básicos**. São Paulo: Senac, 1996.

DUMAZEDIER, J. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

ECO, H. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

FARIA, H. H. **Elaboración de un procedimiento para medir la efectividad de manejo de áreas silvestres protegidas y su aplicación en dos áreas protegidas de Costa Rica, América Central.** 1993. 91 f. Dissertação (Tesis Mag. Scientiae) – Centro Agronómico Tropical de Investigación y Enseñanza, Turrialba, Costa Rica, 1993.

FERGUSON, M. **A conspiração aquariana.** Rio de Janeiro: Nova Era, 2000.

FERRO, M. **Programa de certificación para operaciones turísticas Smart Voyager.** Sauípe: World Tourism, 2003. Texto apresentado na Conferencia Regional de las Américas, realizada em Sauípe nos dias 29 e 30 de setembro de 2003. Disponível em: <<http://www.world-tourism.org/sustainable/conf/cert-brasil/m-ferro.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2004.

FONTELES, J. O. **Jericoacoara: turismo e sociedade.** Sobral: UVA, 2000.

FREY, K. A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 4, n. 9, p.115-148, ago./dez. 2001.

GALBRAITH, J. K. **A era da incerteza.** 7.ed. São Paulo: Pioneira, 1986.

GRACIA, J. R.; BARBIERI, E. **Ecologia, preservar para viver: introdução à educação ambiental.** São Paulo: Cidade Nova, 1992.

GRUPO TURISMO SUSTENTÁVEL BR. **A visão da rede WWF sobre a certificação do turismo.** Belo Horizonte: Árvore, 2002. Disponível em: <http://www.arvore.com.br/artigos/htm_2002/ar1208_1.htm>. Acesso em: 26 jun. 2004.

GRUPO TURISMO SUSTENTÁVEL BR. **Conselho Brasileiro do Turismo Sustentável.** Belo Horizonte: Árvore, 2002. Disponível em: <http://www.arvore.com.br/artigos/htm_2002/ar1608_1.htm>. Acesso em: 20 jun. 2004.

HENDERSON, H. **Construindo um mundo onde todos ganhem: a vida depois da guerra da economia global.** São Paulo: Cultrix, 1996.

HENDERSON, H. **Transcendendo a economia.** São Paulo: Cultrix, 1991.

HILHORST, J. G. M. **Planejamento regional: enfoque sobre sistemas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do turismo**. São Paulo: Pioneira, 2001.

INSTITUTO COSTARRICENSE DE TURISMO. **Certificación para la sostenibilidad turística**. San José: ICT, [ca. 2003]. Disponível em: <www.turismo-sostebible.co.cr>. Acesso em: 25 ago. 2004.

INSTITUTO DE HOSPITALIDADE. **Certificação em turismo sustentável**. [São Paulo]: EcoViagens, [200-]. Disponível em: <http://www.ecoviagem.com.br/especiais/turismo_sustentavel.asp?num=4>. Acesso em: 11 jul. 2004.

INSTITUTO DE HOSPITALIDADE. **Manual de boas práticas: aspectos econômicos relacionados ao turismo sustentável**. Disponível em: <http://www.pcts.org.br/pubpcts/media/Manual_BP_Economico.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2004.

INSTITUTO DE HOSPITALIDADE. **Metodologia para elaboração de normas**. Programa de certificação em turismo sustentável. Disponível em: <www.pcts.org.br>. Acesso em: 4 abr. 2004.

INSTITUTO DE HOSPITALIDADE. **Norma nacional para meios de hospedagem: requisitos para a sustentabilidade**. Programa de certificação em turismo sustentável. Disponível em: <www.pcts.org.br>. Acesso em: 4 abr. 2004.

INSTITUTO DE HOSPITALIDADE. **Referências e diretrizes do Programa de Certificação em Turismo Sustentável**. Programa de certificação em turismo sustentável. Disponível em: <www.pcts.org.br>. Acesso em: 4 abr. 2004.

KINKER, S. **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais**. Campinas: Papirus, 2002.

KOTLER, P.; HAIDER, D. H.; REIN, I. **Marketing público**. São Paulo: Makron Books, 1994.

LAGE, B. H. G. **Economia do turismo**. 2.ed. Campinas: Papirus, 1996.

LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. (Orgs.). **Turismo: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

LAMPRECHT, J.; RICCI, R. **Padronizando o sistema da qualidade na hotelaria mundial:** como implementar a ISO 9000 e ISO 14000 em hotéis e restaurantes. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

LECKORISH, L. J. **Desarrollo de destinos turísticos:** políticas y perspectivas. México: Diana, 1994.

LECKORISH, L. J.; JENKINS, C. L. **Introdução ao turismo.** Rio de Janeiro: Campus, 2000.

LEIS, H. R. Um modelo político-comunicativo para superar o impasse do atual modelo político-técnico de negociação ambiental no Brasil. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas.** São Paulo: Cortez, 1999.

LEITE, J. F. **A ocupação do Pontal do Paranapanema.** São Paulo: Hucitec, 1998.

LEMOS, A. I. G. (Org.) **Turismo:** impactos socioambientais. São Paulo: Hucitec, 2001.

LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. (Eds.). **Ecoturismo:** um guia para planejamento e gestão. São Paulo: Senac, 1999.

LOCKWOOD, A.; MEDLIK, S. (Orgs.) **Turismo e hospitalidade no século XXI.** Barueri: Manole, 2003.

LOPES, R. **A cidade intencional:** o planejamento estratégico das cidades. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

MARCELLINO, N.C. **Lazer e humanização.** Campinas: Papirus, 2001.

MARTINE, G. (Org.). **População, meio ambiente e desenvolvimento:** verdades e mentiras. 2.ed. Campinas: UNICAMP, 1996.

MARTINEZ, F. J.; MONZONIS, J. S. **Alojamiento turístico rural:** gestión e comercialización. Madrid: Síntesis, 2000.

MELGAR, E.G. **Fundamentos de planejamento e marketing em turismo.** São Paulo: Contexto, 2001.

MERICO, L. F. K. **Introdução à economia ecológica**. Blumenau: FURB, 1996.

MESPLIER, A.; BLOC-DURAFFOUR, P. **Geografía del turismo en el mundo**. Madrid: Síntesis, 2000.

MIDDLETON, V. T. C. **Sustainable tourism: a marketing perspective**. Woburn: Butterworth-Heinemann, 1998.

MOLINA, S. **Modernización de empresas turísticas : un enfoque para el logro de la calidad total**. México: Diana. 1987.

MOLINA, S. **Turismo e ecologia**. Bauru: Edusc, 2001.

MOLINA, S.; RODRIGUEZ, S. **Planejamento integral do turismo: um enfoque para a América Latina**. Bauru: Edusc, 2001.

MONTEJANO, J. M. **Estrutura do mercado turístico**. São Paulo: Roca, 2001.

MORSELLO, Carla. **Áreas protegidas públicas e privadas: seleção e manejo**. São Paulo: Annablume, 2001.

MOURA, A. M. F. Turismo, meio ambiente e espaço rural. In: FUNARI, P. P.; PINSKI, J. **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2001.

NASCIMENTO, D. M. **Metodologia do trabalho científico: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

NEIMAN, Z. (Org.). **Meio ambiente, educação e ecoturismo**. Barueri: Manole, 2002.

OLIVEIRA, A. S. D. **Resíduos culturais**. Rio Grande: EDGRAFURG, 1999.

OLIVEIRA, J.; SERRANO, C. **Diretrizes para uma política estadual de ecoturismo**. São Paulo: SMA, 1997.

OLIVEIRA, S. D. **Análises espaciais como apoio à gestão turística da Ilha de Santa Catarina**. 2001. 116 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO. **Desenvolvimento de turismo sustentável: manual para organizadores locais**. [s.l.]: OMT, 1994.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO. **Guía para administraciones locales: desarrollo turístico sostenible**. Madrid : OMT, 1999.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO. **Turismo y medio ambiente: ordenación de los parques nacionales y zonas protegidas para el turismo**. Madrid: OMT, 1995.

OURIQUES, H. R. **Turismo em Florianópolis: uma crítica à “indústria pós-moderna”**. Florianópolis: UFSC, 1998.

PACHECO, L. S. **Costa Rica: una experiencia innovadora de manejo ambiental**. Disponível em: <http://www.undp.org/surf-panama/docs/bcpr/soluciones_ambientales_ecoturismo.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2004.

PARANÁ. **Diretrizes para o turismo em áreas naturais no Estado do Paraná**. Curitiba: SETU, 2001.

PAULA, N. M. Introdução ao conceito de hospitalidade em serviços de alimentação. In: DIAS, C, M. M. (Org.). **Hospitalidade: reflexões e perspectivas**. Barueri: Manole, 2002.

PAULI, G. **Emissão zero: a busca de novos paradigmas: o que os negócios podem oferecer à sociedade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

PELEGRINI FILHO, A. **Dicionário enciclopédico de ecologia e turismo**. Barueri: Manole, 2000.

PELEGRINI FILHO, A. **Ecologia, cultura e turismo**. Campinas: Papirus, 1997.

PEREIRA, J. C. R. **Análise de dados qualitativos: estratégias metodológicas para as ciências da saúde, humanas e sociais**. São Paulo: EDUSP, 1999.

PIRES, M. J. **Raízes do turismo no Brasil: hóspedes, hospedeiros e viajantes no século XIX.** Barueri: Manole, 2001.

RABAHY, W. A. **Planejamento do turismo: estudos econômicos e fundamentos econométricos.** São Paulo: Loyola, 1990.

RODRIGUES, A. B. (Org.) **Turismo e ambiente: reflexões e propostas.** São Paulo: Hucitec, 1999.

RODRIGUES, A. B. (Org.) **Turismo rural.** São Paulo: Contexto, 2001.

RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo e desenvolvimento local.** São Paulo: Hucitec, 1997.

RUSCHMANN, D. V. M. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente.** São Paulo: Papirus, 1997.

SALOMÃO, M. **Parques de diversões no Brasil: entretenimento, consumo & negócios.** Rio de Janeiro: Mauad, 2000.

SALVATTI, S. S. (Org.). **Turismo responsável: manual para políticas públicas.** Brasília: WWF Brasil, 2004.

SANCHO, A. **Introdução ao turismo.** São Paulo: Roca, 2001.

SCHUMACHER, E. F., **O negócio é ser pequeno.** São Paulo: Círculo do Livro, 1986.

SELWYN, T. Uma antropologia da hospitalidade. In: LASHLEY, C.; MORRISON, A. (Orgs.). **Em busca da hospitalidade: perspectivas para um mundo globalizado.** Barueri: Manole, 2004.

SERRANO, C. M. T.; BRUHNS, H. T. (Orgs.). **Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente.** Campinas: Papirus, 2001.

SEWELL, G. H. **Administração e controle da qualidade ambiental.** São Paulo: EPU, 1978.

SOSA, S. A. B. **Consolidación del programa de certificación Green Deal en Guatemala.** Guatemala: Asociación Alianza Verde, 2001.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental.** São Paulo: Aleph, 2000a.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável: gestão e marketing.** São Paulo: Aleph, 2000d.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável: meio ambiente e economia.** São Paulo: Aleph, 2000b.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável: setor público e cenários geográficos.** São Paulo: Aleph, 2000.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável: turismo cultural.** São Paulo: Aleph, 2000e.

TABARES, F. C. **Comercialización del turismo: determinación y análisis de mercados.** México: Trillas, 2001.

TELFER, E. A filosofia da hospitalidade. In: LASHLEY, C.; MORRISON, A. (Orgs.). **Em busca da hospitalidade: perspectivas para um mundo globalizado.** Barueri: Manole, 2004.

TORRES, R. J. A.; OLIVEIRA, S. D. **Água: como reduzir, reutilizar e reciclar sem sair de casa.** Florianópolis: UFSC, 2002.

TOVAR, J. R. I. **Comercialización de productos y servicios turísticos.** Madrid: Síntesis, 2000.

TRIGO, L. G. **Turismo e qualidade: tendências contemporâneas.** Campinas: Papirus, 1993.

TULIK, O. Recursos naturais e turismo: tendências contemporâneas. **Turismo em análise**, v.4, n.2, p.26-36, nov. 1993.

VALLADARES-PÁDUA, C.; FARIA, H. H. **Plano de manejo do Parque Estadual do Morro do Diabo.** São Paulo: Instituto Florestal, 2002.

VIEIRA, L. **Fragmentos de um discurso ecológico.** São Paulo: Gaia, 1990.

WAICHMAN, P. **Tempo livre e recreação**: um desafio pedagógico. Campinas: Papirus, 2001.

WALTER, C.; GONÇALVES, P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2000.

WEARING, S.; NEIL, J. **Ecoturismo**: impactos, potencialidades e possibilidades. São Paulo: Manole, 2001.

WORLD WILDLIFE FUND. **Certificação de turismo**. Disponível em:
<http://www.wwf.org.br/projetos/projeto.asp?lista=bioma&item=19&item=70&imagem=../bioma/int_nacional>. Acesso em: 17 jun. 2004.

YAZIGI, E. **A alma do lugar**: turismo, planejamento e cotidiano em litorais e montanhas. São Paulo: Contexto, 2001.

YAZIGI, E. **Turismo**: uma esperança condicional. São Paulo: Global, 1999.

APÊNDICE

ENTREVISTAS REALIZADAS EM 14 DE NOVEMBRO DE 2004.

Sr. ANTÔNIO AMADOR DE MENDONÇA.

Técnico de desenvolvimento agrário do ITESP – Instituto de Terras do Estado de São Paulo.

Assentamentos no qual atua em Teodoro Sampaio:

- ◆ Assentamento Vale Verde – 50 famílias;
- ◆ Assentamento Santa Rita da Serra – 40 famílias;
- ◆ Assentamento Cachoeiro do Estreito – 29 famílias;
- ◆ Assentamento Santa Vitória – 27 famílias;
- ◆ Assentamento Ahidéia – 24 famílias;
- ◆ Assentamento Santo Antônio dos Coqueiros – 23 famílias.

Segundo depoimento do Sr Antônio, os acampados foram assentados em Teodoro Sampaio em uma região um tanto quanto degradada pelas antigas pastagens, que priorizavam a criação de gado de corte, apresentando, além da quase total ausência de árvores, um terreno em adiantado estado de erosão do solo, que teve que ser corrigido pelos assentados em parceria e assistência técnica do ITESP, especialmente nos casos em que o lote seria utilizado para a produção de frutas (cultivo orgânico), árvores para reflorestamento ou produção de madeira.

Assim, a partir do assentamento dos agricultores sem-terra, identifica-se claramente a revitalização das áreas destinadas aos assentamentos através do viveiro comunitário de mudas (com espécies nativas e exóticas, como o eucalipto) e a conseqüente recobertura vegetal da área, o reaparecimento de aves e animais nativos da região, e o início de um projeto de criação do corredor ecológico do Pontal.

O Sr. Antônio destaca também alguns avanços tecnológicos em prol do meio ambiente da região, como o uso de inseticidas orgânicos, apicultura para polinização da flora local, projetos como o de sequestro de carbono na região, parcerias entre o ITESP e o CDI – Comitê de Desenvolvimento da Informática, levando aos assentados conhecimentos sobre informática com monitores treinados também para as questões sociais.

Estas ações, associadas a algumas iniciativas dos próprios assentados no desenvolvimento de atividades turísticas e artesanais em seus lotes, demonstram a evolução pela qual a região, entre elas o entorno do Parque, apresentou após o assentamento destas pessoas, que mesmo enfrentando dificuldades e discriminação, tem contribuído decisivamente para a melhoria da qualidade de vida na região.

Sr. ÉBER JOSÉ SORAGI.

Diretor da Divisão de Meio Ambiente de Teodoro Sampaio, SP.

Segundo o Sr. Éber, a contribuição dos assentados para a melhoria do meio ambiente nos quais os mesmos foram assentados é perceptível para as pessoas que conhecem a região e puderam testemunhar o processo de melhoria ambiental das fazendas que se localizavam na região. Isto porque a pastagem era regra e abrangiam uma extensão de terra bastante significativa onde, devido o sistema de produção adotado na época, promoviam a degradação do ambiente para a criação de gado.

Os assentados, além de contribuir com a revitalização das áreas degradadas, tem procurado informar-se e educar-se para diminuir os impactos no assentamento, incluindo-se a preocupação com as margens dos rios, a derrubada de árvores, etc., preocupações estas que não faziam parte das prioridades dos criadores de gado.

ENTREVISTAS REALIZADAS EM 13 DE MAIO DE 2005.

Dr. FIDELCINO MACEDO COSTA.

Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB – subseção de Teodoro Sampaio
Membro do Lyons Clube de Teodoro Sampaio.

Segundo o Dr. Fidelcino, a comunidade local assumia, até pouco tempo atrás, um distanciamento do Parque devido a dificuldade em obter acesso ao mesmo mas, felizmente, este problema está sendo revertido pela atual administração do Parque, adotando uma política de abertura e gestão participativa, incentivando, assim, a parceria entre as duas partes, comunidade e PEMD. O mesmo considera que as belezas naturais do Parque, associado a sua valorização ao envolvimento por parte da comunidade, poderá contribuir decisivamente para a economia local, à sua auto-estima e, principalmente, para a melhoria da qualidade de vida da população, criando, ainda, a possibilidade de atração de investidores para o município.

O Dr. Fidelcini cita também a importância exercida pelo Parque quanto a arrecadação do ICMS Verde para o município, recursos estes investidos em prol da comunidade local e também no Parque na forma de infra-estrutura e benfeitorias. Destaca, ainda, a importância do Parque no que se refere à conservação de natureza na área criada para este fim, que apresentava-se bastante degradada, inclusive nas áreas de entorno do mesmo, e que houve uma mudança de atitude, principalmente no que diz respeito às áreas de pastagens contíguas ao Parque, que atualmente apresentam uma degradação menor do que em épocas anteriores, inclusive com o plantio de árvores nativas nestas áreas.

Outra observação do Dr. Fidelcino refere-se à identificação do município, na sua área urbana, com o PEMD, sugerindo para isto a instalação de placas e painéis que identifiquem que o Parque situa-se no município, e que este desempenha um papel importante para a cidade, relacionando-o diretamente com questões de respeito à natureza, à fauna e a flora locais, adotando os principais exemplares existentes no Parque como símbolos da cidade. Entretanto, citou, também, a sua preocupação quanto às questões de infra-estrutura do município, especialmente a infra-estrutura turística, um tanto quanto deficitária para atender um possível aumento do número de turistas, mais exigentes no que diz respeito à qualidade dos serviços prestados. Cita como exemplo a rede hoteleira da cidade, considerando-a insuficiente tanto

quantitativamente quanto qualitativamente, podendo prejudicar um possível fluxo turístico mais intenso.

Finalizando a sua fala, o Dr. Fidelcino estabelece uma relação direta entre o desenvolvimento do município de Teodoro Sampaio ao PEMD, considerando-o como a base para que este sonhado desenvolvimento da cidade ocorra dentro de padrões de respeito ao meio ambiente, e que isto gere uma melhoria na qualidade de vida da população não apenas de Teodoro Sampaio, mas de toda a região do Pontal do Paranapanema, já que esta é uma das mais pobres do estado de São Paulo, e que o turismo pode vir a ser um ingrediente muito importante para a reversão deste quadro atual.

Sr. CLÁUDIO EVBARRETTOSTA DA SILVA (POCEIRO)

Vereador da Câmara Municipal de Teodoro Sampaio.

O Vereador Poceiro, como será aqui tratado, considera, a exemplo do Dr. Fidelcino, que houve um grande incremento na relação entre a comunidade de Teodoro Sampaio e o Parque, creditando este fato à atual administração do PEMD, que tem investido bastante nesta abertura, elogiando os esforços tanto do Diretor Regional, Dr. Helder de Faria, quanto da diretora do Parque, Ms. Andréa Pires, além dos demais funcionários do Parque, que tem desempenhado um papel de grande importância para a proteção e manutenção da Unidade.

Segundo observação do Vereador Poceiro, é possível observar, como morador do município de Teodoro Sampaio há bastante tempo, que a fauna, especialmente os pássaros locais, como tucanos, araras e papagaios, tem desaparecido da região, não sendo encontrados pela cidade apenas esporadicamente, diferentemente de tempos anteriores, onde era possível observar estes pássaros com bastante normalidade.

O Vereador espera que, com as atividades de ecoturismo no Parque, a qualidade de vida da população local melhore significativamente, já que este tipo de turismo prioriza as questões de respeito à comunidade e ao meio ambiente, já que envolve pequenos grupos, com um grau de conscientização maior do que o turismo de massa, já que o município deve adotar esta característica de desenvolvimento ecologicamente correto e a infra-estrutura turística do município ainda é precária para poder atender a um grande número de turistas.

Nesta mesma linha de atuação, o Vereador destaca iniciativas de assentados que desenvolvem em suas terras atividades de turismo rural, reforçando ainda mais a necessidade do município em investir nesta característica de respeito à natureza, tendo como carro-chefe o Parque e seus símbolos regionais, criando no município uma sinalização turística temática, incorporando-a como uma atmosfera e uma identidade da cidade. Neste sentido, o Vereador já encaminhou requerimento à empresa concessionária de telefonia local para identificar os orelhões dos telefones públicos com motivos relativos ao Parque.

Outro requerimento à Câmara de Vereadores encaminhado pelo Vereador Poceiro diz respeito à inclusão de disciplinas direcionadas a educação ambiental no currículo das escolas públicas municipais, utilizando o Parque e a identidade do município com as questões ecológicas como base para o desenvolvimento das mesmas. Além disso, por iniciativa do mesmo, foi criado o Dia do Parque Estadual, como forma de valorização do Parque no âmbito regional, já que o mesmo trata-se de uma área pública de grande relevância para a comunidade local.

Ainda com relação à abertura do Parque para a comunidade local, o Vereador considera de suma importância que os projetos desenvolvidos no Parque conte com a parceria efetiva da comunidade, já que ela é beneficiária direta das melhorias e, também, dos possíveis problemas que podem advir das ações promovidas pelo Parque, sem se esquecer que seu principal parceiro são os funcionários que dedicam o seu dia-a-dia ao mesmo, constituindo-se uma grande família. Alerta, também, para a necessidade de que o empresariado turístico da região conscientize-se sobre a necessidade de melhoria em seus empreendimentos, seja em infraestrutura ou na capacitação do pessoal, visando oferecer um atendimento de qualidade e, com isso, captar um maior número de turistas para a cidade.

No encerramento da reunião, o Vereador Poceiro proferiu algumas palavras aos alunos do curso de Turismo da UNESP de Rosana reafirmando o seu compromisso e parceria com o Parque e as pessoas que nele trabalham, da importância da abertura para a população e para as parcerias, salientando a importância que os mesmos devem assumir em relação ao desenvolvimento das atividades turísticas no Parque, incentivando a participação destes em projetos e parcerias entre a Universidade, a Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio e a administração do Parque na busca por melhores condições de atendimento, planejamento e gestão deste importante recurso turístico natural, um dos mais importantes da região.

Sr^a. ISABEL LINFANTE GARCIA FERREIRA

Presidente da Associação Comercial de Teodoro Sampaio.

A Sr^a. Isabel tem grande expectativa quanto ao processo de abertura do Parque para a visitação da comunidade local e turistas e, com isso, tornar o município mais conhecido, contribuindo assim para o desenvolvimento da região e, em especial, do município de Teodoro Sampaio. Entretanto, ela alerta para os perigos de que um crescimento desordenado da atividade turística poderá causar ao Parque e ao meio ambiente da região e, para isto, destaca a necessidade de uma interação sólida entre a administração do Parque, a comunidade local, o empresariado e universidades, a fim de atingir um desenvolvimento centrado na gestão e planejamento participativo, já que uma parcela significativa da população ainda desconhece a importância que o Parque desempenha não apenas nas questões ambientais e ecológicas, mas também no que se refere à economia e a cultura da região.

Um outro ponto relevante para a Sr^a Isabel é que o município ainda não possui um produto turístico efetivo, apesar do Parque destacar-se como um importante recurso turístico natural, pois a infra-estrutura turística atual não dispõe de condições competitivas quando se pensa no nível de exigência que os turistas certamente demandarão, devido principalmente ao perfil do ecoturista, normalmente consciente sobre o papel que o mesmo deve desempenhar no contexto turístico. Assim, a mesma indica a possibilidade de uma atuação mais efetiva do COMTUR nas questões ligadas à qualificação e treinamento dos agentes turísticos do município, além de programas de conscientização turística e ambiental, contribuindo, assim, para a melhoria da qualidade de vida da população.

Além disso, a Sr^a. Isabel destaca como medida necessária a adoção de símbolos do Parque na urbanização e sinalização do município, no intuito de criar uma imagem e uma atmosfera relacionada ao Parque e a toda a questão de respeito à natureza e às comunidades, já que a sinalização da cidade apresenta-se em condições precárias, sendo que muitos turistas passam pela mesma sem que percebam que encontram-se em um município que possui um importante recurso turístico natural, que é o Parque.

No que se relaciona a projetos turísticos e ambientais envolvendo o Parque, a Sr^a Isabel considera imprescindível a participação dos diferentes atores envolvidos para, juntamente com a comunidade, propor ações que possam envolver e desenvolver o município,

além de pesquisar e inventariar outros atrativos turísticos da região que comporão a oferta turística regional, baseado, é claro, nos atrativos naturais e nas comunidades que possuam uma identidade com as questões de respeito ao ambiente e à população. Para tanto, a participação do empresariado turístico regional é vital no sucesso desta empreitada, pois se os mesmos não estiverem conscientes sobre a sua responsabilidade para com o desenvolvimento turístico da região, certamente as coisas tenderão a uma situação indesejada.

Como presidente da Associação Comercial de Teodoro Sampaio, a Sr^a. Isabel destaca a atuação da entidade na conscientização de seus associados e da população para a necessidade de assumir uma postura profissional, principalmente em relação aos turistas, citando, ainda, a importância deste segmento para a geração de emprego e renda, tão escassos nos dias atuais.

Um dos pontos positivos destacados pela Sr^a. Isabel é a vida noturna de Teodoro Sampaio, bastante movimentada, destacando-se em toda a região do Pontal do Paranapanema.

Sr. CLAUDIONOR AVELINO

Chefe do Departamento de Cultura de Teodoro Sampaio

Como chefe do Departamento de Cultura de Teodoro Sampaio, o Sr. Claudionor observa que um número expressivo de cidadãos teodorenses desconhecem a importância que o Parque de Morro do Diabo representa para o município, devido, principalmente, a um quadro anterior de inacessibilidade da população ao mesmo. Este é um dos pontos a serem discutidos com a população, já que faz-se necessário que estes estejam conscientes do papel não apenas do Parque, mas da própria população em relação aos turistas e às possibilidades de desenvolvimento do município.

Visando minimizar este problema, o Sr. Claudionor destaca a importância das escolas neste processo de conscientização tanto turística quanto ambiental, pois não se pode dissociar a imagem do Parque às questões de limpeza, educação e respeito ao ambiente e às pessoas. Outra sugestão do Sr. Claudinei diz respeito à sinalização turística da cidade, praticamente inexistente, mas que deve ser colocada, e com alusões ao Parque, já que este é o

carro-chefe do turismo na região, o que não pode ser desprezado pelos responsáveis pelo seu desenvolvimento.

Um outro ponto levantado foi o desenvolvimento de projetos no Parque, que devem contar com a participação e parceria dos órgãos públicos municipais, das empresas privadas e da comunidade local, visando valorizá-los, cobrando, ainda, uma participação mais ativa do empresariado local para a integração dos mesmos para o planejamento e organização das ações em prol da captação de um maior número de turistas, sendo para isto necessário melhorar a qualidade das instalações e atendimento dos serviços turísticos locais.

Quanto aos aspectos culturais, o Sr. Claudinei considera que é imprescindível investir nesta área para inseri-la na oferta turística do município, pois o mesmo apresenta diversas especificidades que podem e devem ser melhor aproveitadas com este intuito. Infelizmente, a cultura é uma parte que normalmente é esquecida no planejamento municipal, filosofa o Sr. Claudinei.

Sr. ERIQUE MARQUETI INAZAKI

Diretor do Departamento de Turismo.

Como responsável pelo setor de turismo no município, o Sr. Erique considera o Parque como o principal atrativo do turismo na região, não apenas pelo fato de captar recursos para o município através do ICMS Verde, mas por constituir-se no ponto alto para qualquer turista que visite a região.

Como o Parque apresenta, atualmente, um processo de abertura, não apenas para a visitação e conseqüente melhoria da infra-estrutura turística, mas o acesso da população, tanto na visitação quanto na gestão e planejamento do mesmo, tornando-o não apenas mais conhecido na comunidade, como promovendo um envolvimento da população para com o mesmo, evitando, com isso, um processo mais agressivo de degradação do ambiente, principal ingrediente de atratividade do Parque.

Felizmente, segundo o Sr. Erique, o COMTUR tem desenvolvido um trabalho de conscientização com empresários e comunidade locais sobre a importância desempenhada pelo Parque para toda a região, e também para a necessidade de investimentos maiores em infra-estrutura e melhoria no atendimento, pois o município ainda carece destes ingredientes, a tal

ponto da Prefeitura cancelar alguns eventos que pudessem atrair um número de turistas muito além das possibilidades, prejudicando com isso não apenas a geração de emprego e renda, mas a evolução do turismo no município.

Uma das iniciativas também apontada pelo Sr. Erique, que já está tramitando na Câmara de Vereadores é a identificação do município com o Parque, seja através dos orelhões, seja pela utilização de placas de sinalização turística com temas referentes aos principais habitantes do parque, como onças pintadas, mico-leão preto, peroba-rosa, etc. O responsável pelo turismo de Teodoro Sampaio também destaca a importância da educação ambiental e turística da comunidade ser levada às escolas, como meio de atingir o maior número de pessoas num espaço de tempo mais curto, pois esta população tende a engajar-se nestes projetos de melhoria de qualidade de vida muito mais rapidamente, contribuindo diretamente para melhorar as condições de vida da população.

No tocante aos atrativos turísticos além do Parque, o Sr. Erique menciona a importância das iniciativas turísticas localizadas nos assentamentos, uma atividade que apresenta uma especificidade típica da região e que pode ser desenvolvida, contribuindo para o aumento de alternativas turísticas na região e transformando-a em um destino ligado às questões sociais e ambientais, assim como ampliando a oferta turística da região, ainda carente deste tipo de infraestrutura turística. Para tanto, o desenvolvimento de pesquisas que objetivem a inserção de novos produtos turísticos que respeitem a identidade local, os costumes e tradições da população e, conseqüentemente, a geração de emprego e renda a diversos segmentos da sociedade local trará benefícios para todos os setores da população local.

Este, segundo o Sr. Erique, já é um passo para a conscientização do empresariado turístico local em relação à necessidade de melhoria no atendimento e no aumento de alternativas aos turistas que visitam o município, restrita, atualmente, ao Parque e ao Balneário Municipal. Entretanto, esta conscientização deve levar em conta a característica do ambiente, ligado aos recursos naturais e, principalmente, ao Parque, ou seja, às questões ecológicas e comunitárias. Assim, instituições locais como o COMTUR, Associação Comercial, Departamento de Turismo, Departamento de Cultura, empresas ligadas ao setor de serviços, entre outros, devem assumir seu papel de responsáveis pelo desenvolvimento turístico pautado na sua sustentabilidade. Assim, fortalecer e ampliar as parcerias em prol do Turismo e do Parque torna-se uma obrigação, pois este é o caminho natural do desenvolvimento turístico do município.

Sr^a. MARIA TEREZA FINK DE ANDRADE

Presidente do COMTUR – Conselho Municipal de Turismo de Teodoro Sampaio.

A Sr^a Maria Tereza destaca, inicialmente, a beleza cênica do Parque e que, infelizmente, parte da população local desconhece esta beleza e, conseqüentemente, a importância que o Parque representa para o cotidiano de suas vidas devido à restrição do acesso da população, fato este que não mais se observa. Como presidente do COMTUR, ela tem incentivado a abertura do Parque à população, assim como tem participado ativamente das atividades e planejamento do mesmo na busca de uma interação cada vez maior entre as partes, contando, para isso, com a total colaboração da atual administração do Parque.

As atividades de ecoturismo, com suas características específicas de interação entre todos os atores envolvidos, tem facilitado este desenvolvimento, além de contribuir diretamente para a melhoria da qualidade de vida da população, já que prioriza a participação de pequenos grupos, em detrimento ao turismo de massa, incompatível com um recurso natural da dimensão do Parque. Mesmo assim, a Sr^a. Maria Tereza considera que tanto o município como o Parque ainda tem muito a fazer para se estruturar melhor turisticamente, pois além de possuir, atualmente, uma infra-estrutura turística um tanto quanto limitada, a qualidade do serviço prestado ainda carece de uma melhoria substancial, visto as necessidades dos turistas para que os mesmos possam permanecer no município, e não apenas passarem por ele.

Uma das alternativas apontadas pela presidente do COMTUR é a melhoria ou, por que não, a instalação de uma sinalização turística, revelando aos turistas que o Parque situa-se no município, o que pode auxiliar não apenas na questão primária da informação, mas também para a conscientização da comunidade em torno da importância do Parque. Além disso, a realização de cursos de educação turística e ambiental nas escolas, promovido pelo COMTUR em parceria com o SEBRAE já é uma ação concreta em direção à melhoria na qualidade do atendimento turístico de Teodoro Sampaio. Mas estas ações não podem ficar nestas propostas ou restritas ao COMTUR. Pesquisas devem ser desenvolvidas numa parceria entre os diferentes atores da sociedade, buscando, com isso, a melhoria constante dos produtos turísticos oferecidos no município, onde o empresariado turístico local tem papel fundamental.

Deste modo, a Sr^a. Maria Tereza considera que as parcerias serão, indubitavelmente, as alternativas mais viáveis para que o desenvolvimento turístico do município se concretize, principalmente pelo fato do mesmo ter como base os recursos naturais, requerendo, então, uma preocupação e cuidado muito acurado para não inviabilizar tanto as funções e objetivos do Parque, como o turismo no município, apoiado no respeito ao meio-ambiente.

Sr. ELMO SILVEIRA LESCIO

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Empregados Rurais de Teodoro Sampaio.

Na percepção do Sr. Elmo, apesar da criação do Parque Estadual Morro do Diabo no município de Teodoro Sampaio, a degradação do ambiente é visível, contribuindo para o desaparecimento da fauna local, tão rica anteriormente, mas que aos poucos vai diminuindo, dificultando a visualização de inúmeras aves, anteriormente comuns, no perímetro urbano do município.

Uma das alternativas encontradas, principalmente para os turistas, é visitar alguns empreendimentos localizados em assentamentos, que preservam o ambiente, as tradições e o modo de vida que identificam as suas raízes, possibilitando o convívio com hábitos simples e recursos oriundos do trabalho na terra. Assim, numa iniciativa do Sindicato Rural, tem-se promovido visita de associados ao Morro, assim como o intercâmbio de culturas entre os associados: os trabalhadores da região, quando em período de férias, vão para colônias de férias em outras localidades, especialmente no litoral, enquanto outros sindicatos têm vindo para a região conhecer, especialmente, estas iniciativas dos assentados, promovendo, assim, um fluxo turístico, mesmo que pequeno, mas importante para a região, em especial na Gleba XV e Ribeirão Bonito.

O Sr. Elmo, assim como outros entrevistados, considera o Parque como o ponto de referência, a mola propulsora do turismo na região, principalmente após a sua abertura para a comunidade local, que passou a considerá-lo como uma peça muito importante para o desenvolvimento não apenas da região, mas como uma possibilidade de melhoria de vida para toda a população, em especial, a de Teodoro Sampaio. Destaca, também, a participação de todos os membros do Parque, muitos deles sob constante ameaça no desenvolvimento de suas atividades laborais, como a segurança e fiscalização de toda a área do mesmo.

Sr. JOÃO DIVINO ANSELMO

Vereador de Teodoro Sampaio.

O Vereador João Divino tem acompanhado o desenvolvimento de Teodoro Sampaio a muito tempo, pois chegou ao município junto com as obras da hidrelétrica pela CESP, onde iniciou-se a descoberta do mico-leão-preto na região. O mesmo considera o Parque como o pulmão da região, reivindicando, durante seus mandatos, uma maior participação da comunidade e do poder público municipal na defesa do mesmo, principalmente via conscientização e educação ambiental, pois nas escolas, muitos alunos, inclusive de nível superior, desconhecem o que é o que tem no Parque, exigindo uma maior interação. O Vereador João Divino defende este processo de abertura do Parque, pois apesar deste fato apresentar aspectos positivos e negativos, considera que os impactos positivos são muito superiores aos negativos, envolvendo continuamente a sociedade local.

A abertura do parque, no ponto de vista do Vereador João Divino, tem ocorrido vagarosamente e somente a pouco tempo atrás, sendo necessário que esta abertura seja acompanhada por um processo de educação da comunidade visando diminuir um possível processo de degradação do ambiente e que a divulgação do Parque, assim com a imprensa, tem tido um papel fundamental neste processo.

O Vereador João Divino considera o Parque como o futuro não apenas do município, mas da região, através das atividades turísticas que o mesmo pode atrair, e também através da geração de emprego e renda, pois os recursos oriundos do turismo são bem superiores a outros tipos de atividade produtiva, sendo indispensável valorizar a “pedra preciosa” do município.

Segundo o Vereador, a Câmara Municipal de Teodoro Sampaio tem acompanhado e fiscalizado de perto as atividades exercidas no Parque, até mesmo com ações que atraiam investimentos para o município e o Parque, pois outras atividades exercidas na região já se esgotaram, como a construção de hidrelétricas, a reforma agrária, com cerca de 10 mil assentados na região, sendo o turismo a alternativa para a região, ou a transferência destas pessoas para outras regiões do país.

O investidor terá um papel fundamental para a melhoria da qualidade de vida da população, detendo um potencial para atrair um fluxo muito grande, em especial o Parque, assim como o processo interativo que pode ser adotado no mesmo. As melhorias na infraestrutura turística da região, além de satisfazer as necessidades exigidas pelos turistas, beneficiam, diretamente, a população local, pois estas melhorias são disponibilizadas à comunidade através de ampliação e melhoria na qualidade dos produtos e serviços, pois ficarão na cidade para serem usufruídas pela comunidade.

Outro agente importante para o turismo e o Parque são os assentamentos existentes na região, pois as famílias tendem a crescer com uma conscientização maior, conservando em suas propriedades uma área com mata, preservando o ambiente e o entorno do Parque, pois considerando-no muito importante.

O Vereador João Divino relembra a época das ocupações, onde em alguns restaurantes da cidade podia-se ver a imprensa de grande parte do mundo, com uma divulgação gratuita, e que isto pode ser novamente explorado devido à configuração atual do município, com a coexistência pacífica entre os assentados, o Parque e a população local.

Para finalizar, o Vereador João Divino considera-se feliz com a oportunidade única do município possuir o Parque, com uma administração parceira da comunidade e dos órgãos públicos locais, aberta à discussões e participação dos mais diversos setores da sociedade da região, deixando a porta aberta para que investidores e comunidade possam explorar o grande potencial ecológico da região, pois esta é a marca e a identificação natural do município, que deve ser aproveitado.

Sr. ILVANO PEREIRA DOS SANTOS – VANDO

Guarda-parque do PEMD.

Para o Sr. Ilvano, as pessoas gostam muito de ver mato, represa, lagoas, os bichos, como mico-leão, jacaré, bugio, animais existentes no Parque, e que o mesmo gosta muito de trabalhar em suas atividades de acompanhamento de grupos, atendendo às solicitações que estão à sua disposição e mostrando toda a estrutura existente. O Sr. Ilvano acredita que o pessoas tem uma interação muito grande com o Parque, assumindo uma postura muito mais positiva, pois os casos de lixo jogado pelas trilhas, as bitucas de cigarro no asfalto, o ateamento de fogo no

mato, que já não acontece a algum tempo, isto é, as coisas tem corrido muito bem. Esta nova realidade, acredita o Sr. Ilvano, tem muito a ver com o desenvolvimento do turismo na região, pois atrai pessoas com uma conscientização maior, contribuindo na educação da comunidade.

Quanto a relação da comunidade com o Parque, o Sr. Ilvano considera-a muito importante, comparando esta interação com uma casa, que fica muito triste se não recebe visitas, sendo muito bom atender as pessoas, trazendo muita alegria às atividades normais. Revela, ainda, que deixou até mesmo de beber para poder melhor atender aos turistas, aos grupos de alunos que costumam visitar o Parque, trazendo-lhe um grande benefício e uma grande alegria em exercer esta atividade.

Quanto à população, além do Parque constituir-se num lugar muito aprazível para se visitar, a mata para a população é um remédio, protege a cidade de ventanias, considerando-a abençoada para o município, pois o povo gosta muito. Quando qualquer coisa de ruim acontece no Parque, a comunidade, quando chamada, acode imediatamente.

No que se refere à população de assentados no entorno do Parque, muitos tem uma atitude responsável, especialmente aqueles que tem uma idade mais avançada, que vivem a mais tempo na região, mas existem as pessoas que não costumam contribuir, preferindo beber e fazer baderna, ameaçando, e muito, o Parque.

O Sr. Ilvano assume a sua identificação e dedicação às suas atividades no Parque, procurando sempre fazer o que for possível, mas com muito prazer, pois sente-se totalmente integrado ao mesmo, inclusive chamando para si, muitas vezes, a responsabilidade de proteger e conservar este patrimônio de valor incalculável, que é o Parque Estadual Morro do Diabo, em Teodoro Sampaio, Pontal do Paranapanema.

Como se pode perceber pelas falas de diversos segmentos da comunidade do município de Teodoro Sampaio, a relação existentes entre a mesma e o Parque Estadual Morro do Diabo é de total compromisso, demonstrando que é possível estabelecer uma parceria confiável e frutífera, viabilizando assim o potencial do Parque como uma importante alternativa para contribuir com o desenvolvimento do município, já que as duas partes demonstram interesse neste aspecto, apesar da imagem negativa criada para a região envolvendo movimentos sociais.

O município de Teodoro Sampaio também é conhecido nacionalmente devido à presença do MST – Movimento Sem-Terra, ali sediado. Entretanto, os impactos causados pelos seus integrantes, através de acampamentos e, principalmente, assentamentos, tem sido geralmente

positivos na região, inclusive nas áreas de entorno do PEMD. Assim foram ouvidos alguns atores diretamente envolvidos com e no MST com o objetivo de checar as implicações relacionadas ao meio ambiente e seus possíveis impactos à área do Parque e ao desenvolvimento do turismo da região.

ANEXOS

ANEXO 1: Formulário de inscrição CST.

Fonte: www.turismo-sostenible.co.cr



1.

2. Formulario de inscripción

Declaración Jurada y su Legislación

1) [Declaración Jurada](#): deberá estar protocolarizada por un Notario Público y entregarla en la Secretaría Técnica del Programa, en Oficinas Centrales del I.C.T., ubicado costado este del Puente Juan Pablo II, en La Uruca.

2) Legislación Vigente: [Ley Zona Marítimo Terrestre](#), [Ley de Conservación de Vida Silvestre](#), [Ley Patrimonio Nacional](#), [Ley del Ambiente](#).

Para ver los documentos descargados usted necesita tener instalado [Adobe Acrobat Reader](#), el cual puede descargar desde el sitio de [Adobe](#).

Para cualquier información adicional, favor comunicarse con el Departamento Programas de Sostenibilidad del I.C.T., al teléfono (506) 299-5800, ext. 346 ó 371, (506) 291-5740, facsímil (506) 231-0311

Información general

Nombre del hotel:

Nombre de la sociedad anónima:

Persona encargada:

Telefono:

Fax:

Correo Electrónico:

Dirección del sitio web del hotel:

Provincia:

Cantón:

Dirección exacta:

Apartado Postal:

Información sobre el hotel

Número de licencia del ICT:

Número de habitaciones:

Categoría actual de estrellas:

Propietario o Gerente:

Si desea enviarnos este formulario por correo, por favor imprímalo y fírmelo aquí:
(Su Firma) _____

Favor enviar esta boleta al Instituto Costarricense de Turismo, Departamento de Turismo Sostenible, Apartado 777-1000, San José, Costa Rica.

[[Regresar a la Portada](#)]

El Programa C.S.T fue desarrollado por el Depto.
Programas de Sostenibilidad del I.C.T. y la Comisión Nacional
de Acreditación



Marca Registrada, Licencia No 54321, Clase 41 No 6603-98, Clase 42 No 6604-98.

Este sitio fue creado gracias al
apoyo de:

[PROARCA/CAPAS](#)

CCAD - USAID

Desarrollo:

[Fundación Acceso](#)

©1999-2003 Certificación para la Sostenibilidad
Turística (CST)

info@turismo-sostenible.co.cr

Teléfono: (506) 299-5800, ext. 346 ó 3716,
(506) 291-5740

Facsimil: (506) 231-0311
Apartado postal: 777-1000
San José, Costa Rica

Este sitio está actualizado continuamente.
Última modificación: 11/Octubre/2004

ANEXO 2: Guia de aplicação do CST

Fonte: www.turismo-sostenible.co.cr



Entorno Físico Biológico

1. Políticas y programas

1.1 La empresa identifica y monitorea los impactos ambientales negativos causados o que es posible causar en su actividad, mediante un registro escrito.

Ponderación: 1 sí no ?

1.2 La empresa ha diseñado planes específicos para mitigar o eliminar impactos negativos o para actuar en caso de emergencia.

Ponderación: 1 sí no ?

1.3 La empresa participa continuamente en programas de mejora ambiental en las zonas aledañas o en otras regiones del país.

Ponderación: 2 sí no ?

1.4 La empresa forma parte de organizaciones , regionales o locales que trabajan activamente sobre la problemática ambiental y social.

Ponderación: 2 sí no ?

2. Emisiones y desechos

2.1 La empresa mantiene un estricto control periódico, en forma de registro, sobre la composición y calidad de sus aguas residuales .

Ponderación: 1 sí no ?

2.2 La empresa cuenta con la certificación de la calidad de aguas servidas emitido por el Departamento de Control Ambiental del Ministerio de Salud.

Ponderación: 2 sí no ?

2.3 La empresa tiene funcionando un sistema de tratamiento de aguas residuales, para evitar su disposición en crudo hacia las aguas nacionales.

Ponderación: 3 sí no n/a ?

2.4 Las aguas servidas, de calidad aceptada, se disponen sin producir alteraciones en el medio ambiente.

Ponderación: 1 sí no ?

- 2.5 Las aguas servidas de calidad aceptada se están reutilizando apropiadamente.
Ponderación: 2 sí no n/a ?
- 2.6 Las aguas de lluvia son manejadas y evacuadas por medio de sistemas que no implican ninguna forma de alteración en el medio
Ponderación: 1 sí no ?
- 2.7 Cualquier fuente de contaminación por emisiones en los alrededores del establecimiento, debe estar denunciada ante las autoridades competentes.
Ponderación: 2 sí no n/a ?
- 2.8 Se han rotulado zonas contaminadas para advertir sobre riesgos o peligros
Ponderación: 1 sí no n/a ?
- 2.9 El hotel está participando activamente en el programa Bandera Azul Ecológica, en zonas costeras.
Ponderación: 3 sí no n/a ?

3. Areas verdes

- 3.1 En el área de jardines la vegetación está compuesta, en forma, predominante, por especies nativas de la región
Ponderación: 2 sí no n/a ?
- 3.2 Las especies introducidas de carácter ornamental, no se están propagando hacia otras regiones del entorno.
Ponderación: 1 sí no n/a ?
- 3.3 Las principales especies arbóreas están debidamente identificadas con su nombre local y nombre científico.
Ponderación: 1 sí no n/a ?
- 3.4 Se mantiene por escrito una pequeña reseña ilustrativa para efectos divulgativos, sobre las especies en las áreas verdes.
Ponderación: 1 sí no ?
- 3.5 Para el mantenimiento de las áreas verdes, se utilizan medios naturales evitando el uso de abonos químicos, plaguicidas y herbicidas.
Ponderación: 2 sí no ?

4. Areas naturales

4.1 La empresa incentiva a sus clientes a visitar las áreas protegidas del país.

Ponderación: 1 sí no ?

4.2 La empresa mantiene información detallada sobre áreas naturales de interés turístico para sus clientes.

Ponderación: 1 sí no ?

4.3 La empresa conoce y cumple con la política de manejo estipulada para realizar actividades turísticas en áreas naturales y la divulga a los clientes.

Ponderación: 2 sí no ?

4.4 El hotel tiene su propia área de reserva natural.

Ponderación: 2 sí no ?

4.5 La reserva natural propiedad del hotel se está manejando adecuadamente.

Ponderación: 1 sí no n/a ?

4.6 La empresa participa o apoya el mantenimiento y manejo de alguna área protegida sea estatal o privada .

Ponderación: 3 sí no ?

5. Protección flora y fauna

5.1 El hotel promueve, mediante acciones específicas, la no extracción de plantas o animales silvestres por parte de los turistas o de cualquier otra persona.

Ponderación: 1 sí no ?

5.2 El hotel demuestra su resolución de evitar toda comercialización de especies o productos de flora y fauna vedados por la ley.

Ponderación: 2 sí no ?

5.3 No se mantienen especies animales silvestres en cautiverio.

Ponderación: 1 sí no ?

5.4 La empresa desarrolla actividades para evitar la alimentación (artificial) directa o indirecta a los animales silvestres.

Ponderación: 1 sí no n/a ?

5.5 La iluminación artificial externa no causa perturbaciones o alteraciones en el medio natural o cambios en el comportamiento de los animales.

Ponderación: 1 sí no ?

5.6 Las fuentes generadoras de ruido se encuentran alejadas o bien aisladas de sitios donde puedan causar alteraciones en el medio.

Ponderación: 1 sí no ?

Planta de Servicio

6. Formulación de políticas

6.1 La empresa ha establecido su misión y diseñado una política de sostenibilidad para el hotel.

Ponderación: 1 sí no ?

6.2 La empresa ha confeccionado un documento para divulgar y hacer de conocimiento general los alcances de su política de sostenibilidad.

Ponderación: 1 sí no ?

6.3 Los empleados del hotel conocen los alcances de la misión y las políticas para la sostenibilidad.

Ponderación: 2 sí no ?

6.4 La empresa tiene un manual en el que se definen los objetivos de su plan de sostenibilidad y se incluyen los programas generales a desarrollar.

Ponderación: 1 sí no ?

6.5 La empresa mantiene un registro de acciones propuestas y avance sobre el cumplimiento de los objetivos del plan de sostenibilidad.

Ponderación: 1 sí no ?

7. Consumo de agua

7.1 El consumo de agua es monitoreado continuamente por medio de medidores .

Ponderación: 1 sí no ?

7.2 Existe en el hotel un registro de datos de consumo general o por estación de servicio o por habitación.

Ponderación: 1 sí no ?

7.3 Existe un plan en el cual se estipulan las metas de ahorro de agua que el establecimiento se ha planteado.

Ponderación: 1 sí no ?

7.4 Existe en la empresa un responsable y un cronograma de ejecución de actividades para el

ahorro de agua que es conocido por todos los empleados.

Ponderación: 2 sí no ?

7.5 La empresa está implementando una campaña para el ahorro de agua, dirigida a huéspedes y empleados.

Ponderación: 2 sí no ?

7.6 Existe un programa sobre verificación de fugas de agua en las tuberías del hotel para lo cual se hacen revisiones periódicas y se lleva un registro de ubicación y reparación.

Ponderación: 1 sí no ?

7.7 La empresa utiliza dispositivos para el ahorro de agua en grifos y duchas y otros .

Ponderación: 2 sí no ?

7.8 La empresa cuenta con un análisis actualizado bimensualmente de calidad de agua y hielo para consumo humano extendido por un ente autorizado.

Ponderación: 3 sí no ?

7.9 La empresa hace análisis periódicos para asegurar la calidad del agua de la piscina y esto está documentado.

Ponderación: 3 sí no n/a ?

7.10 La empresa cuenta con algún sistema para suministrar cloro a la piscina a lo largo del día.

Ponderación: 1 sí no n/a ?

7.11 Se utiliza un tratamiento para el agua de la piscina que no requiere la adición de químicos como cloro o alguicidas.

Ponderación: 2 sí no n/a ?

8. Consumo de energía

8.1 El consumo de energía es monitoreado continuamente por medio de medidores.

Ponderación: 1 sí no ?

8.2 Existe un registro cronológico y analisis estadístico mensuales sobre los datos de consumo general o por estación de servicio o por habitación (huesped).

Ponderación: 1 sí no ?

8.3 Existe un plan en el cual se estipulan las metas de ahorro de energía que el establecimiento se ha planteado.

Ponderación: 1 sí no ?

- 8.4 Existe en la empresa un responsable y un cronograma de ejecución de actividades para el ahorro de energía que es conocido por todos los empleados.
Ponderación: 1 sí no ?
- 8.5 La empresa está utilizando al máximo la iluminación natural .
Ponderación: 1 sí no ?
- 8.6 Existe un programa de mantenimiento preventivo para todos los equipos e instalaciones eléctricas del hotel.
Ponderación: 2 sí no ?
- 8.7 Se promueve el apagado de luces cuando su uso no es estrictamente necesario.
Ponderación: 1 sí no ?
- 8.8 El establecimiento está utilizando sistemas de iluminación eficientes con los que se cubre al menos el 80% de las necesidades del hotel.
Ponderación: 2 sí no ?
- 8.9 La empresa utiliza nuevas tecnologías para el ahorro de energía en iluminación, refrigeración y otros (apagado automático, interruptores de presencia, desactivado de circuitos, etc).
Ponderación: 2 sí no ?
- 8.10 La empresa está utilizando algún sistema de energía alternativa (celdas fotovoltaicas u otros sistemas solares por ejemplo) para iluminación.
Ponderación: 3 sí no ?
- 8.11 La empresa está utilizando fuentes de energía alternativa para el calentamiento o precalentamiento de agua, bombeo u otras .
Ponderación: 3 sí no ?
- 8.12 Los tanques de agua caliente y las tuberías expuestas (internas cuando sea posible) están recubiertos con material aislante para evitar pérdidas de calor.
Ponderación: 1 sí no ?
- 8.13 La empresa utiliza la ventilación natural, reflexión de luz y calor, sombra natural y otros para procurar un ambiente agradable.
Ponderación: 1 sí no ?
- 8.14 Se está haciendo uso de nuevas tecnologías para aumentar la eficiencia en el sistema de aire acondicionado y refrigeración.
Ponderación: 2 sí no n/a ?

8.15 Se observa un estricto programa de control de fugas de aire y de gas en los sistemas de refrigeración y aire acondicionado.

Ponderación: 1 sí no n/a ?

8.16 La empresa utiliza equipo eléctrico eficiente para cubrir al menos el 50% de las necesidades del hotel.

Ponderación: 2 sí no ?

8.17 En la lavandería, se aprovecha el calor solar para el secado de la ropa, en áreas debidamente acondicionadas para este propósito.

Ponderación: 2 sí no n/a ?

9. Consumo de productos

9.1 Existe una política de compras y utilización de productos, de toda índole, para el hotel en el que se observan criterios ambientales y sociales

Ponderación: 1 sí no ?

9.2 Los empleados conocen las directrices de la políticas de compra del hotel.

Ponderación: 2 sí no ?

9.3 El hotel tiene un manual de proveedores por medio de los cuales se asegura el cumplimiento de las normas sociales y ambientales del plan de compras

Ponderación: 1 sí no ?

9.4 En el establecimiento no se utilizan ni se venden productos que tengan contraindicaciones ambientales.

Ponderación: 1 sí no ?

9.5 No menos del 50% de los materiales impresos, incluyendo los de promoción e información, se imprimen en papel reciclado y blanqueado sin cloro.

Ponderación: 2 sí no ?

Alimentos y bebidas

9.6 De preferencia, el hotel está utilizando productos frescos para preparar y servir alimentos.

Ponderación: 1 sí no ?

9.7 La empresa se provee de fuentes de agricultura orgánica debidamente certificada.

Ponderación: 3 sí no n/a ?

- 9.8 En el menú se ofrecen platillos de comidas nacionales o regionales
Ponderación: 2 sí no ?
- 9.9 Los productos en conserva necesarios se compran en envases grandes y se prefieren los envases de vidrio o los de metal reciclable.
Ponderación: 1 sí no ?
- 9.10 Como norma, el hotel tiene la política de reusar o intercambiar envases y para tal efecto tiene proveedores que prestan efectivamente este servicio.
Ponderación: 2 sí no ?
- 9.11 Se utilizan envases rellenables o reutilizables para servir comidas tales como recipientes para mantequilla, mermelada, miel, azúcar, salsas, etc.
Ponderación: 2 sí no n/a ?
- 9.12 En la cocina, el comedor o en el bar, se utiliza menaje y accesorios de uso prolongado evitando así productos de un solo uso o desechables como vajilla de cartón, plástico o aluminio y otros.
Ponderación: 2 sí no n/a ?

Limpieza y cosméticos

- 9.13 La empresa utiliza productos de limpieza biodegradables, sin componentes corrosivos o tóxicos.
Ponderación: 1 sí no ?
- 9.14 Los detergentes para lavar vajillas y lavadoras de ropa no contienen fosfatos ni sustancias para abrillantar o blanquear.
Ponderación: 1 sí no ?
- 9.15 El jabón y otros productos cosméticos para el uso de clientes y empleados son biodegradables.
Ponderación: 1 sí no ?
- 9.16 Se utilizan productos de limpieza y productos cosméticos en empaques biodegradables, reciclables o reutilizables .
Ponderación: 1 sí no ?
- 9.17 Para el suministro de productos cosméticos en las habitaciones y lavabos se emplean dosificadores o dispensadores.
Ponderación: 2 sí no ?
- 9.18 Se dispone adecuadamente, reciclando o reutilizando, los desechos de productos

cosméticos como jabón, champú y otros .
Ponderación: 2 sí no n/a ?

10. Manejo de desechos

- 10.1 La producción de desechos sólidos, en cuanto a cantidad y composición, es monitoreada continuamente.
Ponderación: 1 sí no ?
- 10.2 Existe un registro de los datos de producción general de desechos o por estación de servicio o por habitación (huesped).
Ponderación: 1 sí no ?
- 10.3 Existe un plan en el cual se estipulan las metas de reducción en la cantidad de desechos que el establecimiento se ha planteado.
Ponderación: 1 sí no ?
- 10.4 Existe en la empresa un responsable y un cronograma de ejecución de actividades para la reducción de desechos que es conocido por todos los empleados.
Ponderación: 1 sí no ?

Desechos orgánicos

- 10.5 Se utilizan basureros adecuados para el depósito y manejo de desechos orgánicos.
Ponderación: 1 sí no ?
- 10.6 Los desechos orgánicos producidos en el hotel son utilizados en un programa de compostaje u otra aplicación apropiada.
Ponderación: 2 sí no n/a ?

Desechos inorgánicos

- 10.7 La empresa dispone de recipientes adecuados para la separación de la basura (aluminio, plástico, vidrio y papel)
Ponderación: 2 sí no ?
- 10.8 El personal de limpieza de habitaciones separa la basura cuando el cliente no lo hace.
Ponderación: 2 sí no ?
- 10.9 Existe un sitio acondicionado en el cual se realiza la separación final de los desechos.
Ponderación: 1 sí no ?
- 10.10 El hotel participa en un programa de reciclaje al cual se envían los desechos debidamente

clasificados.

Ponderación: 3 sí no **?**

Disposición final

10.11 Los desechos sólidos generados por la empresa son almacenados apropiadamente antes de su recolección final.

Ponderación: 2 sí no **?**

10.12 La empresa verifica y garantiza que la recolección, y disposición final de los desechos se hace en forma eficiente.

Ponderación: 1 sí no **?**

11. Capacitación

11.1 Todos los empleados reciben información y conocen la política de sostenibilidad de la empresa.

Ponderación: 2 sí no **?**

11.2 Existe un programa de capacitación dirigido a los empleados, de acuerdo a sus funciones.

Ponderación: 1 sí no **?**

11.3 Como resultado de la capacitación los empleados conocen y participan activamente de las iniciativas y programas de caracter ambiental de la empresa

Ponderación: 2 sí no **?**

11.4 Los empleados del hotel participan periódicamente en reuniones en las que se discuten aspectos relacionados con la sostenibilidad.

Ponderación: 1 sí no **?**

11.5 La empresa desarrolla una estrategia de motivación que reconoce e incentiva las iniciativas viables para el programa

Ponderación: 2 sí no **?**

11.6 La empresa cuenta con un programa de evaluación y control de los resultados de los programas de capacitación

Ponderación: 1 sí no **?**

Cliente Externo

12. Comunicación y participación.

12.1 Se brinda al cliente información histórico-cultural y ecológica del sitio donde está el hotel.

Ponderación: 1 sí no ?

- 12.2 La empresa tiene un programa de información a los huéspedes sobre su compromiso de cumplimiento del programa de CST y sus objetivos.

Ponderación: 2 sí no ?

- 12.3 La empresa declara bajo juramento que toda la información contenida en su material promocional es estrictamente veraz.

Ponderación: 1 sí no ?

- 12.4 El material promocional de la empresa hace referencia y promueve los objetivos del CST.

Ponderación: 1 sí no ?

- 12.5 Se informa y motiva al cliente para que participe en los diferentes programas del CST que el hotel esté desarrollando

Ponderación: 2 sí no ?

- 12.6 Se brinda información a los huéspedes sobre las acciones de protección del medio ambiente que se desarrollan en la región

Ponderación: 2 sí no ?

- 12.7 Se brinda información sobre actividades socioculturales que se están desarrollando en la región

Ponderación: 2 sí no ?

13. Acondicionamiento de la habitación.

- 13.1 La habitación cuenta con la información y facilidades necesarias para que el cliente pueda hacer separación de las basuras.

Ponderación: 3 sí no ?

- 13.2 La habitación cuenta con la información y facilidades necesarias para que el cliente pueda ahorrar agua y energía

Ponderación: 1 sí no ?

- 13.3 Se implementan programas específicos como retardo para el cambio de toallas, ropa de cama, y otros.

Ponderación: 3 sí no ?

- 13.4 El establecimiento ofrece suficientes zonas y habitaciones debidamente señalizados para fumadores y condiciones para aminorar la contaminación del aire.

Ponderación: 1 sí no ?

14. Manejo de grupos.

14.1 Se incentiva y orienta a los clientes para la visita a diferentes áreas naturales protegidas u otros atractivos naturales.

Ponderación: 1 sí no ?

14.2 La empresa cuenta con personal especializado que puede guiar y brindar información detallada a los clientes.

Ponderación: 1 sí no ?

14.3 La empresa ha desarrollado un programa efectivo para motivar al cliente a ayudar en la limpieza, mantenimiento y conservación de las áreas visitadas.

Ponderación: 2 sí no ?

14.4 El cliente tiene información de como conducirse y sobre sus responsabilidades en los sitios que visita

Ponderación: 2 sí no ?

14.5 Los tours y actividades generales que realiza o vende el hotel, promueven la interacción constructiva entre el huésped, la comunidad y la naturaleza.

Ponderación: 1 sí no ?

15. Medición de la respuesta.

15.1 La empresa analiza las opiniones de los clientes sobre el CST, en un formulario debidamente diseñado al efecto.

Ponderación: 2 sí no n/a ?

15.2 Se comunica al ICT y la comisión del CST los resultados de las encuestas hechas a los clientes al menos cada 6 meses.

Ponderación: 1 sí no n/a ?

15.3 El cliente dispone de un formulario para hacer comentarios o quejas sobre el programa CST y en general sobre el funcionamiento del hotel.

Ponderación: 2 sí no ?

15.4 El hotel ha diseñado y puesto en ejecución algún tipo de garantía, fácilmente ejecutable, para el cliente con relación a los servicios ofrecidos y a los resultados del CST.

Ponderación: 3 sí no ?

Entorno Socioeconómico

16. Beneficios económicos directos.

16.1 La empresa utiliza personas de la localidad para cubrir más del 60% de las necesidades de personal.

Ponderación: 3 sí no **?**

16.2 La empresa imparte los cursos de capacitación necesarios para que las personas de la localidad puedan ocupar efectivamente puestos de trabajo en el hotel.

Ponderación: 2 sí no **?**

16.3 La empresa utiliza personas del ámbito comunal o nacional para trabajar en el nivel administrativo o gerencial.

Ponderación: 1 sí no **?**

16.4 La empresa contribuye y apoya la formación de recursos humanos para actividades complementarias del turismo.

Ponderación: 1 sí no **?**

16.5 Los recursos humanos locales capacitados de la forma anteriormente planteada, o parte de ellos, son empleados o contratados por el hotel.

Ponderación: 1 sí no **?**

16.6 No se contrata personal de forma ilegal o por debajo de condiciones mínimas

Ponderación: 2 sí no **?**

16.7 La oferta de trabajo del hotel no está generando situaciones indeseables en la comunidad

Ponderación: 2 sí no **?**

17. Beneficios económicos indirectos.

17.1 Por medio de material promocional se informa sobre las actividades recreativas manejadas por organizaciones comunales o empresas locales.

Ponderación: 1 sí no **?**

17.2 A través de material promocional se informa sobre actividades benéficas que se desarrollan en la comunidad.

Ponderación: 1 sí no **?**

17.3 La empresa participa activamente contribuyendo al desarrollo de actividades deportivas, artísticas, culturales.

Ponderación: 2 sí no **?**

- 17.4 La empresa aprovecha y promueve el uso y consumo de insumos producidos a nivel local.
Ponderación: 2 sí no ?
- 17.5 En la tienda del hotel se venden artesanías y productos característicos de la zona y fabricados por personas o empresas locales.
Ponderación: 3 sí no n/a ?
- 17.6 Para adornos del hotel y de las habitaciones se utilizan artesanías u otro tipo de manifestaciones artísticas producidas local, regional o nacionalmente.
Ponderación: 3 sí no ?
- 17.7 La empresa tiene programas específicos que promueven el turismo nacional en los que se ofrecen facilidades y tarifas reducidas.
Ponderación: 1 sí no ?
- 17.8 La empresa apoya o tiene una relación comercial o de apoyo permanente con al menos una microempresa regional o nacional, de carácter turístico o no, con la cual colabora.
Ponderación: 3 sí no ?
- 17.9 La tecnología, materiales y equipo aplicados por la empresa son producidos localmente o cuentan con un importante componente nacional.
Ponderación: 1 sí no ?
- 17.10 La empresa facilita transporte terrestre o marítimo a personas de la comunidad con frecuencia o en casos de emergencia.
Ponderación: 1 sí no n/a ?

18. Contribución al desarrollo cultural.

- 18.1 En la promoción de la empresa se integran los elementos culturales de la región y de las comunidades locales.
Ponderación: 1 sí no ?
- 18.2 Se ha destinado un espacio en el hotel donde las organizaciones comunales puedan expresar, previa autorización del hotel, sus proyectos e iniciativas de interés turístico.
Ponderación: 2 sí no ?
- 18.3 La empresa facilita el uso de sus instalaciones para reuniones o encuentros comunales para tratar asuntos importantes de la comunidad.
Ponderación: 2 sí no ?

18.4 El hotel promociona e incentiva manifestaciones y actividades culturales.

Ponderación: 1 sí no **?**

18.5 El hotel prohíbe el uso y promoción de actividades de comercio sexual, prostitución, expendio de drogas u otros problemas sociales.

Ponderación: 3 sí no **?**

18.6 La empresa establece acciones practicas que desincentivan el acoso sexual y promueven la igualdad de oportunidades para ambos sexos.

Ponderación: 1 sí no **?**

18.7 Los rótulos dedicados a la orientación y promoción de la empresa no interfieren con el medio cultural, social o ambiental.

Ponderación: 1 sí no **?**

19. Contribución en salud

19.1 Los requerimientos de servicios básicos del hotel no están comprometiendo los de las comunidades cercanas.

Ponderación: 2 sí no n/a **?**

19.2 El hotel participa como facilitador en los programas preventivos del Sector Salud.

Ponderación: 1 sí no **?**

19.3 El control de plagas se lleva a cabo con sustancias y procedimientos que no afectan a los clientes, los trabajadores, a los vecinos, fauna silvestre y el ambiente.

Ponderación: 1 sí no **?**

20. Infraestructura y seguridad

20.1 La empresa ha realizado o realiza contribuciones económicas o en especie a la comunidad para obras específicas de infraestructura o su mantenimiento.

Ponderación: 3 sí no **?**

20.2 La empresa aplica sus influencias y conocimientos en apoyo a la solución de los problemas de infraestructura de las comunidades

Ponderación: 1 sí no **?**

20.3 La empresa se involucra para integrar asociaciones o comités que trabajen en pro de mejoras para la localidad donde opera.

Ponderación: 2 sí no **?**

20.4 El hotel apoya los programas de seguridad turística que se estén desarrollando

Ponderación: 2 []sí []no ?

20.5 El hotel tiene y respeta un código de ética en beneficio de la moral y la seguridad.

Ponderación: 3 []sí []no ?

20.6 El hotel ejecuta acciones prácticas para garantizar la seguridad de los turistas y empleados

Ponderación: 1 []sí []no ?

20.7 La empresa cuenta con un plan para actuar en caso de desastres naturales o emergencias.

Ponderación: 2 []sí []no ?

[[Regresar a la Portada](#)]

El Programa C.S.T fue desarrollado por el Depto.
Programas de Sostenibilidad del I.C.T. y la Comisión Nacional
de Acreditación



Marca Registrada, Licencia No 54321, Clase 41 No 6603-98, Clase 42 No 6604-98.

Este sitio fue creado gracias al apoyo
de:

[PROARCA/CAPAS](#)

[CCAD - USAID](#)

Desarrollo:
[Fundación Acceso](#)

©1999-2003 Certificación para la Sostenibilidad Turística
(CST)

info@turismo-sostenible.co.cr

Teléfono: (506) 299-5800, ext. 346 ó 3710,
(506) 291-5740
Facsimil: (506) 231-0311
Apartado postal: 777-1000
San José, Costa Rica

Este sitio está actualizado continuamente.
Ultima modificación: 11/Octubre/2004

ANEXO 3: Solicitação de inscrição ao Programa Geen Deal

Fonte: www.greendeal.org

Solicitud de Certificación del Programa Green Deal

La información brindada en esta solicitud está considerada confidencial por los empleados y funcionarios de Green Deal.

1. Sobre la Operación Candidata:

1.1 Nombre comercial de la empresa u organización:

1.2 Nombre legal de la empresa o propietario:

1.3 Nombre de la persona de contacto. (Debe ser una persona con poder de decisión en la empresa.)

1.4 Cargo de la persona de contacto:

1.5 Año en que inicio labores su empresa:

1.6 Ubicación física de las instalaciones de la empresa:

1.7 Ubicación física de las operaciones de la empresa:

1.8 Dirección Postal:

1.9 Teléfono(s):

1.10 Número de Fax:

1.11 Correo Electrónico:

1.12 Sitio Web:

1.13 Número de empleados:

1.14 Número de clientes anuales:

1.15 De ser Hotel, con cuantas habitaciones cuenta:

1.16 De ser Restaurante, cuál es su capacidad máxima?

Tour Operador

Restaurante

Empresa Comunitaria

Hotel

1.17 Tipos de actividades turísticas (favor de indicar todos los que apliquen):

Agencia de Viajes

Transporte turístico

Otro

1.18 Costo promedio de los servicios ofrecidos por cliente:

2. Datos relacionados con el tipo de operación y los servicios que ofrece:

Por favor sea lo mas especifico posible al proporcionar la siguiente información; esto nos

permitirá evaluar adecuadamente su solicitud, y conocer el tamaño y complejidad de su operación.

2.1 Cuales productos y servicios quiere certificar?

Toda la empresa

(Describa productos y/o Servicios)

Sólo los siguientes productos y servicios

2.2 De haber contestado la opción dos en la pregunta anterior ¿Esta usted dispuesto a elaborar materiales promocionales acerca de sus productos y servicios, separando los certificados de los no certificados? (Marque si ó no, si fuese su caso ó N/A si su respuesta fue que quiere certificar a toda la empresa)

SI NO N/A

2.3 ¿Cuales recursos ecológicos, arqueológicos, culturales o históricos se encuentran dentro o en los alrededores de las áreas donde presta sus servicios?

2.4 Green Deal™ requiere reevaluaciones anuales. ¿Está usted dispuesto a proporcionar toda la información necesaria acerca de su movimiento operacional durante cada nuevo periodo?

SI NO

3. ¿Cuáles son las razones que le han motivado a solicitar la certificación Green Deal?

- Reducir costos de operación
- Mejorar imagen de la empresa
- Protección del ambiente
- Protección de recursos culturales
- Mejorar competitividad
- Exigencia de mayoristas
- Participar en promoción conjunta
- Mejorar imagen de la región

Otro (especifique)

Enviar

Borrar

Favor adjuntar copia del material promocional con el que cuente su empresa, así como también, copia del Acta Constitutiva que registra legalmente a la empresa.

Asociación Alianza Verde
Castillo de Arismendi (CINCAP)
Parque Central, Ciudad Flores, Petén Guatemala
Telefax: + (502) 926-0718 / 979-0448
E-mail: certificacion@greendeal.org
Internet: www.greendeal.org

ANEXO 4: Guia de aplicação para certificação

“SMART VOYAGER”

Fonte: www.smartvoyager.org.ec

CONSERVACION & DESARROLLO
RAINFOREST ALLIANCE

Programa de Certificación Ambiental para Embarcaciones
Turísticas en las Islas Galápagos
“SMART VOYAGER”
Aplicación para Certificación

SECCIÓN 1: INFORMACIÓN GENERAL SOBRE EL INTERESADO

- 1.1 Nombre de la embarcación: _____
 1.2 Nombre de la empresa: _____
 1.3 Nombre de la persona física o jurídica: _____
 1.4 Calidades: _____
 1.5 Cédula Jurídica: _____
 1.6 Dirección Postal: _____
 1.7 Teléfono / fax: _____
 1.8 Correo electrónico: _____
 1.9 Capitán (es) a cargo: _____
 1.10 Encargado Dpto. De Medio Ambiente: _____
 1.11 Representante Legal: _____

SECCIÓN 2: INFORMACIÓN DE LA EMBARCACIÓN

- 2.1 Fecha de fabricación: _____
 2.2 Longitud: _____
 2.3 Toneladas: _____
 2.4 Velocidad: _____
 2.5 Capacidad de pasajeros: _____
 2.6 Capacidad de la tripulación: _____
 2.7 Certificados de Navegación: _____
 2.8 Certificados de seguridad: _____
 2.9 Otros certificados: _____
Describe el certificado y las fechas de caducidad correspondientes

Certificado	Fecha de Caducidad

2.10 Uso/ Servicio / Tráfico: _____
 2.11 Equipo electrónico: _____

 2.12 Clasificación: _____

**SECCIÓN 3: DESCRIPCION DE LA INFRAESTRUCTURA DE SOPORTE PARA
LA OPERACIÓN DE LA EMPRESA AUDITADA (BODEGAS DE TIERRA)**
INFORMACION ACERCA DE LOS TRABAJADORES Y SUS CONDICIONES LABORALES

3.1 Infraestructura de soporte para la operación:

Bodegas de tierra

Señale con una X las facilidades con las que cuentan sus instalaciones en tierra:

áreas de bodega para

- combustibles y lubricantes
 - alimentos
 - productos de limpieza
 - alimentos
 - ropa de cama
- materiales varios
- pinturas

3.2 Descripción de la fuerza laboral:

Total de trabajadores permanentes _____ Hombres _____ Mujeres _____

Total de trabajadores temporales _____ Hombres _____ Mujeres _____

3.3 Los empleados tanto de tierra como de a bordo tienen acceso a (marque los que aplican):

- Garantías laborales Programas de salud ocupacional Vivienda
- Transporte Educación Servicios médicos
- Agua potable Electricidad Alcantarillado sanitario
- Otros: _____

3.4 Los trabajadores tienen derecho a asociarse en:

- Sindicatos Asociaciones solidaristas Comités
- Asociaciones de Desarrollo Otros: _____

3.4.1 ¿Los trabajadores reciben cursos de capacitación? Si su respuesta es afirmativa, debe indicar unos ejemplos de los temas de los cursos, beneficiarios y frecuencia de los mismos.

ANEXO 5: Formulário de inscrição ao PCTS

Fonte: www.pcts.org.br

MEIOS DE HOSPEDAGEM

INFORMAÇÕES DO ESTABELECIMENTO

Tipo: **outro:**

Outras características:

Número de Unidades Habitacionais(quartos):

Quantidade de leitos:

Quantidade de empregados:

Categoria Guia 4 Rodas: **Sim** **Não**

Classificação Embratur/ABIH: **Sim** **Não**

**cidade-
acesso/gateway:**

* Designação que se dá a uma cidade que serve de acesso a uma região, por possuir uma localização privilegiada e condições ideais de infraestrutura (ex. aeroporto, rodoviária, rodovia e porto marítimo) .

INFORMAÇÕES EMPRESARIAIS

Razão Social: **Inauguração:** / /

Nome fantasia:

Proprietário/a:

Endereço: **Complemento:**

Bairro: **Cidade:** **Estado:**

País: **CEP:** -

CNPJ: . . / -

Inscrição Embratur: **Sim** **Não**

Telefones

Telefone 1: () - **Telefone 2:** () -

Fax: () - **Celular:** () -

Endereços Eletrônicos

E-mail 1 : **E-mail 2:**

Website:

ASSOCIAÇÕES, PROGRAMAS DE GESTÃO E CERTIFICAÇÃO

Associações e outras entidades de classe a que é afiliado:

- ABIH
 ABAV
 ABRASEL
 Outro

O estabelecimento participa de algum programa ou iniciativa nas áreas ambiental, sócio-econômica ou da qualidade?

- roteiro de charme
 hóspedes da natureza
 Outro

O estabelecimento possui alguma certificação ?

- NBR ISO 9001
 NBR ISO 14001
 SA 8.000
 OHSAS 18.000
 Segurança de Alimentos (Pessoas/ IH)
 Segurança de Alimentos (APPCC)
 Certificação da Qualidade Profissional(IH)
 Outros

O empreendimento está interessado em:

- Receber mais notícias sobre o Programa de Certificação em Turismo Sustentável
 Implementar as Normas em Turismo Sustentável
 Participar do Programa de Assistência Técnica para Pequenas e Médias Empresas, visando a implementação das Normas e Certificação em Turismo Sustentável
 Se comprometer a implementar as Normas do PCTS e participar do Programa Promocional em âmbito nacional e internacional

Outras considerações:

DADOS DO INFORMANTE

Nome:

Cargo ou função:



CBTS

H Instituto de
Hospitalidade

ANEXO 6: Indicadores de sustentabilidade PCTS

Fonte: www.ih.org.br

Indicadores de sustentabilidade PCTS

Indicadores	
Dimensão	Indicador
Ambiental	Consumo de água /Hóspede (Noite)
	Consumo de energia/Hóspede (Noite)
	Geração de resíduo /Hóspede (Noite)
	% do faturamento bruto aplicado em iniciativas ambientais
Sócio - cultural	% mão de obra local
	% do faturamento bruto aplicado em iniciativas sócio-culturais
	Quantidade de horas de treinamento/ colaborador (H/h)
	% de rotatividade da mão de obra
Econômica	% de satisfação do cliente
	Índices de Acidentes (sem afastamento e com afastamento)
	Taxa de ocupação
	Taxa de ocupação (<i>break even point</i>)

Fonte: Instituto de Hospitalidade, CTI/06, agosto de 2004.

ANEXO 7: Decreto nº 12.279 de 29 de outubro de 1941

Fonte: Diário Oficial do Estado de São Paulo

DECRETO N. 12.279, DE 29 DE OUTUBRO DE 1941

Declara reservado o imóvel situado no Distrito de Paz de Presidente Epitácio, Município e Comarca de Presidente Venceslau, necessário à conservação da flora e fauna do Estado.

O DOUTOR FERNANDO DE SOUZA COSTA, Intervenitor Federal no Estado de São Paulo, usando de suas atribuições, de conformidade com o inciso I, artigo 7.º do Decreto-lei Federal n. 1.202, de 8 de abril de 1939,

Decreta:

Artigo 1.º — Fica declarada reservada, nos termos do artigo 3.º, n. 3, do Decreto Estadual n. 6.473, de 30 de maio de 1934, avigorado pelo Decreto-lei Estadual n. 11.096, de 20 de maio de 1940, artigo 4.º, aprovado pelo Governo Federal, como necessária à conservação da flora e fauna estadual e para futuro estabelecimento de florestas protetoras, remanescentes e modelo, conforme o que dispõe o Código Florestal, a gleba de terras judiciosamente declaradas devolutas, parte do 1.º e 2.º perímetros de Santo Anastácio, hoje 1.º e 2.º perímetros de Presidente Venceslau, situada no distrito de Paz de Presidente Epitácio, município e comarca de Presidente Venceslau, com a área aproximada de 37.156 hectares e 63 ares, ou sejam, 15.354 alqueires, em as confrontações e divisas assim descritas.

Confrontações:

Ao norte: com o espigão divisor das vertentes dos Rios Paraná e Paranapanema; ao sul: com o Rio Paranapanema; a leste: com o espigão que divide as vertentes do Ribeirão Cuiabá das vertentes do Ribeirão Cachoeira do Estreito e Rio Paranapanema; a oeste: com o Ribeirão Cachoeira do Estreito.

Divisas: começam as divisas na barra do Ribeirão Cachoeira do Estreito com o Rio Paranapanema; daí, pelo Ribeirão Cachoeira do Estreito, acima, até a sua cabeceira; daí por um picadão que liga dita cabeceira ao espigão divisor das vertentes dos Rios Paraná e Paranapanema; daí, à direita, pelo referido espigão, até encontrar o espigão que divide as vertentes do Ribeirão Cuiabá das do referido Ribeirão da Cachoeira do Estreito; daí, seguem as divisas por este espigão até ao Rio Paranapanema; daí, pelo Rio Paranapanema, abaixo, até à barra do Ribeirão da Cachoeira do Estreito, ponto de partida. Essas divisas e confrontações constam do memorial descritivo e planta, aprovados e rubricados pelo Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio e Procurador do Patrimônio Imobiliário e Cadastro do Estado e ficarão arquivados, como parte integrante deste decreto, na Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio.

Artigo 2.º — Fica a Procuradoria do Patrimônio Imobiliário e Cadastro, autorizada, a, por equidade, entrar em entendimento amigável, com possíveis ocupantes das terras ora declaradas reservadas, com posse anterior à propositura da ação discriminatória respectiva, e nas condições do decreto citado n. 6.473 de 30 de maio de 1934, — localizá-los, em igualdade de condições, em terrenos devolutos e desocupados, o mais próximo, quanto possível das suas atuais ocupações.

Artigo 3.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 29 de outubro de 1941.

FERNANDO COSTA
Paulo de Lima Corrêa
Abelardo Vergueiro Cesar.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, aos 29 de outubro de 1941.

José Camargo Cabral,
Diretor Geral, substituto.

*Origem da Reserva Estadual
do Rio do Diabo*

em NA ASSESSOR
PRIMO

ANEXO 8: Decreto nº 25.342 de 4 de junho de 1986

Fonte: Diário Oficial do Estado de São Paulo

Diário Oficial nº104, de 05.6.86

EX. Sç. I pg.04-

DECRETO N.º 25.342, DE 4 DE JUNHO DE 1986

Transforma a Reserva Estadual do Morro do Diabo, criada pelo Decreto n.º 12.279, de 29 de outubro de 1941, no Parque Estadual do Morro do Diabo e dá providências correlatas

FRANCO MONTORO, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 5.º, alínea "a", do Código Florestal (Lei n.º 4.771, de 15 de setembro de 1965)

Decreta:

Artigo 1.º — Fica criado o Parque Estadual do Morro do Diabo, com a finalidade de assegurar integral proteção à flora, à fauna e às belezas naturais, bem como para garantir sua utilização para objetivos culturais, educacionais, recreativos e científicos.

Artigo 2.º — Constituem o Parque Estadual do Morro do Diabo 34.441,08 hectares das terras declaradas Reserva Estadual, consoante Decreto n.º 12.279, de 29 de outubro de 1941, já excluídas:

I — a área de 15,03 hectares de que trata o Decreto n.º 14.649, de 28 de dezembro de 1979;

II — a área de 3.000,57 hectares correspondente a porção da Reserva Estadual abrangida pelo Decreto Federal n.º 91.809, de 18 de outubro de 1985.

Artigo 3.º — A Secretaria de Agricultura e Abastecimento fica autorizada a promover as medidas indispensáveis ao cumprimento do disposto neste decreto.

Artigo 4.º — A administração do Parque Estadual do Morro do Diabo será exercida pelo Instituto Florestal, órgão da Coordenadoria da Pesquisa de Recursos Naturais da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, aplicando-se às terras, flora, fauna e paisagens de sua área, as disposições da legislação vigente.

Artigo 5.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 4 de junho de 1986.

FRANCO MONTORO

Gilberto Dupas,

Secretário de Agricultura e Abastecimento

José Pedro de Oliveira Costa,

Secretário Extraordinário do Meio Ambiente

Luiz Carlos Bresser Pereira, Secretário do Governo

Publicado na Secretaria de Estado do Governo, aos 4 de junho de 1986.

ANEXO 9: Decreto nº 28.169 de 21 de janeiro de 1988

Fonte: Diário Oficial do Estado de São Paulo

Diário Oficial nº 014, de 22.1.88 -EX I

pg. 06

DECRETO N.º 28.169, DE 21 DE JANEIRO DE 1988

*Altera dispositivo do Decreto n.º 25.342,
de 4 de junho de 1986*

ORESTES QUÉRCIA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Decreta:

Artigo 1.º — O artigo 2.º do Decreto n.º 25.342, de 4 de junho de 1986, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 2.º — Constituem o Parque Estadual do Morro do Diabo 33.845,33 hectares das terras declaradas Reserva Estadual, consoante Decreto n.º 12.279, de 29 de outubro de 1941, excluídas:

I — a área de 15,03 hectares de que trata o Decreto n.º 14.649, de 28 de dezembro de 1979;

II — a área de 3.000,27 hectares correspondente a porção da Reserva Estadual abrangida pelo Decreto Federal n.º 91.809, de 18 de outubro de 1985;

III — a área de 192,33 hectares correspondente à faixa ocupada pelo ramal de Dourados da Ferrovia Paulista S.A.;

IV — a área de 69,57 hectares correspondente à faixa ocupada pela Rodovia SP-613 — ligação do Município de Teodoro Sampaio, ao distrito de Rosana.

V — a área de 34,13 hectares correspondente à ampliação do Aeroporto Municipal de Teodoro Sampaio (Portaria GM de 5 de setembro de 1980)”

Artigo 2.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 5 de junho de 1986.

Palácio dos Bandeirantes, 21 de janeiro de 1988.

ORESTES QUÉRCIA

Antonio Tides de Lima, Secretário da Agricultura

Jorge Wilhelm, Secretário do Meio Ambiente

Antonio Carlos Mesquita, Secretário do Governo

Publicado na Secretaria de Estado do Governo, aos 21 de janeiro de 1988.

74071,79 km